Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Carolina Ignacio Muzitano

Sobre a possibilidade de um conteúdo estreito numa teoria bi-dimensional epistêmica

Rio de Janeiro
2012

Carolina Ignacio Muzitano

Sobre a possibilidade de um conteúdo estreito numa teoria bi-dimensional epistêmica

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Orientador: Profº. Drº. Edgar da Rocha Marques

Rio de Janeiro

2012

Carolina Ignacio Muzitano

Sobre a possibilidade de um conteúdo estreito numa teoria bidimensional epistêmica

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação, em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2012

Banca examinadora:

_____

Profº. Drº. Edgar da Rocha Marques (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____

Profª. Drª. Karla de Almeida Chediak
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____

Profº. Drº. Guido Imaguire
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

M994 Muzitano, Carolina Ignácio.
Sobre a possibilidade de um conteúdo estreito numa teoria bi-dimensional epistêmica / Carolina Ignácio Muzitano. – 2012.
110 f.

Orientador: Edgar da Rocha Marques.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Filosofia - Teses. I. Marques, Edgar da Rocha. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

_____ _____
Assinatura Data

DEDICATÓRIA

Aos meus pais pelo apoio e compreensão, ao Prof.º Dr.º Edgar Marques, pela paciência e ajuda, e ao Tarcizo Ferreira por seu apoio incondicional, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

MUZITANO, Carolina Ignácio. **Sobre a possibilidade de um conteúdo estreito numa teoria bi-dimensional epistêmica.** 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O bi-dimensionalismo epistêmico é a tese de que os estados mentais de um indivíduo tem uma dupla divisão, tendo, então, um conteúdo amplo e um conteúdo estreito. Um conteúdo amplo é aquele cuja determinação depende em parte de propriedades extrínsecas ao sujeito: ou seja, é aquele que possui relação com o mundo externo ao sujeito, seja físico ou social. Já o conteúdo estreito é o conteúdo plenamente determinado por propriedades intrísecas ao sujeito, sem precisar recorrer a nada externo. Este conteúdo estreito será, de acordo com o bi-dimensionalismo de Jackson e de Chalmers, o conteúdo representativo de um estado mental, dado através de descrições sobre aquilo que o sujeito sabe e acredita sobre o mundo ao seu redor. O objetivo desta dissertação ao tratar sobre esta forma de bi-dimensionalismo é o de apresentá-lo como uma possível resposta para dois problemas gerados pela afirmação externalista de que nomes próprios e termos de tipos naturais são designadores rígidos e pela afirmação de que todo conteúdo de um estado mental é amplo. Estes dois problemas são a incompatibilidade do conteúdo amplo com o acesso privilegiado e a sua incompatibilidade com o papel explicatório que estados mentais intencionais parecem ter em relação aos comportamentos de um indivíduo, pois, se os indivíduos não possuem um acesso privilegiado aos conteúdos dos seus estados mentais, tal conteúdo amplo não poderá ser visto como sendo um causalmente relevante para os seus comportamentos. Contudo, os argumentos apresentados pelo externalismo semântico parecem ainda convincentes demais para considerar tais consequências como sendo um bom motivo para se abandonar a tese externalista. Além disso, vários exemplos do funcionamento da linguagem (como os casos do uso de nomes próprios e termos de espécies naturais) parecem indicar que o externalismo semântico é correto. Assim, neste trabalho, analisarei a teoria bi-dimensional à luz das afirmações externalistas sobre o significado e sobre a individuação dos conteúdos dos estados mentais, ou seja, como podendo ser uma teoria que, além de ser uma capaz de fornecer uma resposta viável para estes dois problemas, é também compatível com o conteúdo amplo da forma como é afirmado pelo externalismo.

Palavras-chave: Bi-dimensionalismo epistêmico. Conteúdo estreito. Conteúdo amplo. Externalismo.

ABSTRACT

The epistemic two-dimensionalism is the thesis that the mental states of a person have double division, possessing, therefore, a broad content and a narrow content. A broad content is the one whose determination depends partially on properties extrinsic to the individual: i.e., it is the one which is related to the world external to the individual, be it physical or social. On the other hand, the narrow content is the one completely determined by properties intrinsic to the individual, without the need of anything external. This narrow content is, according to Jackson's and Chalmers' two-dimensionalism, the representative content of a mental state, presented through description of what the individual knows of and believes in the world around him. The objective of this dissertation dealing with this form of two-dimensionalism is to present it as a possible answer to two problems generated by the externalist affirmative that proper names and natural kind terms are rigid designators and the affirmative that all content in a mental state is broad. These two problems are the incompatibility of the broad content and the privileged access and its incompatibility with the explanatory role that intentional mental states seem to have regarding a person's behavior, for if people have no privileged access to the content of their mental states, such broad content cannot be seen as being causally relevant to their behaviors. However, the arguments presented by semantic externalism still seem too convincing to consider such consequences as being enough reason to all-together abandon the externalist thesis. Besides, a number of examples of language's functioning (as the use of proper names and natural kind terms) seem to point to the fact that semantic externalism is correct. Therefore, in this work, I shall analyze the two-dimensional theory under the light of externalist affirmatives on the meaning and on the individuation of the content of mental states, i.e., as being a thesis that not only is able to provide a viable answer to these two problems, but also is compatible with broad content as regarded by externalism.

Keywords: Epistemic two-dimensionalism. Narrow content. Broad content. Externalism.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	7
1	**O EXTERNALISMO SEMÂNTICO E A NECESSIDADE DE CONTEÚDO ESTREITO**	12
1.1	**Kripke e nomes próprios rígidos**	12
1.2	**Putnam e o externalismo físico**	20
1.3	**Burge e o externalismo social**	25
1.4	**A necessidade de conteúdo estreito**	43
2	**O BI-DIMENSIONALISMO EPISTÊMICO DE JACKSON E CHALMERS**	
2.1	**Jackson e as Intensões-A**	53
2.1.1	Conteúdos representacionais e mundos centrados	56
2.1.2	Intensões-A e intensões-C	59
2.1.3	Intensões-A como "descrições associadas"	63
2.1.4	Argumento da Terra Gêmea	65
2.2	**Chalmers e as intensões epistêmicas**	67
2.2.1	Bi-dimensionalismo e o "triângulo de ouro"	68
2.2.2	Espaço epistêmico e escrutabilidade	69
2.2.3	Mundos epistêmicamente possíveis como "cenários"	72
2.2.4	Descrições canônicas	74
2.2.5	Intensões epistêmicas	77
2.2.6	Conteúdo estreito	78
3	**CRÍTICAS À PROPOSTA BI-DIMENSIONALISTA SOBRE UMA "INTENSÃO EPISTÊMICA"**	82
3.1	**Intensões-A como descrições associadas**	84
3.2	**Suposição de um vocabulário semanticamente neutro**	95
3.3	**O "problema de articulação"**	98
3.4	**Intensões primárias como não sendo um "conteúdo real"**	101
4	**CONCLUSÃO**	106
	REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma análise e crítica do bi-dimensionalismo epistêmico tanto de Jackson quanto de Chalmers, na medida em que se considera tal teoria como sendo uma capaz de fornecer uma possível resposta para os problemas gerados pelo externalismo semântico. Tais problemas são duas consequências que são inferidas pela afirmação externalista de que todo conteúdo de um estado mental é amplo, ou seja, que todo conteúdo é individuado por propriedades externas ao indivíduo e determinado pelas relações causais que o sujeito entretém com o ambiente externo ao seu redor, tanto com o ambiente físico quanto com o ambiente social. A primeira consequência problemática é que, se o que significamos ou pensamos não está "na nossa cabeça", para usar uma expressão de Putnam, parece então que não podemos saber, ou ao menos não podemos ter um conhecimento privilegiado, sobre os conteúdos dos nossos estados mentais. No entanto, a idéia de que temos acesso aos conteúdos dos nossos pensamentos sem recorrer à investigações empíricas não só é plausível como parece ser inegável. Já um segundo problema é que o externalismo não parece ser compatível também com o papel explicatório que estados mentais intencionais parecem ter em relação aos comportamentos de um indivíduo, pois, se os indivíduos não possuem um acesso privilegiado aos conteúdos dos seus estados mentais, tal conteúdo amplo não poderá ser visto como sendo um causalmente relevante para os comportamentos destes indivíduos. Contudo, mesmo tendo em mente tais consequências problemáticas, os argumentos apresentados pelo externalismo semântico parecem ainda convincentes demais para se considerar tais consequências como sendo um bom motivo para se abandonar a tese externalista. Além disso, vários exemplos do funcionamento da linguagem (como os casos do uso de nomes próprios e termos de espécies naturais) parecem indicar que o externalismo semântico é correto. Assim, neste trabalho, analisarei a teoria bi-dimensional à luz das afirmações externalistas sobre o significado e sobre a individuação dos conteúdos dos estados mentais, ou seja, como podendo ser uma teoria que, além de ser uma capaz de fornecer uma resposta viável para estes dois problemas, é também compatível com o conteúdo amplo da forma como é afirmado pelo externalismo.

Brevemente, podemos dizer que o externalismo semântico (ou *anti-individualismo*) é a concepção segundo a qual a determinação do significado dos termos empregados por um sujeito depende da natureza da *res* relevante e das convenções sociais da comunidade na qual o sujeito se encontra. Desse modo, segundo os externalistas, todo conteúdo de um estado

mental é *amplo* (um conteúdo é dito amplo quando sua individuação depende de propriedades externas ao sujeito). Entretanto, tem-se argumentado que o conteúdo amplo não é capaz de fornecer uma explicação que dê conta do poder cognitivo do sujeito. Segundo esses críticos, o conteúdo de um estado mental definido desse modo não permite que se sustente a inequívoca autoridade do sujeito em relação ao conteúdo dos seus próprios pensamentos, nem é capaz de dar uma explicação causal sobre os comportamentos dos indivíduos. Como foi dito anteriormente, sendo o conteúdo amplo individuado por propriedades externas ao indivíduo, ele não parece permitir um conhecimento *a priori* por parte do sujeito aos conteúdos dos seus estados mentais, pois, para saber tais conteúdos, o sujeito precisa saber antes certas informações sobre o mundo externo (um conhecimento *a posteriori*) que muitas vezes ele não sabe. Por exemplo, o sujeito pode crer que água mata a sede, e o conteúdo da sua crença é, segundo a teoria externalista, de que "H_2O mata a sede". No entanto, o sujeito não precisa saber sobre o fato de que água é H_2O para ter a crença de que água mata a sede. Mas, se ele não souber desse fato, ele não poderá saber *a priori* o conteúdo do seu estado mental. Além disso, se não podemos saber os conteúdos dos nossos próprios estados mentais, tais conteúdos então não serão relevantes para uma explicação causal dos nossos comportamentos. Assim, segundo esses críticos, tanto o acesso privilegiado quanto o poder causal dos conteúdos em relação ao comportamento depende da noção de conteúdo *estreito*, ou seja, um conteúdo que é determinado apenas pelas propriedades intrínsecas/internas ao sujeito. Um conteúdo, assim, completamente individuado e determinado *a priori* pelo indivíduo.

Contudo, como afirmam alguns dos próprios críticos do conteúdo amplo, os argumentos externalistas são convincentes demais para serem abandonados. A solução, proposta por alguns daqueles convencidos pela concepção externalista, consiste em adotar um posicionamento *bi-dimensionalista* em relação aos estados mentais. Nesse tipo de resposta, como veremos, é afirmado que um estado mental possui os dois tipos de conteúdo, o amplo e o estreito, tendo então duas intensões, uma intensão primária ligada ao conteúdo estreito e uma intensão secundária ligada ao conteúdo amplo. Pode-se ter ainda dois tipos de respostas bi-dimensionalistas: uma contextual, que afirma que a intensão primária captura uma dependência contextual do conteúdo do estado mental; e uma epistêmica, que afirma que a intensão primária captura uma dependência epistêmica do conteúdo. Visto assim grosseiramente, não parece haver uma distinção entre as duas formas de bi-dimensionalismo. No entanto, escolhi o bi-dimensionalismo epistêmico, pois ele parece trazer novamente à discussão a noção de representação como sendo o modo como o indivíduo recorta e divide o

mundo ao seu redor. Ou seja, o modo como o sujeito considera que as coisas sejam e o que ele sabe sobre elas é fundamental para a determinação dos conteúdos dos seus estados mentais. No externalismo, como veremos, parece que esse *processo racional* operado pelo indivíduo deixa de existir ou de ter qualquer função para a individuação dos conteúdos dos seus próprios estados mentais. Além disso, esta forma de bi-dimensionalismo coloca a intensão primária em termos de aprioricidade, sendo então uma resposta mais plausível para o problema do acesso privilegiado (sendo este acesso privilegiado o conhecimento *a priori* que um indivíduo pode ter sobre os conteúdos dos seus pensamentos).

A dissertação foi dividida, então, em três partes. A primeira parte será sobre o externalismo semântico, onde apresento as teorias de Kripke, Putnam e Burge, e os argumentos para a necessidade da afirmação da existência de um conteúdo estreito. Kripke não é propriamente classificado como um filósofo externalista. Contudo, sua teoria da referência direta parece implicar a consequência de que os conteúdos dos estados mentais que contém nomes próprios serão, necessariamente, amplos. Além disso, os trabalhos de Kripke influenciaram os trabalhos filósoficos externalistas posteriores, como os do próprio Putnam. Outro motivo também é que tanto a teoria de Jackson quanto a de Chalmers parecem ser uma discussão direta com as afirmações de Kripke sobre rigidez e sobre a noção de necessidade *a posteriori*. Já uma apresentação sobre Putnam é de extrema importância pois, além do seu trabalho *The Meaning of "meaning"* ser um dos primeiros textos que apresentam uma teoria externalista semântica, seu experimento mental da Terra Gêmea sobre a rigidez de termos de tipo natural é discutido até hoje (e será constantemente discutido por Jackson e Chalmers).

Apresentarei também a teoria de Burge pois ele, além de ampliar o escopo dos argumentos externalistas para uma discussão não apenas do sentido dos termos, mas também para a individuação dos estados mentais, que é o foco da discussão aqui, amplia também o escopo dos termos utilizados nos experimentos mentais para praticamente todos os tipos de termos. Isso porque, segundo ele, quase todos os termos que utilizamos estão causalmente relacionados com o ambiente social no qual estamos inseridos, não apenas no sentido de convencionalidade, mas também no sentido de serem *determinados* por essa relação. E, fechando a primeira parte, apresentarei os argumentos que mostram que os conteúdos amplos, determinados externamente, são irrelevantes do ponto de vista causal e explicativo sobre o comportamento dos indivíduos e que também tal conteúdo amplo não permite um acesso privilegiado por parte do sujeito.

Na segunda parte apresentarei a proposta bi-dimensionalista de Jackson e Chalmers. Como foi dito, a escolha destes dois filósofos se deu porque ambos controem o conteúdo estreito em termos representacionais e de aprioricidade, podendo, então, oferecererem uma resposta favorável para o problema do acesso privilegiado. Segundo Jackson, por exemplo, o conteúdo estreito de um pensamento é a representação que o indivíduo faz de uma certa situação, e representar nada mais é que fazer uma divisão entre possibilidades. Jackson define também o conteúdo estreito como sendo o "conteúdo representacional" de uma crença ou ainda como seu "conteúdo egocêntrico". Já Chalmers define o conteúdo estreito em termos de possibilidade epistêmica. O objetivo de Chalmers ao tratar de um conteúdo estreito é o de retomar a importância dada por Frege ao valor cognitivo de uma sentença junto com uma distinção entre necessidade epistêmica e necessidade metafísica. Chalmers propõe a idéia de que o conteúdo estreito de um pensamento é dado pelo modo como este divide o espaço epistêmico, que é o espaço de cenários epistemicamente possíveis. Representar, para ele, também é fazer uma divisão entre possibilidades.

Na terceira parte, por fim, apresentarei algumas críticas ao bi-dimensionalismo de Jackson e Chalmers. Apresentarei, para ser mais precisa, três tipos de crítica à proposta bi-dimensionalista. A primeira crítica diz respeito à afirmação de que intensões primárias são descrições associadas que capturam a extensão do conteúdo em mundos centrados tomados como atuais e determinam, com isso, o seu valor de verdade. Esta crítica, por sua vez, divide-se em três: a crítica de que essas descrições selecionam uma referência em cada mundo centrado possível tomado como atual, a de que essas descrições são o mínimo exigido de um falante, e a de que as descrições necessárias para a construção epistêmica de cenários são dadas em um vocabulário semanticamente neutro. Estas três críticas são, então, críticas externalistas sobre a noção de conteúdo estreito. Já a segunda crítica envolve o chamado "problema de articulação". O problema do bi-dimensionalismo, de acordo com esta crítica, é a de que, segundo tal teoria, um mesmo estado mental poderia ter duas ou mais referências distintas tendo, com isso, valores de verdade distintos. Assim, todos os estados mentais do sujeito poderiam ter, ao mesmo tempo, um conteúdo que é verdadeiro e outro que é falso, gerando assim um absurdo. E, por fim, a terceira crítica é a de que tais conteúdos estreitos, do modo como são definidos pelo bi-dimensionalismo epistêmico, não são conteúdos *reais*. De acordo com tal crítica, a intensão primária não é capaz de fornecer um conteúdo de fato ao estado mental, pois ela é antes uma proposição reflexiva no sentido de que representa as condições de valor de verdade de proferimentos fazendo referência a ocorrências [*tokens*]

desses mesmos proferimentos. O que a intensão primária nos fornece, então, são as possibilidades de conteúdos e as avaliações de cada possibilidade, e não o conteúdo mesmo. Além disso, o tipo de conteúdo que teríamos acesso, de acordo com o bi-dimensionalismo epistêmico, é extremamente abstrato, não podendo então ser considerado um conteúdo de fato.

A conclusão do trabalho é a de que, então, o bi-dimensionalismo epistêmico não é compatível com o externalismo, nem compatível com uma forma de externalismo mais fraco. Assim, ou negamos as afirmações externalistas e abandonamos a noção de conteúdo amplo para sermos favoráveis à noção de conteúdo estreito apresentado por Jackson e Chalmers, ou assumimos um posicionamento externalista e negamos a possibilidade de um conteúdo estreito nos moldes representacionais.

1 O EXTERNALISMO SEMÂNTICO E A NECESSIDADE DE CONTEÚDO ESTREITO

1.1 Kripke e nomes próprios rígidos

Muitos trabalhos e teses externalistas foram profundamente inspirados pelos argumentos apresentados por Kripke[1] a favor de uma teoria da *referência direta* dos nomes próprios e a favor da tese de que tais nomes são *designadores rígidos*. Tal teoria da referência direta é um ataque às teorias descritivistas que afirmam que as referências dos nomes próprios são fixadas através de um conjunto de descrições sobre as propriedades que a referência tem (dado pela intensão do nome próprio), ou que tais nomes próprios são abreviações de descrições. Assim, como o nome já diz, a teoria da referência direta afirma que a fixação da referência de um nome não é dada através de nenhuma mediação feita por descrições, mas sim em uma relação direta entre o nome e o referente. Já a tese de que os nomes próprios são designadores rígidos é a de que a sua referência permanece a mesma em todos os mundos possíveis.

"Aristóteles", por exemplo, é um nome próprio; "o professor de Alexandre, o Grande" é uma descrição que nos diz algo sobre a pessoa que o nome nomeia. Frege[2] afirmava que tanto os nomes quanto as descrições eram termos singulares – expressões cujo trabalho é a de se referir a objetos. Já Russell[3] afirmava que nem nomes próprios ordinários nem descrições definidas eram termos singulares. Mas Russell e Frege concordavam com isto: ambos afirmavam que nomes próprios ordinários e descrições trabalham do mesmo modo. Assim, eles pareciam afirmar que nomes próprios ordinários são equivalentes em signifcado com as descrições definidas. Um óbvio problema com a teoria da descrição, reconhecida pelo próprio Frege[4], é a de que o mesmo nome parecerá ser equivalente a diferentes descrições para

---

[1] Kripke, S. *Naming and Necessity*, (1972) em *The Philosophy of Language*, ed. A. P. Martinich, 3ª edição, Oxford: University Press, 1996.

[2] Frege, Gottlob, "On Sense and Reference" (1892), em *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, ed. P. Geach and M. Black. Oxford: Blackwell, 1960.

[3] Sobre Russell *apud* Morris, M., "Kripke on proper names", em *An introduction to the philosophy of language*, Cambridge University Press: 2006.

[4] "In the case of an actual proper name such as 'Aristotle' opinions as to the sense may differ. It might, for instance, be taken to be the following: the pupil of Plato and teacher of Alexander the Great. Anybody who does this will attach another sense to the sentence 'Aristotle was born in Stagira' than will a man who takes as the sense of the name: the teacher of Alexander the Great who was born in Stagira." Contudo, Frege não nota esse fato como sendo um problema, pois continua: "So long

diferentes pessoas. Por exemplo, algumas pessoas pensarão em Aristóteles como sendo um famoso filósofo grego, outros poderão pensar nele como o discípulo de Platão ou ainda como o professor de Alexandre, o Grande, sendo todas essas descrições verdadeiras. Além disso, como aponta Kripke, um sujeito pode saber vários fatos sobre a coisa que o nome que ele usa e compreende nomeia, mas qualquer fato informativo particular relevante que ele saiba (como, por exemplo, o fato de Aristóteles ter sido discípulo de Platão) será expresso por uma propriedade contingente do objeto. Se "Aristóteles" significa *o homem que foi professor de Alexandre, o Grande*, então a proposição "Aristóteles foi o professor de Alexandre, o Grande" é tautológica. Mas ela certamente não é, pois expressa o fato de que Aristóteles ensinou Alexandre, o Grande, e isso é algo que poderíamos descobrir ser falso. Assim, *ser o professor de Alexandre,o Grande* não poderá ser parte do significado do nome.

Searle[5] propôs uma solução simples para estas dificuldades. Segundo ele, nós não tomamos um nome como equivalente a uma descrição, mas sim como sendo associado a um feixe de descrições [*cluster of descriptions*]. Assim, um nome singular poderá ser associado a um certo número de descrições identificatórias. Para alguém ser considerado como compreendendo um nome ele deve associá-lo então a uma adequada proporção destas descrições. Se você e eu entendemos o nome "Aristóteles", cada um de nós compreenderá uma adequada proporção de descrições identificatórias associadas com o nome em nossa comunidade. E mesmo que nós não associemos precisamente as mesmas descrições com o nome, ainda poderemos compreender um ao outro em nossos usos se as descrições que associamos se sobrepuserem. Assim, um dado nome próprio pode ser dito como equivalente em significado com um conjunto de descrições para uma pessoa, e como equivalente a outro conjunto de descrições para outra pessoa, e assim por diante. Mas não haverá um conjunto de descrições que seja equivalente ao nome para a *toda* comunidade, assim o significado do nome como um todo não pode ser informativamente especificado. Nessa perspectiva, então, o conjunto de descrições não é o sentido do nome, mas sim o que *determina* a sua referência.

Antes de iniciar suas críticas, Kripke lança a idéia de "designador rígido", que será fundamental em seus argumentos. Segundo ele, algo é um "designador rígido" se em cada mundo possível ele designa o mesmo objeto[6]. Mundos possíveis, por sua vez, são contextos

---

as the reference remains the same, such variations of sense may be tolerated, although they are to be avoided in the theoretical structure of a demonstrative science and ought not to occur in a perfect language." (Frege, 1892, p.58)

[5] Searle, "Proper Names", in *Mind*, n 67, 1958 *apud* Morris, M., "Kripke on proper names", in *An introduction to the philosophy of language*, Cambridge University Press: 2006, p. 75.

[6] Kripke, 1972, p. 258

estipulados para se avaliar uma proposição. Uma proposição necessária será então aquela que é verdadeira em todos os mundos possíveis, e uma proposição contingente será aquela em que há pelo menos um mundo possível que a falsifique. Quando afirmamos então que "Aristóteles poderia não ter sido discípulo de Platão" (e obviamente podemos afirmar isto), queremos dizer que há pelo menos um mundo possível onde Aristóteles não foi discípulo de Platão. Contudo, o que afirmamos não é que, em pelo menos um mundo possível, um outro indivíduo que também tem o nome "Aristóteles" não foi discípulo de Platão, mas sim que a pessoa que chamamos aqui, no mundo real, de "Aristóteles", não tenha realizado essa ação. Logo, em cada mundo possível, quando falamos de "Aristóteles" falamos de Aristóteles, ou seja, a referência do nome permanece a mesma em todos os mundos possíveis. Obviamente não é requerido nessa avaliação que os objetos existam em todos os mundos possíveis. Por exemplo, Obama poderia não ter existido se seus pais nunca tivessem se relacionado no curso normal das coisas. Assim, segundo Kripke, é justamente porque podemos referir rigidamente Obama, por exemplo, que podemos falar o que poderia ter ou não ocorrido com ele, e que uma "identificação transmundana" seja não-problemática. Mas o mais importante é que um nome é um designador rígido porque, ao descrever mundos contrafactuais, o fazemos usando *nossa* língua com os *nossos* significados e as *nossas* referências.

Visto isso, vejamos então o que uma teoria descritiva afirma. Kripke as classifica em seis teses principais[7]:

(1) Sendo N um nome próprio, há então um "feixe de propriedades" (*p*) associado a ele e que um sujeito S acredita *p*N;

(2) Tais propriedades, associadas a um nome e que um sujeito crê que N tenha, deve selecionar um indivíduo unicamente. Ou seja, sendo N um nome próprio, o feixe de propriedades associado a ele deve selecionar em um mundo possível um único indivíduo;

(3) O indivíduo *y* que possui a maioria das propriedades descritas em *p* é a referência de N;

(4) Se *p* não seleciona um único objeto, então "N" não refere;

(5) A sentença "Se N existe, então N tem a maioria das propriedades dadas por *p*" é conhecida *a priori* pelo falante;

(6) A sentença "Se N existe, então N tem a maioria das propriedades dadas por *p*" expressa uma verdade necessária.

[7] Kripke, 1972, p. 259

Podemos decartar logo de início como sendo falsa a afirmação (6), pois ela cai na mesma crítica feita à teoria fregeana e russelliana. É um fato contingente que Aristóteles, por exemplo, tenha feito *qualquer* uma das coisas comumente atribuídas a ele. Mesmo que consideremos as propriedades em um feixe e não isoladamente, ainda assim a sua conjunção será um fato contingente. Logo, "se X existe então ele tem a maioria das propriedades dadas por *p*" não é uma verdade necessária. Sem a afirmação (6), a (5) não parece se sustentar. Se as propriedades associadas a um nome por um feixe de descrições não são necessárias, a verdade das afirmações (3) e (4) acaba sendo devido a um "acidente" empírico, e isso é algo que um falante dificilmente pode saber *a priori*.

As afirmações (1)-(4) também não são, segundo Kripke, verdadeiras. De um modo geral, podemos separar os argumentos de Kripke que provam que tais pressupostos descritivistas são falsos em três estapas: na primeira etapa é apresentado um argumento sobre a ignorância da maioria dos falantes, na segunda etapa é apresentado o argumento sobre circularidade das descrições associadas e na terceira etapa Kripke apresenta o seu argumento modal, sendo as etapas anteriores então o seu argumento epistêmico (no sentido de o argumento depender daquilo que um sujeito sabe sobre um nome ou sobre o indivíduo).

Vejamos, então, o primeiro argumento. A tese (2) afirma que uma das propriedades que o sujeito S acredita que N tenha, ou algumas propriedades conjuntamente, selecionam um indivíduo unicamente. Segundo os descritivistas, esta é uma idéia bastante intuitiva, pois se as propriedades que o indivíduo tem em mente não selecionam alguém unicamente – por exemplo, se a propriedade seleciona duas pessoas – ele, então, não teria critérios para dizer sobre qual deles ele está pensando. Mas quais propriedades o sujeito associa ao nome próprio quando pensa sobre o objeto que o nome se refere? Segundo Kripke, a maioria das propriedades que usamos para individuar o referente do nome são os atos famosos da pessoa relevante[8]. Por exemplo, muitos associam com o nome "Cícero" a propriedade "ser o famoso orador de Roma", e asssociam a propriedade "a cientista que morreu de câncer" ao nome "Marie Curie". Mas estas propriedades, como aponta Kripke, são gerais demais para selecionarem um indivíduo unicamente. Certamente houve bem mais de um orador em Roma, e certamente houve também bem mais de um cientista que morreu de câncer. Neste caso, os nomes ordinários "Cícero" e "Marie Curie", como a maioria de nós os compreende, falhariam em referir. Contudo, isto não parece plausível. Além disso, situações como essas parecem ser

[8] "Usually the properties in question are supposed to be some famous deeds of the person in question" (Kripke, 1972, p 262).

bastante comuns. A maioria das propriedades que associamos aos nomes de pessoas famosas, principalmente daquelas que já morreram, são gerais demais e pouco informativas para se considerar que temos um feixe de propriedades que individue um sujeito unicamente. Mas isso não nos impede de falar e pensar sobre eles.

Contudo, poder-se-ia exigir um refinamento nas descrições por parte do sujeito, objetando que, nesses casos em que o indivíduo associa apenas propriedades pouco informativas como as acima, ele de fato não refere-se a um único objeto[9]. Assim, as propriedades que deveriam ser consideradas como aquelas que selecionam um único indivíduo seriam as de certos "atos famosos" que apenas uma pessoa realizou. Por exemplo, posso usar o nome "Cícero" para denotar o homem que denunciou Catilina (ou quem o denunciou em público, para torná-lo mais específico ainda). Mas aqui há, aponta Kripke, um outro problema, porque esta descrição contém outro nome, "Catilina", o que poderia gerar uma circularidade. Por exemplo, o sujeito que crê que Cícero foi o homem que denunciou Catilina poderia associar com o nome "Catilina" a propriedade "ser o homem que foi denunciado por Cícero"[10]. Poder-se-ia ainda usar outra descrição que não contenha outros nomes. Por exemplo, "Einstein foi o homem que descobriu a teoria da relatividade", e essa propriedade seleciona o indivíduo "Einstein" unicamente. Mas, aponta novamente Kripke, a maioria das pessoas não sabe o suficiente sobre física para, quando questionados sobre o que é tal teoria, dar uma resposta que não seja "a teoria de Einstein". Assim, a tese (2) é falsa. E, seguindo esses argumentos, a afirmação (4) também será falsa. (4) afirma que se não há exatamente uma única coisa que satisfaz as condições associadas com o nome, então aquele nome não refere. Mas a maioria das propriedades que associamos a um nome, se não são circulares, são pouco informativas para selecionarem um indivíduo unicamente.

O ponto de Kripke é que a maioria dos falantes não sabe quase nada sobre várias pessoas famosas, mas ainda assim parece ser capaz de usar seus nomes, e aparentemente com compreensão. Descrições como "um famoso orador de Roma" e várias outras sobre atos famosos são o melhor que podemos, em geral, produzir para pessoas famosas, cujos nomes acreditamos compreender. Se for necessário alguma outra descrição mais completa que estas, se acabará concluindo que nós não compreendemos a maioria dos nomes que usamos, o que parece ser um absurdo.

---

[9] Nesse caso, a palavra teria a forma gramatical de um nome mas, por não se referir a um indivíduo unicamente, não seria considerado um nome próprio de fato.

[10] "For any successful theory, the account must not be circular. The properties which are used in the vote must not themselves involve the notion of reference in such a way that it is ultimately impossible to eliminate". (Kripke, 1972, p. 259)

Consideremos então (3), que afirma que se algo é a coisa que satisfaz as condições associadas ao nome, então esta coisa é a referência do nome. Nesse contexto, Kripke formula seu famoso exemplo com o nome "Gödel"[11]. A maioria de nós que compreende o nome associa a propriedade "ser o descobridor da incompletude da aritmética", e tal descrição parece ser o suficiente para selecionar um indivíduo unicamente. Mas, diz Kripke, suponha que estejamos errados: suponha que na verdade a prova da incompletude da aritmética foi dada não por Gödel, mas por Schmidt. De acordo com (3), então, quando o indivíduo usa o nome "Gödel", ele refere-se a Schmidt, porque Schmidt é a única pessoa que satisfaz a descrição "o homem que descobriu a incompletude da aritmética". Isso quer dizer que Schmidt era "Gödel"? Ou que quando usamos o nome "Gödel" nós estamos não nos referindo a Gödel, mas a Schmidt? A resposta parece ser não: no cenário imaginado, há dois homens, Gödel e Schmidt, e Schmidt, sendo meramente "Schmidt", descobriu a incompletude da aritmética, e Gödel, sendo Gödel, não a descobriu. A afirmação (3) é falsa porque mesmo tais descrições famosas que parecem individuar unicamente um objeto são contingentes como sendo predicadas daquele objeto. Não há nenhuma relação necessária entre o nome "Gödel" e a propriedade "ser o descobridor da incompletude da aritmética". Assim, haverá pelo menos um mundo possível em que não apenas Gödel não tenha realizado tal ato, mas no qual outro tenha realizado em seu lugar. Podemos, então, dizer que este argumento é um argumento modal, pois ele mostra que nenhuma propriedade associada ao nome será uma propriedade necessária sobre o referente, de modo que a propriedade selecione o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis. Desse modo, a referência se conserva a mesma, mesmo que as propriedades associadas a ela sejam provadas serem falsas ou apenas possam ser pensadas como sendo falsas. Independentemente do tamanho do feixe de propriedades (por exemplo, tal feixe poderia ser um conjunto infinito de propriedades), ainda assim não seria um conjunto de descrições necessárias e suficientes para se selecionar o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis, pois pode-se sempre imaginar um mundo possível em que tal indivíduo não possua uma dessas propriedades.

Kripke nos apresenta, então, um exemplo para esclarecer um pouco a sua visão sobre como referenciamos usando nomes se não por descrição[12]. Por exemplo, um bebê nasce e seus pais a chamam por um determinado nome, "Richard Feynman". Falam sobre ele com seus amigos e outras pessoas o conhecem. Assim, por vários tipos de comunicação o nome é

[11] Ibidem, p 263

[12] Kripke, 1972, p. 264.

passado de “link a link”, como em uma corrente. Um falante que está em uma posição distante desta corrente diz algo sobre “Richard Feynman” referindo-se a Richard Feynman, mesmo não lembrando de quem ele primeiramente ouviu sobre o nome ou como ele soube sobre Feynman. Ele sabe que Feynman é um físico famoso, mas não sabe o que é um diagrama de Feynman nem qual a contribuição de Feynman para a física. Mesmo assim, afirma Kripke, uma corrente de comunicação volta ao próprio Feynman como foi estabelecido, em virtude do fato de que os membros da comunidade passaram o nome de link a link. Ou seja, uma pessoa mesmo sem ter qualquer propriedade que referencie unicamente Feynman pode compreender o nome e usá-lo corretamente sem o próprio Feynman estar presente ou sem que ela tenha conhecido Feynman, e isso não devido a uma “cerimônia que ela fez privadamente estudando”, como “por Feynman quero dizer o homem que fez tais e tais coisas”, mas por causa da corrente causal estabelecida socialmente. A fixação da referência de um nome é, então, direta – o nome está diretamente conectado ao objeto nomeado, sem necessitar de mediação alguma de descrições para a possibilidade do seu uso pelas pessoas, mesmo nos casos em que não se está em posição de apontar para o referente e afirmar “esta é a referência do nome X”.

Mas poder-se-ia objetar que, ao afirmar uma teoria da referência direta como a de Kripke, o puzzle fregeano de identidade ressurge, que é justamente o problema que Frege se debruça ao pensar sobre referências de nomes próprios, afirmando com isso que a referência de um termo é dada por um mediador, que é a intensão do termo. O puzzle é o seguinte: considere a proposição “Hesperus é Phosphorus”. Como a referência de Hesperus e de Phosphorus é o mesmo objeto, a saber, o planeta Vênus, a proposição acima é verdadeira. Se a referência do nome fosse dada de modo direto, ou, como coloca Frege, se a relação de identidade fosse simplesmente uma relação entre objetos, tal proposição seria tautológica (como a proposição “a=a”). Mas ela não é tautológica – ela é capaz de aumentar o conhecimento de um sujeito sobre Vênus. Um indivíduo que saiba que Hesperus é Vênus, mas não sabe a referência de “Phosphorus”, aprenderá seu significado ao saber da verdade da proposição. Assim, Frege afirma que sentenças de identidade desse tipo são relações entre sentidos [*sense*], e não entre objetos[13].

Contudo, considerando a afirmação de Kripke de que nomes próprios, além de designarem diretamente, também são designadores rígidos, tais proposições de identidade

[13] “A difference can arise only if the diference between the signs corresponds to a difference in the mode of presentation of that which is designated. [...] It is natural, now, to think of there being connected with a sign (name, combination of words, letter), besides that to which the sign refers, which may be called the reference of the sign, also what I should like to call the *sense* of the sign, wherein the mode of presentatios is contained” [Frege, 1892, p. 57]

como "Hesperus é Phosphorus" serão não apenas verdadeiras, mas *necessariamente* verdadeiras. Poder-se-ia então concluir que, se elas são necessárias, elas também serão *a priori*, estabelecendo de modo mais forte que elas são completamente triviais. Segundo Kripke, essa linha de raciocínio é falsa. Ele afirma que há duas distinções básicas entre tipos de verdades. Primeiro, uma distinção entre verdades contingentes e verdades necessárias: entre aquelas sentenças que, sendo verdadeiras, poderiam não ser; e aquelas que, sendo verdadeiras, não poderiam não ser. E há também uma distinção entre verdades *a priori* e verdades *a posteriori*: entre aquelas conhecidas independentemente da experiência e aquelas cuja verificação depende da experiência. A primeira distinção diz respeito a como as coisas poderiam ser, objetivamente: Kripke chamará de uma distinção *metafísica*. Já a segunda distinção diz respeito a como as coisas poderiam ser conhecidas: ou seja, ela é uma distinção *epistêmica*[14]. O ponto de Kripke contrário ao afirmado anteriormente na história da filosofia é o de que, como as distinções são feitas em dimensões distintas, elas não necessariamente coincidem. Ou seja, nem toda verdade necessária é *a priori* e nem toda verdade *a posteriori* é contingente, e vice versa.

Considere novamente, então, "Hesperus é Phosphorus". O que queremos dizer quando afirmamos que Hesperus poderia não ser Phosporus? Dizer isso é afirmar o seguinte: "o objeto que chamamos de Hesperus poderia não ser o mesmo objeto que chamamos de "Phosphorus". Mas dizer isto é dizer que "Hesperus poderia não ser Hesperus", ou dizer que "Phosphorus poderia não ser Phosphorus", e ambas as hipóteses não são possíveis, pois não há uma situação contrafactual que verifique qualquer uma das duas. Como foi dito, o ponto de Kripke é que nomes são designadores rígidos. Mundos possíveis, na lógica modal de Kripke, são situações possíveis pensadas tendo como fixo nosso mundo real, tendo como objetivo a avaliação das condições de valor de verdade das sentenças para a determinação do seu valor modal. Como ele próprio afirma[15], ao avaliar uma sentença em um mundo possível a linguagem, seus significados e as referências já estão estabelecidas: elas são a *nossa* linguagem, com os *nossos* significados e referenciando os objetos do *nosso* mundo. Desse modo, em todo mundo possível a proposição "Hesperus é Phosphorus" é verdadeira, pois em todo mundo possível ambos os nomes referenciam o nosso planeta Vênus. Se a proposição é verdadeira em todo mundo possível ela é, então, necessária. Mas afirmar que ela é necessária,

[14] Kripke, 1972, p. 257, 258

[15] "When I say that a designator is rigid, and designates the same thing in all possible worlds, I mean that, as used in *our* language, it stands for that thing, when *we* talk about counterfactual situations. I don't mean, of course, that there mightn't be counterfactual situations in which in the other possible worlds peopleactually spoke a different language. […] in describing that world [um mundo possível], we use *English* with *our* meanings and *our* references" (ibid., p. 261)

como aponta Kripke, é afirmar que ela é *metafisicamente necessária*, ou seja, um sujeito pode nunca vir a saber a necessidade dessa afirmação. Nem é obrigado, ao aprender o uso do nome "Hesperus", racionalmente aceitar que "Hesperus é Phosphorus". O sujeito pode apenas aprender que Hesperus é a estrela da manhã, por exemplo. Assim, tal proposição, mesmo sendo verdadeira em todo mundo possível, é *epistemicamente contingente*.

Kripke não fala explicitamente isso, mas considerando sua teoria de um modo geral podemos dizer que, desse modo, o conteúdo de um estado mental sobre um nome próprio é necessariamente amplo. Mesmo que um sujeito utilize descrições ao pensar em um nome, tal nome só referencia por causa da conexão causal direta entre os falantes competentes do nome com a referência. É importante ressaltar que Kripke não nega a possibilidade do uso de descrições. Boa parte da corrente causal criada e mantida socialmente é passada de links a links por descrições. Mas tais descrições são úteis apenas para o ensino (como o de figuras históricas) ou para a elucidação em uma comunicação como, por exemplo, quando dois sujeitos estão falando do mesmo indivíduo mas não percebem (como "Alice Cooper é Vincent Funier"). Tais descrições nunca terão o papel de *fixação* da referência, pois tal fixação será sempre direta. Todo conteúdo mental sobre nomes terá então uma relação forte com algo externo ao indivíduo, ou seja, ele será amplo.

1.2 **Putnam e o externalismo físico**

Afirmava-se frequentemente que o conceito ordinário de "significado" tem dois sentidos: em determinados momentos "significado" significa extensão, sendo a extensão de um termo o conjunto de coisas às quais ele é aplicado, e em determinados momentos "significado" significa *significado* mesmo. Um dos motivos para se considerar o "significado" de um termo e a sua referência como coisas completamente distintas é que, em certas palavras e expressões, igualdade de referência não significava uma igualdade de "significado". Por exemplo, as expressões "criaturas com rim" e "criaturas com coração" possuem a mesma referência, mas não expressam a mesma coisa – ou seja, não *significam* a mesma coisa. Desse modo, considerava-se que o "significado" de um termo seria um conceito. Esta outra forma de "significado" é comumente vista como sendo a *intensão* de um termo. Assim, intensões seriam entidades mentais, totalmente individuais. Frege, entretanto, rebelou-se contra essa "psicologização" da linguagem: vendo que significados são propriedades *públicas* – que o

mesmo significado pode ser "apreendido" (*grasped*) por mais de uma pessoa e por pessoas em tempos diferentes – ele identificou o significado de um termo como um par ordenado: sentido e referência (*Sinn* e *Bedeutung*). O sentido, para Frege, seria o "modo de apresentação" da referência. Assim, Frege identificou a intensão antes com entidades abstratas do que com entidades mentais. Mas, como afirma Putnam, apreender essas entidades depende do estado mental em que se encontra o sujeito, ou seja, ainda é um ato mental e, portanto, individual. Segundo essas teorias, então, a relação que há entre o sujeito e o conteúdo do seu pensamento é *interna*, não sendo necessária nenhuma referência a algo externo ao indivíduo. Por este motivo tais teorias semânticas são denominadas *individualistas.*

Visto desse modo, como apreender uma intensão é estar num determinado estado mental, podemos concluir, então, que o estado mental determina a intensão de um termo. Assim, segundo uma semântica individualista, dois falantes não podem estar no mesmo estado psicológico em todos os aspectos e compreender um termo de modo diferente. Além disso, tais teorias individualistas afirmam que a intensão determina a extensão de um termo, visto que é a intensão que fornece os critérios para reconhecer se uma coisa cai sob aquela extensão ou não. E é exatamente estas duas consequências que Putnam afirma serem falsas. Em *The Meaning of "Meaning"*[16] ele mostra que essas teorias individualistas falham quando se trata do significado de termos de tipos naturais.

Esta noção do significado como um par ordenado – intensão e extensão, traz, segundo Putnam, grandes problemas. Um deles é que, quando tratamos a referência como "extensão", transformamos o termo num sentido mais matemático, de "sim/não", o que é rígido demais. Vemos que, na maioria das vezes, existe uma grande quantidade de casos que estão numa "fronteira": e a própria linha entre os casos nítidos e os casos de fronteira é, ela própria, difusa *(fuzzy).* Por exemplo, existem coisas para as quais a descrição de "árvore" é claramente verdadeira e há coisas para as quais a descrição de "árvore" é claramente falsa, mas existe uma grande quantidade de casos que se encontram na fronteira. Há a possibilidade de considerar a extensão como um *conjunto difuso*, isto é, um termo pertence ou não a uma dada extensão de acordo com uma *probabilidade* de pertencimento. Essa possibilidade não é descartada por Putnam, pelo contrário, este chega até a afirmar que uma noção de extensão aplicada a termos naturais teria que ser exatamente num sentido de conjunto difuso. Já o outro

[16] Putnam, H., "The Meaning of Meaning", in *Mind, Language and Reality – Philosophical Papers, Vol. 2*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995, 215-271.

problema que é gerado, e que será o ponto mais criticado por Putnam, é o de que a intensão, ligada a um estado psicológico específico, determina a extensão[17].

O método que Putnam utiliza para sua crítica é o de criar um experimento mental que mostre que o mesmo estado psicológico pode levar a extensões distintas[18]. Nesse experimento mental[19], supomos a existência de uma Terra Gêmea, onde tudo é idêntico à Terra. Embora na Terra Gêmea os habitantes falem a mesma língua que a nossa, existem mínimas diferenças entre os dialetos da Terra e os da Terra Gêmea, e essas diferenças ocorrem devido a algumas particularidades da Terra Gêmea. Uma dessas particularidades é a de que o líquido chamado "água" na Terra Gêmea não é H_2O, mas, na verdade, um líquido cuja fórmula química é extremamente complexa, sendo abreviada por XYZ. É suposto também que XYZ possui as mesmas propriedades superficiais que a água da Terra – é um líquido insípido, inodoro e incolor, está presente nos rios e mares, etc. Se uma espaçonave da Terra visita a Terra Gêmea, então a primeira suposição será a de que "água" tem o mesmo significado na Terra e na Terra Gêmea. Essa suposição será corrigida quando for descoberto que "água" na Terra Gêmea é XYZ. Simetricamente, se uma espaçonave vindo da Terra Gêmea visita a Terra, então a suposição inicial será que a palavra "água" tem o mesmo significado na Terra Gêmea e na Terra. Esta suposição também será corrigida quando for descoberto que "água" na Terra é H_2O. Deve-se notar que não há problema com a extensão do termo "água". A palavra simplesmente tem dois significados distintos: no sentido que é usado na Terra Gêmea, quer dizer, o sentido de "água$_{TG}$", o que nós chamamos "água" simplesmente não é a nossa água; enquanto que o sentido que é usado na Terra, o sentido de "água$_T$", o que os terráqueos gêmeos chamam "água" simplesmente não é a sua água. Pois a extensão de "água" no sentido de água$_T$ é o conjunto de todas as porções consistindo de moléculas de H_2O; já a extensão de "água" no sentido de água$_{TG}$ é o conjunto de todas as porções consistindo de moléculas XYZ.

[17] "Secondly, the timeworn example of the two terms 'creature witha kidney' and 'creature with a heart' dows show that two terms can have the same extension and yet differ in intension. But it was taken to be obvious that the reverse is impossible: two terms cannot differ in extension and have the same intension. Interestingly, no argument for this impossibility was ever offered. Probably it reflects the tradition of the ancient and medieval philosophers who assumed that the corresponding to a term was just a conjunction of predicates, and hence that the concept corresponding to a term must *always* provide a necessary and sufficient condition for falling into the extension of the term." (ibidem, p. 218-219)

[18] "The 'public' character of psychological states [a teoria individualista de Frege e Carnap] entails, in particular, that if Oscar and Elmer understand a word A differently, then they must be in *different* psychological states. For the state of *knowing the intension of A to be, say, I* is the *same* state whether Oscar or Elmer be in it. Thus two speakers cannot be in the same psychological state in all respects and understand the term A differently; the psychological state of the speaker determines the intension (and hence, by assumption (II) [a assunção de que intensões iguais referem-se a mesma extensão], the extension) of A". (ibid, p. 222)

[19] Idem, p. 223.

Suponhamos uma segunda situação, na qual seja $Oscar_1$ um típico falante da Terra que estava nessa espaçonave e $Oscar_2$ sua contraparte (*Doppelgänger)* da Terra Gêmea, sendo que $Oscar_1$ não sabe que água consiste em hidrogênio e oxigênio, e $Oscar_2$ não sabe que "água" da Terra Gêmea consiste em XYZ. Quando $Oscar_1$ encontra na Terra Gêmea XYZ ele pensa que aquilo é água e, simetricamente, quando $Oscar_2$ encontra na Terra H_2O ele pensa que é $água_{TG}$. Pode-se supor que não existe crença que $Oscar_1$ tenha sobre a $água_{TG}$ que $Oscar_2$ não tenha sobre "$água_T$". $Oscar_1$ e $Oscar_2$ estão em estados psicológicos idênticos quando pensam "água é molhada", mas disso não se segue que podemos atribuir a $Oscar_1$ e $Oscar_2$ o mesmo pensamento, pois o pensamento de $Oscar_1$ refere-se a H_2O enquanto que o pensamento de $Oscar_2$ refere-se à XYZ. Assim, a extensão do termo "água'" não é em si mesma uma função do estado psicológico do falante. E se concordarmos que um líquido com as propriedades superficiais de água, mas com uma diferente micro-estrutura *não* pode ser água, então as maneiras de reconhecer o que é e o que não é água não pode ser dada pela intensão do termo. A determinação da sua extensão depende então de algo externo ao indivíduo: as propriedades internas das coisas às quais o termo se aplica.

Putnam também apresenta um exemplo que explicita que a intensão não é capaz de determinar a referência de um termo. Assim como Putnam, eu não sou capaz de distinguir um olmo de uma faia. A extensão de "olmo" em meu idioleto é a mesma que a extensão de "olmo" em qualquer outro idioleto, isto é, o conjunto de todos os olmeiros, e o conjunto de todas as faias é a extensão de "faia" em nosso idioleto. Mas esta diferença em extensão traz de fato alguma diferença para os meus *conceitos*, ou mesmo para os conceitos que Putnam tem sobre olmo e faia? Como não sou capaz de diferenciar um olmo de uma faia, meu conceito de um é igual ao conceito de outro. Assim, a mesma intensão pode me dar duas referências distintas.

Contudo, como Putnam nota[20], nem todos os falantes de uma comunidade linguística conhecem as propriedades internas dos objetos aos quais seus termos de tipo natural se referem ou conhecem os métodos para reconhecer especificamente tal extensão e, mesmo assim, sabem usar corretamente tais termos. Como no caso mesmo de "água": nem todos os falantes sabem identificar se o líquido para o qual estão apontando tem realmente como fórmula química H_2O, mas usam o termo "água" corretamente na maioria dos casos. A resposta de Putnam para tal habilidade é a de que isso é possível porque há uma *divisão do*

[20] Putnam, *The Meaning of 'Meaning'*, p. 227

trabalho linguístico[21], que afirma que os "*critéria"* associados a um termo são conhecidos apenas para um subconjunto de falantes, e a possibilidade para seu uso por outros depende de uma cooperação entre as duas classes de falantes. Sempre que um termo está sujeito a essa divisão de trabalho, um falante "mediano" que adquire o termo não adquire junto nada que fixe sua extensão.

Segundo Putnam, existem duas maneiras de dizer para alguém o que nós significamos por meio de um termo de espécie natural tal como "água". Pode-se dar uma descrição ou pode-se dar a chamada definição ostensiva. Suponha então que eu aponto para um copo com líquido e digo "*isto* é água", a fim de ensinar a alguém a palavra "água". Quando digo "isto é água", o "isto" é, por assim dizer, um "isto" *de re*, ou seja, "água" é tudo que preenche uma determinada relação de equivalência com a porção de liquido referida a "isto" *no nosso mundo*, ou seja, no mundo real. Segundo Putnam, podemos colocar tal relação do seguinte modo: (Para todo mundo W) (Para todo x em W) (x é água = x preenche a relação mesmo$_{-L}$ à entidade referida como "isto" no mundo real W1)[22]. Vistos desse modo, os termos de tipo natural são, então, *rígidos*. O termo "designador rígido" foi criado por Kripke ao tratar de nomes próprios que, segundo ele, referem sempre o mesmo indivíduo. Assim, designadores rígidos são designadores que, em uma determinada sentença, se referem ao mesmo indivíduo em todo mundo possível. E, de acordo com o experimento mental, o termo "água" se refere, em qualquer mundo possível, a H_2O. Além disso, segundo Putnam, um termo natural também é *indexical*: "água" é a matéria-prima que preenche uma relação determinada de similaridade à água *aqui em volta*[23]. Parece estranho assumirmos que um termo natural é, ao mesmo tempo, indexical e rígido, ou seja, que o termo depende do contexto e que não depende do contexto, mas sim da *res* do mundo real. Uma possível solução para esse estranhamento seria a interpretação de que um termo natural é indexical apenas no seu momento de batismo.

Assim, podemos afirmar que, seguindo o pensamento de Kripke, termos naturais são *metafisicamente necessários* e *epistemicamente contingentes*. Metafisicamente necessário porque a partir do momento que o termo "água" designa a coisa em questão, por batismo, essa coisa será, necessariamente, H_2O. Mas dessa necessidade não se segue que devemos saber,

---

[21] "The features that are generally thought to be present in connection with a general name - necessary and sufficient conditions for membership in the extension, ways of recognizing if something is in the extension ('criteria'), etc. - are all present in the linguistic community *considered as a collective body*; but that collective body divides the 'labor' of knowing and employing these various parts of the 'meaning' of 'gold'" (ibidem, p. 228)

[22] Putnam, *The Meaning of 'Meaning'*, p. 231

[23] "Our theory can be summarized as saying that words like 'water' have an unnoticed indexical component: 'water' is stuff that bears a certain similarity relation to the water *around here*." (ibidem, p. 234)

também de modo necessário, que água é H_2O. Durante muitos séculos, por exemplo, não se sabia a composição da água, mas, mesmo assim, água era H_2O. Logo, é epistemicamente contingente o fato de água ser H_2O, e epistemicamente contingente o fato do termo água se referir a H_2O.

O significado de um termo de tipo natural não poderá, então, ser identificado com a sua extensão, mas também não poderá ser identificado com uma intensão fregeana, visto que tal intensão é um conceito do falante individual. O significado de um termo para Putnam será identificado como uma quádrupla ordenada de entidades: estereótipos, marcadores semânticos e sintáticos e a própria extensão[24]. Os estereótipos são idéias socialmente difundidas e aceitas acerca de como algo é, de como algo se comporta ou de qual aparência ele tem. Os estereótipos são o *mínimo* exigido para dizermos se alguém adquiriu ou não um termo.[25] Como, por exemplo, para que alguém conheça o que significa "tigre" é exigido saber que tigres são listrados. Visto que termos naturais são epistemicamente contingentes, não preciso saber que água é H_2O para poder utilizar o termo. Muitas das vezes os estereótipos são suficientes. Já os marcadores são mais difíceis de serem revisados do que os estereótipos, como por exemplo "tigre é um animal", onde "animal" é o marcador semântico. Já os sintáticos são os "indicadores de categorias sintáticas", como, por exemplo, marcadores como "nome" ou "adjetivo".

É interessante notar aqui que Putnam não nega que haja descrições associadas ao significado de um termo, muito pelo contrário. Três das "entidades" do significado de um termo natural são dadas através de descrições: descrições sobre aparência superficial ou a função da *res* são dadas pelo seu esteriótipo, e descrições de funções linguísticas são dadas pelos marcadores. O que a teoria de Putnam nega é que tais descrições determinam a extensão de um termo. Elas, por si só, não são suficientes para o significado de um termo de tipo natural, pois deve fazer parte desse significado a sua própria extensão, ou seja, a *res* relevante está (de certo modo) contida no significado do termo que a nomeia. E isso porque a extensão dos termos naturais depende da natureza real das coisas particulares que servem de paradigma.

1.3 **Burge e o externalismo social**

[24] Ibid., p. 269

[25] Putnam, *The Meaning of 'Meaning'*, p. 248

Burge, entretanto, utilizando-se também de um experimento mental, mostra que a relação com o mundo externo não diz respeito apenas ao significado de um termo natural como Putnam apresenta, pois ele não foca apenas nos estados psicológicos do indivíduo e nos significados dos termos utilizados, mas analisa tal relação a partir das crenças que um sujeito pode ter acerca das coisas e dos termos que ele utiliza. De modo bem direto, podemos dizer que o Externalismo em Burge consiste na concepção segundo a qual a individuação dos estados e eventos mentais de um sujeito não se pode dar unicamente com base nas propriedades intrínsecas ao sujeito, sendo necessária relações – causais ou de outra natureza – estabelecidas entre o sujeito e o ambiente externo, seja físico ou social. Isto por dois motivos. Primeiro, porque a obtenção do significado dos termos empregados dependerá em parte da natureza da *res* relevante e, em parte, do uso que se tem na comunidade de falantes no qual o sujeito está inserido. Segundo, porque a individuação dos conteúdos dos estados mentais do sujeito dependerá da relação deste com a comunidade social, ou seja, a determinação do conteúdo dependerá do sentido que os termos possuem em uma determinada comunidade de falantes.

Ele utiliza então, em sua terminologia, crenças e pensamentos especificados em termos de *orações subordinadas*, iniciadas por "que" e que são avaliadas como verdadeiras ou falsas. Essas orações subordinadas substantivas que aparecem nas expressões mentalistas fornecem o *conteúdo* do evento ou estado mental. A questão de saber quando considerar os conteúdos dos estados mentais como diferentes ou não depende de certas restrições teóricas. Num dado contexto, podemos imputar a uma pessoa duas subordinadas-que equivalentes e considerá-las como atribuições da "mesma atitude". Por exemplo, podemos considerar o pensamento de que o copo contém um pouco d'água como o "mesmo pensamento" de que o copo contém um pouco de um líquido que mata a sede. Já em determinadas situações, diríamos que duas orações subordinadas fornecem conteúdos diferentes. Uma razão para isso é que os pares de componentes das subordinadas-que que são contraparte um do outro podem aludir a elementos distinguíveis na vida cognitiva do sujeito. Por exemplo, "a estrela da manhã" e "Vênus" poderiam servir para indicar noções cognitivas diferentes. Quando uma expressão funciona numa oração de conteúdo de um modo que não seja livremente substituível por todas as expressões extensionalmente equivalentes, dizemos que ela tem uma *ocorrência oblíqua*.

São as expressões em ocorrência oblíqua que fornecem o conteúdo dos estados mentais e caracterizam o sujeito dos estados mentais em questão. Isso porque em ocorrências não-

oblíquas, como o exemplo da água, o termo ("água") não tem nenhum papel no fornecimento do *conteúdo* do pensamento do sujeito, ou na caracterização do sujeito, ou de seu estado mental. Dizemos que o sujeito *pensa seu conteúdo* para a água. Em sua ocorrência não-oblíqua, o termo "aquela água" simplesmente isola uma porção de coisa molhada à qual o sujeito ou o seu pensamento está relacionado.

Feitas estas considerações, Burge passa, então, a um exame de um experimento mental[26]. Na primeira etapa, supomos que uma determinada pessoa, competente na sua língua materna, tem um grande número de atitudes que lhe são normalmente atribuídas por meio de orações de conteúdo contendo "artrite" em ocorrência oblíqua. Por exemplo, essa pessoa pensa que tem artrite há anos, que existem vários tipos de artrite, que seu pai tinha artrite, e assim por diante. Além dessas atitudes, ela pensa, erroneamente, que desenvolveu artrite na coxa. Relata, então, a seu médico o seu temor e este responde dizendo-lhe que isso não pode ser, uma vez que artrite é especificamente uma inflamação das articulações. Qualquer dicionário poderia ter-lhe dito o mesmo. O paciente fica surpreso, mas desiste da sua opinião inicial.

O segundo passo do experimento mental consiste numa suposição contrafactual. Supomos novamente uma situação em que o paciente passa pelo mesmo curso de eventos físicos da situação real, até o momento em que ele relata o seu temor ao médico. Ele pronuncia e ouve as mesmas palavras nos mesmos momentos em que o faz na situação real. Podemos supor também que, tanto na situação real como na contrafactual, ele adquire a palavra "artrite" pela conversação casual e pela leitura, e, nunca tendo ouvido nada que o leve a, ou que o impeça de usá-la do modo como ele usa, ele passa a aplicar a palavra a uma moléstia na sua coxa. Tanto no caso real como no contrafactual, tal propensão nunca é reforçada, nem descartada, até o momento em que ele fala com o médico. Mas na suposição contrafactual, médicos, lexicógrafos, e leigos bem-informados usam "artrite" não apenas para artrite, mas para várias outras moléstias reumatóides. Nesse caso, a crença do paciente estava correta.

A etapa final é uma interpretação da situação contrafactual. É razoável supor que na situação contrafactual, o paciente não pensa nem acredita que tenha artrite na coxa, que tenha artrite há anos, e assim por diante. "Artrite", na situação contrafactual, difere da palavra "artrite" como é usada por nós, tanto na definição do dicionário quanto na extensão. Então, os conteúdos da atitude contrafactual do paciente diferem dos seus conteúdos reais. O resultado

[26] Burge, T., "Individualism and the Mental", in *Foundations of Mind,* Clarendon Press, Oxford, 2007, p. 104.

destas reflexões é que se os conteúdos mentais forem tomados isoladamente de seus contextos sociais eles serão idênticos. Assim, a diferença em seus conteúdos mentais é atribuível a *diferenças em seu ambiente social*, ou seja, a individuação dos estados e eventos mentais também depende da relação do sujeito com seu ambiente social.

Segundo Burge, este argumento tem uma aplicação extremamente vasta[27]: poderia ter sido usado qualquer um dos vários tipos de palavras. No experimento mental, não é nem mesmo preciso depender de uma concepção errônea. Poderia escolher um caso em que o sujeito compreenda apenas parcialmente uma expressão. O sujeito pode usá-la firme e corretamente numa série de casos, mas pode não ter certeza, ou mostrar-se agnóstico, sobre algumas de suas aplicações ou implicações. Nem as atribuições relevantes na primeira etapa do experimento mental precisam exibir o erro do sujeito. Poderia haver atribuições de um conteúdo verdadeiro. Poderíamos começar com uma atitude proposicional que envolvesse a noção erroneamente concebida, mas que estivesse num uso verdadeiro e não problemático: por exemplo, a crença do paciente de que ele, como seu pai, desenvolvera artrite nos tornozelos com a idade de 58 anos (onde "artrite" ocorre obliquamente).

O experimento mental poderia até ser pensado invertendo as situações. No experimento mental temos que um sujeito possui certas crenças e, ao perceber que estava errado, as corrige. E na situação contrafactual todas as crenças dele são verdadeiras. Se invertêssemos a situação, encontraríamos, então, uma compreensão incompleta na situação contrafactual. Por exemplo, o sujeito compreende adequadamente o termo "artrite" e pensa (corretamente) que, assim como seu pai, ele tem artrite nas articulações. Ele ouviu falar de artrite ocorrendo apenas nas articulações, e corretamente acredita que é só nelas que a atrite pode ocorrer. Mantendo constantes sua história corporal, suas disposições e sua dor, supomos então na situação contrafactual que artrite se aplica a moléstias reumatóides de todos os tipos – artrite não tem nenhum destaque especial. Se o paciente ouvisse de um médico que a dor que ele tem na coxa também se deve à artrite, o paciente tenderia (como no caso real) a dizer que acreditava que artrite só poderia ocorrer nas articulações. O médico então o corrigiria, afirmando que artrite pode ocorrer também nos músculos, tendões e em outros lugares. Novamente, a noção com a qual o médico e o paciente estariam lidando num caso assim não seria a de artrite.

Entretanto, o experimento mental não se aplica a verbos como "saber", "dar-se conta", "lembrar", "perceber". Isto porque tais verbos sugerem uma distinção clara entre a

[27] Burge, T., *Individualism and the Mental*, p. 111.

contribuição do sujeito individual e a contribuição objetiva do ambiente, para tornar esses verbos aplicáveis. Por exemplo, quando uma pessoa sabe que a neve é comum na Groelândia, esse saber depende obviamente da existência real de bastante neve na Groelândia. Faz parte do peso do argumento o fato de que mesmo os estados mentais intencionais do indivíduo, como crenças, não possam ser compreendidos focando-se simplesmente os atos, disposições e acontecimentos internos do indivíduo. O experimento mental também não funciona em casos indexicais. Isso parece totalmente aceitável, visto que se Alfred aponta para uma maçã e diz "aquilo é saudável", aquilo a que ele se refere depende não só do conteúdo do que ele diz ou pensa, mas também da maça que está na frente dele.

Assim, o argumento pode funcionar em qualquer caso em que seja possível atribuir um estado ou evento mental cujo conteúdo envolva uma noção que o sujeito compreenda de modo *incompleto*[28]. Podemos considerar como compreensão incompleta, por exemplo, os erros de interpretação ou o uso de termos científicos pelos leigos. Para Burge, não é importante para o experimento mental definir se o sujeito entendeu mal o significado da palavra ou se o sujeito cometeu um erro acerca da essência da coisa. Em qualquer uma das opções, ele não compreendeu bem mas, ainda assim, imputações envolvendo o termo em posição obliqua são feitas.

No *Postscript to Individualism and the Mental*[29], Burge tenta esclarecer a idéia de compreensão, e com isso a idéia de uma compreensão incompleta. Segundo ele, compreender um conceito ou noção X é o mesmo que ser capaz de explicar aproximadamente o que faz X ser o que é. Podemos, então, dizer que há níveis de compreensão: há certos indivíduos que compreendem um conceito melhor do que os demais, e estes compartilham os conceitos com os outros. O uso de um conceito se dá através de transmissão de conhecimento. A explicação de um conceito geralmente é dada através de um princípio, chamado por Burge de "princípio explicativo". Tal princípio são proposições que definem o conceito em questão, como "água é composta por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio", "artrite é uma doença que dá nas articulações", etc.

---

[28] "Most cases of incomplete understanding that support the thought experiment will be fairly idiosyncratic. There is a reason for this. Common linguistic errors, if entrenched, tend to become common usage. But a generally competent speaker is bound to have numerous words in his repertoire, possibly even common words, that he somewhat misconstrues. [...] Although most relevant misconstruals are fairly idiosyncratic, there do seem to be certain types of error which are relatively common — but not so common and uniform as to suggest that the relevant terms take on new sense. Much of our vocabulary is taken over from others who, being specialists, understand our terms better than we do" (Burge, *Individualism and the Mental*, p. 107).

[29] Burge, T., "Postscript to Individualism and the Mental", in *Foundations of Mind*, Clarendon Press, Oxford, 2007, p. 174.

Entretanto, o princípio que é usado para explicar o conceito e iluminar suas condições de aplicação pode ser falso. Esses são casos de crenças que são garantidas empiricamente ou de pressuposições que são relevantes para uma compreensão conceitual. Além disso, não se segue que, para um indivíduo compreender determinado conceito precisa ter como crença determinados princípios explicativos, por exemplo, no caso de "alumínio", de que o alumínio é uma espécie natural ou mesmo de que é um conceito de espécie natural. Ou até mesmo a crença de que água é formada por H_2O. Ele apenas não pode estar fechado à possibilidade de que o alumínio e a água sejam uma espécie natural.

Além disso, o indivíduo pode não estar numa posição de reconhecer a verdade dos princípios. Um exemplo disso é o de Leibniz, quando usa a noção de infinitesimal: ele não pôde compreender corretamente o conceito sem uma "educação substancial" e novos conceitos matemáticos. Reflexões sobre aquilo que ele já sabia não foram condições suficientes para dar a Leibniz uma adequada compreensão do seu próprio conceito. Assim, podemos dizer que há uma distinção entre a dependência da experiência para *adquirir o significado* para compreender um conceito, ou para pensar um principio explicativo, e a dependência da experiência para *justificar* um princípio explicativo[30].

Para derrubar o experimento mental de Burge é preciso defender que nenhum dos casos pode ser considerado literalmente: os conteúdos mentais teriam de ser reinterpretados. Segundo os filósofos que defendem uma reinterpretação dos conteúdos dos estados e eventos mentais, nós deveríamos negar que o paciente realmente acreditava ou pensava que a artrite poderia ocorrer fora das articulações, porque ele compreendeu mal a palavra "artrite". Ou seja, deveríamos negar que o sujeito pudesse ter qualquer atitude cujos conteúdos ele compreendesse de modo incompleto. Segundo tais filósofos, vários casos mostram que devemos reinterpretar os conteúdos dos estados mentais de um sujeito. Casos como o de estrangeiros sem domínio da língua; imitações das nossas palavras por uma criança ou casos de dialetos regionais mostram que não devemos considerar todos os conteúdos mentais de modo literal.

Há quatro tipos de reinterpretação que têm alguma aceitação[31]. Uma delas é a de que as imputações mentalistas relevantes seriam interpretadas como atribuições de atitudes *de re* que

[30] "The information might be obtained through empirical experience. Belief in the relevant explicational principle is nevertheless apriori knowable. Al's own acceptance of it can be apriori warranted once he is apprised of his own incomplete understanding. Here again we see the importance of distinguishing dependence on experience to *acquire the means to understand* a concept, or to think an explicational principle, from dependence on experience for being *warranted in believing* an explicational principle." (Burge, T., *Postscript to Individualism and the Mental*, p. 173.)

[31] Burge, *Individualism and the Mental*, p. 121-128.

são acerca de entidades não denotadas pelas expressões erroneamente interpretadas. Por exemplo, a crença do sujeito de que ele tem artrite na coxa seria reinterpretada como uma crença *acerca* da moléstia que ele tem na coxa. Mas isso não dá conta das atribuições relevantes, pois ignora a ocorrência oblíqua de "artrite" na imputação original e tais ocorrências dizem respeito à caracterização do ponto de vista do sujeito. O sujeito pensa acerca da doença em sua coxa (e acerca da sua artrite) de uma certa maneira, mas tal reinterpretação desconsidera esses pontos de vista do sujeito.

Um segundo método, proposto por Descartes e que ocasionalmente ressurge, é defender que, em casos de compreensão incompleta, o conteúdo ou a atitude do sujeito é indefinido. Há certos casos que ficamos em dúvida de como descrever as atitudes do sujeito, como nos casos em que o indivíduo parece estar confuso. Talvez, nesses casos, possamos dizer que o conteúdo mental do sujeito esteja indefinido. Mas em casos como o do experimento mental, a prática comum não nos dá nenhum apoio à afirmação que os conteúdos mentais do sujeito sejam indefinidos. O sujeito e seus companheiros tipicamente conhecem e concordam acerca de como confirmar ou não suas crenças precisamente – tanto nos casos em que elas são verdadeiras quanto nos casos em que elas exibem a compreensão errônea. Nos casos de compreensão parcial, podemos não saber o quanto, precisamente, o sujeito domina o conceito, a não ser que se faça um extenso questionamento. Mas isso ainda não parece impedir atribuições diretas em posição oblíqua. Os conteúdos são atribuídos sem hesitação, e admitem, sem problemas, o teste quanto ao valor de verdade, apesar da compreensão parcial do sujeito. Existe, portanto, pouco embasamento *prima facie* para o apelo à indefinição.

Além disso, tal método não parece ser um método de *reinterpretação*. Na falta de um modo fácil de atribuir alguma coisa que não seja o conteúdo mal compreendido, é-se tentado a dizer que não há conteúdo definido. Não há aqui uma reinterpretação do conteúdo do estado mental, mas sim a afirmação de que não podemos *interpretar* tal conteúdo. Mas como tal afirmação poderia ser usada para derrubar o experimento mental, ela foi incluída por Burge como um método de reinterpretação. De qualquer modo, como vimos, a prática comum não dá nenhum apoio a este método.

Os outros dois métodos de reinterpretação são, freqüentemente, evocados um depois do outro. O primeiro consiste em atribuir uma noção que apenas captura a compreensão errônea, substituindo os conteúdos que são aparentemente falsos por conteúdos verdadeiros. No caso do paciente, por exemplo, reinterpretaríamos sua crença criando um termo 'coxartrite', que cobriria artrite e o que quer que seja que ele tem na coxa. O segundo método consiste em

considerar o erro do sujeito como puramente metalingüístico, ou seja, considera-se que o conteúdo falso envolve noções que denotam ou se aplicam a expressões lingüísticas. Por exemplo, reinterpretaríamos a crença do sujeito como uma crença de que "artrite" se aplicava a alguma doença na sua coxa. Geralmente os dois métodos são aplicados simultaneamente, numa tentativa de dar conta de atribuições de conteúdo em termos de reinterpretação do conteúdo no nível do objeto, juntamente com um erro metalingüístico.

Há razões pelas quais a prática ordinária não segue o método da reinterpretação ao nível do objeto. Em muitos casos, particularmente aqueles envolvendo compreensão parcial, encontrar uma reinterpretação que estivesse de acordo com o método não seria de modo algum trivial. Considere o paciente com artrite. Suponha que vamos reinterpretar a atribuição de suas crenças errôneas de ter artrite na coxa. Criamos um termo 'coxartrite', que cubra artrite e o que quer que seja que ele tem na coxa. Mas as restrições apropriadas à aplicação desse termo, e à suposta noção do paciente, não estão claras. Qualquer problema na coxa que o paciente queira chamar de "artrite" vai contar como "coxartrite"? O problema é que não há nenhum padrão reconhecido que governe a aplicação do termo novo.

A propensão do método para invocar terminologia nova sempre que um erro conceptual ou uma compreensão parcial ocorre é problemática também em outro sentido. Ela faz proliferar uma terminologia sem um retorno teórico evidente. Não geramos uma melhor compreensão acerca do paciente inventando uma palavra nova e dizendo que ele pensou (corretamente) que "coxartrite" pode ocorrer fora das articulações. O método de reinterpretação ao nível do objeto não consegue dar conta, de modo plausível, da evidência na qual baseamos nossas atribuições mentais. Quando surpreendido em erro, o sujeito geralmente não reage dizendo que seu ponto de vista foi mal-compreendido. O paciente não diz (nem pensa) que tinha pensado ter na coxa alguma-categoria-de-doença-do-tipo-da-artrite-e-que-incluía-artrite-mas-também-capaz-de-ocorrer-fora-das-articulações, em vez do erro geralmente atribuído.

O método pode ser visto como implausível ainda de um outro modo. O paciente sabe que tem artrite no tornozelo e nos pulsos há algum tempo. Agora, com essa nova dor na coxa, ele teme estar, e acredita que está, com artrite na coxa, e que a artrite está se espalhando. Suponha então que reinterpretamos todas essas atribuições de atitudes de acordo com o método. Usamos o nosso novo termo, "coxartrite", para cobrir a artrite e o que quer que seja que ele tem na coxa. Assim, nessa nova interpretação, o paciente está certo ao pensar que tem coxartrite no tornozelo e nos pulsos. Sua crença de que ela se alojou na coxa é *verdadeira* e

seu medo tornou-se realidade. Mas estas atribuições não combinam com a maneira pela qual nós vemos e deveríamos ver suas reais crenças e seus medos. Sua crença não é verdadeira, e seu medo não se torna realidade. Seu alívio está ligado a uma rede de pressupostos que ele tem acerca da artrite: que é um tipo de doença, que há consequências debilitantes se ela ocorre em múltiplos locais, e assim por diante. Quando lhe é dito que artrite não pode ocorrer na coxa, o paciente não decide que seus medos se realizaram. Assim, as disposições comportamentais e inferências do sujeito freqüentemente deixam de dar suporte ao método.

O quarto método também se mostra falho. Consideremos o paciente que teme que sua artrite esteja se espalhando. De acordo com o método da reinterpretação metalingüística, o raciocínio do paciente deveria ser descrito do seguinte modo: ele pensa que a palavra "artrite" se aplica a uma única doença que ele tem; que a doença que ele tem, chamada "artrite", torna-se debilitante se ela se espalhar e que "artrite" se aplica à doença nos seus pulsos e tornozelos. Ele então teme que uma doença chamada "artrite" tenha se alojado na sua coxa. Contudo, segundo Burge, quando nos deparamos com a compreensão incompleta do sujeito não decidimos que todos os conteúdos mentais que estávamos atribuindo a ele, e que envolviam a noção mal compreendida, eram puramente metalingüísticos. Consideramos que as pessoas que compreendem de modo incompleto os termos nas orações de conteúdo que lhe são imputadas compartilham atitudes verdadeiras e não problemáticas ao nível do objeto com outras pessoas que compreendem melhor os termos relevantes.

Segundo Burge, há ainda certos argumentos filosóficos que são a favor da reinterpretação dos conteúdos dos estados e eventos mentais. São argumentos caracteristicamente filosóficos favoráveis à revisão do discurso ordinário ou a favor de dar-lhe uma leitura não-literal, argumentos que dependem puramente de considerações intuitivas ou *a priori*. Burge considera três tipos de argumentos dessa forma[32]. O primeiro deles sustenta que as orações de conteúdo que imputamos têm de ser reinterpretadas de modo a fazer referência a palavras, porque elas claramente dizem respeito a questões lingüísticas – ou são acerca da linguagem. Mesmo se esse argumento fosse correto, não afetaria decisivamente o experimento mental, pois a maioria dos conteúdos mentais que variam entre a situação real e a contrafactual não são, em nenhum sentido intuitivo, "lingüísticos". A crença de que certas

[32] Burge, *Individualism and the Mental*, p. 129-132.

poltronas são sofás pode ser dita como lingüística, mas crenças de que alguns sofás são bege ou que o sujeito tem artrite severa nas mãos não o são[33].

O segundo argumento sustenta que uma interpretação requer que não atribuamos a pessoas racionais crenças tais como a de que alguém pode ter artrite na coxa. Contudo, novamente, o argumento não afeta a maior parte das atitudes que poderiam deslanchar o experimento mental; pois muitas são diretamente verdadeiras, ou falsas, por razões empíricas ordinárias. Tal argumento só faz sentido se considerarmos como certo justamente aquilo que é fortemente defendido como falso ao longo do experimento, que é o ponto de que só podemos ter conteúdos mentais se compreendemos completamente os conceitos que usamos. Se compreendemos totalmente o que é "artrite", ou seja, se sabemos que, além de uma doença, ela só ocorre nas articulações, não poderíamos ter uma crença de que podemos ter artrite na coxa. Entretanto, vários fatos mostram que não só podemos como temos uma compreensão incompleta da maioria dos termos que usamos, e isso não nos impede de usá-los corretamente em várias sentenças. Como, por exemplo, no caso do experimento, em que o sujeito sustenta a crença falsa de que tem artrite na coxa, mas também sustenta crenças verdadeiras de que ele tem artrite nos tornozelos, de que o seu pai teve artrite, de que artrite é uma doença, entre outras.

Já o terceiro argumento parece ser mais interessante. Às vezes insiste-se que não deveríamos atribuir conteúdos envolvendo noções que sejam compreendidas de modo incompleto porque o indivíduo deve querer dizer, com a palavra mal compreendida, algo diferente do que nós queremos dizer com ela. Essa expressão "o indivíduo quis dizer algo diferente com suas palavras" pode ser interpretada de dois modos. Podemos considerar que a expressão diz pouco mais do que o falante ter compreendido incompletamente suas palavras: o paciente pensou que "artrite" significava algo que incluía doenças que ocorrem fora das articulações. Mas ela pode querer dizer que não apenas o sujeito interpreta ou aplica mal suas palavras, mas que ele tinha em mente algo que as palavras não denotam ou não expressam. Por exemplo, o sujeito, ao usar o termo "sofá", algumas vezes tinha em mente certas poltronas. Contudo, não se segue da suposição que o sujeito pensou que uma palavra significa algo que ela não significa, ou que ele aplica erradamente a palavra, que a palavra não possa ser usada numa descrição literal de seus conteúdos mentais ou que ela não possa ocorrer

[33] "But the argument is unpersuasive even as applied to the contents that, in an intuitive sense, do concern linguistic matters. A belief that broad, overstuffed armchairs are sofas is linguistic (or 'about' language) in the same senses as an 'analytically' true belief that no armchairs are sofas. But the linguistic nature of the latter belief does not make its logical form metalinguistic. So citing the linguistic nature of the former belief does not suffice to show it metalinguistic. No semantically relevant component of either content applies to or denotes linguistic expressions". (ibidem, p. 129)

obliquamente (e ser interpretada literalmente) nas orações-que que fornecem alguns de seus conteúdos mentais. A disposição do sujeito de submeter seu enunciado e sua crença à arbitragem de uma autoridade sugere uma disposição de que suas palavras sejam consideradas do modo normal – sem levar em consideração associações errôneas. Quando o veredicto lhe é contrário, como no experimento mental da artrite, o mais provável não será ele dizer que nós compreendemos mal seu ponto de vista. Assim, esse tipo de comportamento sugere que podemos afirmar que o sujeito quis dizer, com "artrite", *artrite* – onde "artrite" ocorre obliquamente.

A suposição que parece guiar todos os três argumentos filosóficos discutidos é a de que aquilo que uma pessoa pensa que suas palavras significam, como ela as considera, determina completamente que atitudes ela pode expressar ao usá-las: os conteúdos de seus estados e eventos mentais estão estritamente limitados às noções, mesmo que idiossincráticas, que ela compreende; e, com isso, uma pessoa não pode pensar com noções que compreende incompletamente. Tal suposição é, segundo Burge, derivada do velho modelo segundo o qual uma pessoa tem de conhecer diretamente, ou deve apreender de forma imediata, os conteúdos de seus pensamentos. Os argumentos apresentados por Burge podem então serem vistos como um ataque contra o antigo hábito filosófico de fazer a "compreensão completa" de um conteúdo uma condição necessária para ter uma atitude proposicional com esse conteúdo. Compreensão parcial e errônea são fenômenos inevitáveis e corriqueiros, e atribuições de conteúdo apesar delas são uma parte essencial da prática comum.

Portanto, Burge, assim como Putnam, critica e ataca as abordagens individualistas. No entanto, suas críticas não abordam apenas as teorias semânticas, mas também as sobre o mental. Segundo ele, tais abordagens são tratamentos filosóficos que tentam ver os fenômenos mentais intencionais do indivíduo exclusivamente em termos do que ocorre em seu interior e como ele reage ao ambiente físico, sem qualquer referência essencial ao contexto social no qual ele ou o intérprete de seus fenômenos mentais estão situados. Podemos separar entre duas classes as abordagem individualistas sobre os estados e eventos mentais: a individualista tradicional e a funcionalista/materialista.

Os argumentos apresentados, como o próprio experimento mental da artrite, afeta os tratamentos introspectivos tradicionais da mente, como os de Platão, Descartes, Russell, e de muitos outros[34]. Esses tratamentos são baseados num modelo que compara a relação entre a pessoa e os conteúdos de seus pensamentos com a visão, e a visão é considerada um tipo de

[34] Burge, *Individualism and the Mental*, p. 133.

experiência direta e imediata. O modelo tende a encorajar tratamentos individualistas do mental porque sugere que aquilo que uma pessoa pensa depende do que ocorre ou "aparece" no interior de sua mente. Ou seja, aquilo que a pessoa pensa depende do poder e extensão de sua compreensão e de suas disposições internas em relação aos conteúdos. Na maioria das vezes, tal modelo aparece sobre a forma de um dualismo substancial. O mais famoso expoente deste dualismo foi Descartes. Segundo ele, a mente é identificada com a alma, que é um substância lógica imaterial destituída de todos os elementos de corpos materiais, e, além disso, a alma é uma *res cogitans*, ou seja, uma coisa pensante. Na compreensão de Descartes, a faculdade de compreensão de uma pessoa, propriamente assim nomeada, não comete erros. A falha na apreensão dos próprios conteúdos mentais resulta, ou de preconceito cego, ou da inferência de "meras" sensações do corpo e imagens corpóreas. Isto implica que, por meio da reflexão suficientemente cuidadosa da parte do sujeito, tais obstáculos ao perfeito entendimento podem ser eliminados. Ou seja, a pessoa precisa apenas ser cuidadosa ou adequadamente orientada em suas introspecções para alcançar uma compreensão completa do conteúdo dos seus fenômenos mentais intencionais. Já na tradição empirista, as ressalvas de Descartes quanto ao modelo da experiência direta – em particular aquelas envolvendo os efeitos interferentes das sensações e das imagens – tendem a desaparecer. O que alguém pensa passa a ser considerado como um tipo de impressão (seja mais imagística ou mais intelectual) na, ou diretamente apreendida pela, mente do indivíduo. A tendência a considerar a compreensão completa por parte do sujeito como uma condição necessária para atribuir-lhe um conteúdo mental aparece tanto em filósofos que consideram o conteúdo como sendo uma abstração platônica quanto naqueles que o colocam, de alguma maneira, dentro da mente do indivíduo. No entanto, o experimento mental mostra que o conteúdo do pensamento de alguém não é fixado por aquilo que acontece dentro da pessoa, ou por aquilo que está acessível à pessoa simplesmente por meio de reflexão cuidadosa. Segundo Burge, conteúdos são às vezes "inacessíveis" à introspecção simplesmente porque grande parte das atribuições mentalistas não pressupõe que o sujeito tenha dominado completamente o conteúdo do seu pensamento.

Já outro tipo de abordagem individualista aparece com o nome de "funcionalismo"[35]. Essa abordagem surgiu como uma interpretação filosófica influenciada pela teoria da computação. O funcionalismo, como o nome implica, concebe a mente como uma função, onde as noções mentais são vistas em termos de entrada de informações (input), saída

[35] Burge, *Individualism and the Mental*, p. 136.

(output), disposições e estados internos do sujeito, e estes são caracterizados puramente em termos do modo como conduzem a, ou vieram de, saídas, entradas ou outros estados internos caracterizados de modo similar. Entretanto, qualquer tentativa de dar uma explicação de crenças e pensamentos específicos ao longo das linhas indicadas será mal-sucedida, pois podemos fixar a entrada, a saída, e a coleção total de estados funcionais e disposicionais dos nossos sujeitos, tomados isoladamente da de seus companheiros, e ainda assim podemos conceber que os seus conteúdos mentais variem. Considerando o caso do experimento mental, por exemplo, o *input* de informações foram os mesmos – nos dois casos, as crenças do sujeito acerca do que é artrite são iguais, e todas as informações e conhecimentos sobre o que poderia ser artrite, até o momento em que falam com o médico, são idênticos. Mesmo assim, o conteúdo de seus estados mentais são diferentes. Isso porque, como vimos, podemos pensar nos conteúdos das crenças e intensões dos nossos sujeitos diferindo ao simplesmente variar as convenções da comunidade ao seu redor. Ou seja, os conteúdos das crenças dos indivíduos parecem depender (parcialmente) das convenções sociais do seu ambiente.

Tais abordagens fucionalistas influenciaram o surgimento de discussões favoráveis à uma teoria materialista da identidade[36]. O argumento para tal teoria se dá em três estágios: primeiro, dá-se uma "explicação filosófica" de cada uma das expressões mentalistas, sendo estas neutras no que concerne à ontologia. Por exemplo, supõe-se que uma crença de que sofás são confortáveis seja descrita como um estado ou evento funcionalmente especificado dentro de uma série de outros – todos os quais estão ligados a entrada e saída. Segundo, espera-se que estes estados funcionalmente especificados sejam empiricamente correlacionáveis com estados ou eventos fisiológicos em um sujeito. Por exemplo, essa crença de que sofás são confortáveis pode ser realizada em um sujeito através de um espécime (*token*) de um tipo de evento fisiológico. E em terceiro, sustenta-se que o espécime de estado ou evento mental na pessoa é idêntico ao espécime de estado ou evento fisiológico relevante.

Segundo Burge, nosso método usual de identificar e diferenciar os pensamentos que ocorrem é fazer referência à pessoa ou ao organismo a quem os pensamentos ocorrem, ao tempo da ocorrência, e ao conteúdo do pensamento. Se pessoa, tempo e conteúdo são os mesmos, devemos considerar o pensamento como o mesmo. E a igualdade do conteúdo do pensamento (ou pelo menos algum tipo de equivalência forte entre os conteúdos) é considerada uma condição necessária para a igualdade de ocorrência de pensamento. Assim, nenhuma ocorrência de um pensamento (ou seja, nenhuma espécime de evento de

[36] Ibidem, p. 141

pensamento) poderia ter um conteúdo diferente (ou extensionalmente não-equivalente) e ser o mesmo espécime de evento. Se esta premissa é aceita, então o experimento mental pode ser usado para mostrar que um evento de pensamento de uma pessoa não é idêntico a nenhum evento que seja descrito pela fisiologia, biologia, química ou física. O argumento do experimento mental mostra que o mesmo espécime de evento pode ter conteúdos diferentes: o sujeito estava no mesmo tempo, nas mesmas condições e tendo o mesmo espécime de evento descrito por uma das ciências físicas e, mesmo assim, o conteúdo da crença na situação contrafactual é diferente do conteúdo da situação real.

Assim, as duas metáforas individualistas encorajaram a negligência sistemática de características sociais e transformaram a teoria em uma coisa *extremamente* reducionista. A característica-chave do experimento mental está no fato de que nós atribuímos crenças e pensamentos às pessoas mesmo quando elas compreendem incompletamente os conteúdos daquelas mesmas crenças e pensamentos. O argumento sobre os conteúdos mentais tem a função de mostrar que a natureza mesma dos eventos não pode ser definida apenas pelas disposições fisiológicas do sujeito: se o conteúdo mental é diferente, não podemos considerar o estado ou evento mental como o mesmo.

Burge lança, então, a idéia de um compromisso do sujeito com a linguagem da sua comunidade: as atribuições mentalistas não repousam no fato de o sujeito ter dominado os conteúdos da atribuição e nem no fato de ele ter as disposições comportamentais que são relevantes para aqueles conteúdos, mas sim no fato de ele ter uma certa responsabilidade para com o cumprimento das convenções que governam, e as concepções associadas com os símbolos que ele está disposto a usar. A pessoa, então, fica comprometida a usar as palavras de acordo com as convenções mantidas por aqueles com quem ela aprendeu as palavras[37]. A chave para a atribuição de conteúdos mentais em face de domínio incompleto ou incompreensão repousa largamente nas funções sociais associadas com a manutenção e aplicação do padrão. Expressões simbólicas são a fonte de informações detalhadas acerca do que as pessoas pensam, pretendem, e assim por diante[38]. As palavras interpretadas das maneiras convencionalmente estabelecidas são familiares, relativamente estáveis e públicas.

[37] "Crudely put, wherever the subject has attained a certain competence in large relevant parts of his language and has (implicitly) assumed a certain general commitment or responsibility to the communal conventions governing the language's symbols, the expressions the subject uses take on a certain inertia in determining attributions of mental content to him." (Burge, *Individualism and the Mental*, p. 147)

[38] "The authority of a person's reports about his thoughts and beliefs (modulo sincerity, lack of subconscious interference, and so forth) does not issue from a special intellectual vision of the contents of those thoughts and beliefs. It extends even to some cases in which the subject incompletely understands those contents. And it depends partly on the social

Em seu texto *Belief de re*[39], Burge mostra que as crenças do sujeito nas quais seus conteúdos ocorrem de forma oblíqua – ou seja, quando a substituição do termo relevante do conteúdo por um coextensivo pode afetar o valor de verdade da expressão – não são puramente *de re*, ou seja, não há apenas uma relação direta do sujeito com uma *res*, nem é por isso *de dicto*, pois seu estado mental não é puramente conceitual.

A distinção entre crenças *de re* e *de dicto* é antiga. Segundo uma distinção gramatical, a distinção ocorreria entre a aplicação do predicado modal "é necessário" em uma proposição (*dictum*) e a aplicação do predicado modal para uma entidade tipicamente individual (*res*). Russell, ao tratar de sentenças contendo nomes logicamente próprios, mostrou que tal distinção gramatical não era condição suficiente para definir realmente uma distinção entre *de dicto* e *de re*, pois tais sentenças contendo nomes logicamente próprios expressam proposições em que seus componentes incluem as pessoas nomeadas por tais nomes[40]. Nesse caso, tais proposições não podem ser *de dicto*, mesmo tal distinção gramatical afirmando que são.

Com Quine essa discussão é retomada[41]. A partir dele, tem-se costumado a afirmar que a distinção ocorreria a partir de um *critério de substituição*. Ou seja, em atribuições de crenças *de re* poder-se-ia livremente substituir a atribuição relevante por qualquer outra descrição correta deste objeto. Se tal substituição mostrar-se falha, ou seja, se eu não puder substituir o termo relevante por um extensionalmente equivalente, tal crença será *de dicto*. Por exemplo, suponhamos que Alfie crê (*de re)* que aquele piano é feio. Segundo essa explicação, poderíamos então caracterizar a atitude de Alfie substituindo o termo "piano" por qualquer descrição correta sobre esse objeto. A intuição aqui presente é a de que essa nossa imputação relaciona Alfie diretamente ao piano, sem nenhuma atribuição, nem descrições particulares ou concepção que Alfie recorreria para representá-lo. Contudo, nos casos das orações de conteúdo em ocorrência oblíqua, tal substituição mostra-se falha em um "nível superficial" (*surface level*), não sendo, todavia, *de dicto*. E são justamente tais orações em ocorrência oblíqua que caracterizam a crença do sujeito e até mesmo o próprio sujeito.

Burge então distingue as crenças *de dicto* com as *de re* da seguinte forma: as crenças *de dicto* são aquelas expressas por "sentenças fechadas" e crenças *de re* são aquelas expressas

---

advantages of maintaining communally established standards of communication and mentalistic attribution". (ibidem, p. 150)

[39] Burge, T., "Belief *De Re*", in *Foundations of Mind*, Clarendon Press, Oxford, 2007, 44-64.

[40] apud (Burge, *Belief de re*, p. 46)

[41] apud (Burge, *Belief de re*, p. 46)

por "sentenças abertas"[42]. Sentenças fechadas são aquelas que fazem referência a proposições completas, ou seja, sentenças onde o valor de verdade é determinado sem recorrer a uma interpretação em um contexto particular. Já as sentenças *de re* são aquelas em que há uma relação entre o significado da frase (aquilo que ela expressa) e o objeto (*res*) relevante. Ou seja, segundo Burge, atribuições de crenças *de re* são fundamentalmente predicativas. Elas consistem em aplicar ou relacionar uma interpretação incompleta de orações de conteúdo, ou seja, uma sentença aberta, com um objeto ou seqüência de objetos, que, com efeito, completam a interpretação. A quais objetos estas sentenças abertas se aplicam pode variar com o contexto. Segundo Burge, estas questões estão então intimamente ligadas às das condições de atribuições do uso e compreensão da linguagem. Se um sujeito carece de atitudes *de re*, nós não podemos atribuir a ele a compreensão da linguagem, ou de fato atitudes proposicionais. Isso porque se o sujeito é tido como tendo pensamentos proposicionais, ele deve indicar alguma habilidade para relacionar seus pensamentos com os objetos relevantes. Na falta de provas para a habilidade de reconhecer tais relações, não há razão suficiente para atribuir compreensão de frases ou atitudes proposicionais. Atribuir uma compreensão de sentenças, ou atitudes proposicionais, exige então atribuições de atitudes *de re*[43]. Portanto, para Burge, uma crença *de re* é mais fundamental do que uma *de dicto*, pois atitudes *de re* são uma condição necessária para o uso e compreensão de uma linguagem.

Como vimos anteriormente, Putnam conclui que um estado psicológico individual – em que chama de o "sentido estreito" da expressão – não fixa a extensão dos termos que o indivíduo usa. De acordo com esta interpretação, um estado psicológico em um sentido estreito não será de nenhum modo *de re*. Atitudes proposicionais *de re* – sendo estas caracterizadas como uma relação com alguma outra coisa que não o sujeito mesmo e o conteúdo do seu pensamento – aparecem para um estado psicológico em um "sentido amplo". No entanto, considerando a distinção dada entre atitudes *de re* e atitudes *de dicto*, Burge

[42] "More generally, purely *de dicto* attributions make reference to complete propositions — entities whose truth or falsity is determined without being relative to an application or interpretation in a particular context. *De re* locutions are about predication broadly conceived. They describe a relation between open sentences (or what they express) and objects" (ibidem, p. 48).

[43] "The first sentences that children actually use or understand are invariably keyed to their immediate, perceptually accessible surroundings. Attitudes that accompany such assertions are clearly *de re*. These developmental matters are closely related to the question of conditions for attributing language use and understanding. I shall argue that if an entity lacks *de re* attitudes, we would not attribute to it the use or understanding of language, or indeed propositional attitudes at all" (Burge, *Belief de re*, p. 52).

afirma que os exemplos da Terra Gêmea de Putnam não mostram que um estado psicológico em um sentido estreito falha em fixar as extensões dos termos que o sujeito usa[44].

Vejamos detalhadamente para compreendermos o ponto de Burge. Para demonstrar que o conteúdo estreito dos indivíduos não são capazes de fixar suas referências, os exemplos da Terra Gêmea devem ser interpretados de tal maneira que Oscar e Oscar_{TG} tenham a mesma atitude proposicional *de dicto*[45] onde as extensões dos termos diferem. Oscar e Oscar_{TG} podem ter várias atitudes proposicionais corretamente atribuídas com termos naturais em posição oblíqua. O ponto de tais atribuições é caracterizar um estado ou evento mental subjetivo de tal modo que se leve em conta o modo que o sujeito vê ou pensa sobre os objetos de seu ambiente. Suponhamos então que Oscar tenha atitudes proposicionais corretamente atribuídas em ocorrência oblíqua, como, por exemplo, a de que ele espera que haja alguma água daqui a vinte metros. Mas podemos igualmente supor que Oscar_{TG} tenha as mesmas atitudes, ou pelo menos atitudes com o mesmo conteúdo?

Segundo Burge, pelo menos duas considerações importantes surgem aqui. Uma é a de que é difícil ver como Oscar_{TG} poderia adquirir pensamentos envolvendo o conceito de água. Isso porque não há água na Terra Gêmea, então ele nunca teve nenhum contato com água. Nem teve contato com ninguém que possa ter tido contato com água. Além disso, ninguém na Terra Gêmea usa alguma palavra que signifique *água*. Não é só que água não cai na extensão de qualquer um dos termos da Terra Gêmea. O ponto é que nenhum dos seus termos ainda foi traduzido para nossa palavra (não indexical) "água". Isso faz com que seja um mistério como qualquer habitante da Terra Gêmea possa dividir qualquer atitude com Oscar que envolva a noção de água. Poder-se-ia considerar que Oscar_{TG} tenha adquirido um conceito que expresse em sua língua aquilo que apresenta características superficiais semelhantes com a nossa água. Só que isso é completamente diferente do que Putnam parece tentar afirmar.

A segunda consideração, concernente à verdade, é a de que Oscar_{TG} carece de atitudes envolvendo a noção de água. Se Oscar_{TG} expressa atitudes que envolvam o conceito de água (em oposição a água_{tg}), então um grande número das suas crenças será falso. Mas não há razão para afirmar suas crenças como falsas e as de Oscar como verdadeiras. Suas crenças foram adquiridas e se relacionam com seus ambientes, paralelas exatamente e de maneiras

---

[44] Burge, T., "Other Bodies", in *Foundations of Mind*, Clarendon Press, Oxford, 2007, 82-99.

[45] "According to this interpretation [interpretação de Putnam para o que seria um "estado psicológico em um sentido estreito"], being in a psychological state in the narrow sense (at least as far as propositional attitudes are concerned) is to be in a state correctly ascribable in terms of a content clause which contains no expressions in a position (in the surface grammar) which admits of existential generalization, and which is not in any sense *de re*. *De dicto*, non-relational propositional attitudes would thus be psychological states in the narrow sense" (idem, p. 91).

igualmente bem sucedidas. As diferenças entre as atitudes de Oscar e $Oscar_{TG}$ derivam não de diferenças nos valores de verdade, mas nas diferenças entre seus respectivos ambientes e contextos sociais[46].

Assim, a diferença está nos conteúdos das atitudes de Oscar e $Oscar_{TG}$. Segundo Burge, isto basta para mostrar que os seus estados mentais bem como as extensões de seus termos diferem. Além disso, os exemplos que usamos envolvem atitudes proposicionais de relação: a crença de que *isto* é água ($água_{TG}$), e, portanto, tais atitudes são atitudes proposicionais em sentido amplo[47]. Deste modo, os exemplos não mostram que Oscar e $Oscar_{TG}$ diferem em suas atitudes *de dicto,* ou seja, as atitudes em sentido estreito. Os exemplos da Terra Gêmea indicam que a ordem da explicação não é executada em uma linha reta que vai das atitudes proposicionais em um "sentido estreito" para a extensão dos termos. Antes, segundo Burge, para saber e explicar o que uma pessoa acredita *de dicto*, deve-se saber algo sobre aquilo que ele acredita *de re*, sobre o que seus companheiros acreditam *de re* (e *de dicto*), sobre o que as palavras dele e de seus companheiros significam e sobre quais entidades caem nas extensões de seus termos.

Pode-se dizer então que as atitudes *de dicto* de Oscar envolvendo a noção de água *pressupõem* a existência de outras entidades, pois as condições para a individuação do estado ou evento mental fazem essencial referência à natureza das entidades em seu ambiente ou às ações e atitudes de outros indivíduos na comunidade. Mesmo as atitudes proposicionais puramente *de dicto* pressupõem a existência de entidades além do sujeito, nesse sentido de pressuposição. Assim, nenhuma crença *de dicto* ou *de re* serão estados psicológicos em sentido estreito[48].

A questão que surge então é qual o tipo de relação que há entre os estados mentais de um indivíduo com as entidades em seu ambiente, em virtude do fato de as condições para a individuação de seus conteúdos mentais estarem relacionadas com a natureza de tais entidades. Ou seja, as atitudes relevantes poderiam ser puramente *de dicto*, mesmo se o nosso

[46] "They give different sorts of entities as paradigm cases of instances of the term. Their uses of the term are embedded in different communal usages and scientific traditions that give the term different constant, conventional meanings. In normal contexts, they can explicate and use the term in ways that are informative and socially acceptable within their respective communities. In doing so, they express different notions and different thoughts with these words" (Burge, *Other Bodies*, p. 93).

[47] "Although these do not involve 'water' as an indexical expression and some are not even of (*de*) water (twater), they are, plausibly, propositional attitudes in the wide sense" (ibidem, p. 94).

[48] "One might say that Adam's *de dicto* attitudes involving the notion of water *do* presuppose the existence of other entities. The conditions for individuating them make essential reference to the nature of entities in their environment or to the actions and attitudes of others in the community. Even purely *de dicto* propositional attitudes presuppose the existence of entities other than the subject in this sense of presupposition. On this construal, none of the relevant attitudes, *de re* or *de dicto*, are psychological states in the narrow sense" (Burge, *Other Bodies*, p. 96).

método de individuação dos conteúdos das atitudes fazem referência às entidades? Pois é logicamente possível um indivíduo ter crenças envolvendo o conceito de água mesmo que ali não haja água. O indivíduo pode apenas não estar em uma relação diretamente epistêmica com a entidade relevante. Mas pode-se aqui querer dizer algo mais forte: é logicamente possível para um indivíduo ter crenças envolvendo o conceito de água mesmo que *não exista* água. Tentemos então conceder um conjunto de circunstâncias em que Oscar tenha crenças envolvendo a noção de água, mas no qual não exista água e nenhuma comunidade com outros falantes com o qual Oscar se relacione que possa existir água. Mas, como aponta Burge, temos aqui novamente o mesmo problema concernente à Putnam: como Oscar pode ter atitudes proposicionais envolvendo a noção de água? Como, de acordo com tais circunstâncias imaginadas, Oscar adquiriu o conceito de água? Não há água no seu ambiente, e ele não tem nenhum contato com qualquer outro indivíduo que tenha tido contato com água. Não há nada que podemos supor para afirmar que as palavras que Oscar profere sobre água significam água.

Podemos afirmar, então, que o ponto sobre a individuação dos estados mentais traz, nesse caso, um ponto sobre implicação[49]. Estados psicológicos de Oscar em um sentido estreito (ou seja, não implicando na existência de outras entidades) não fixam a extensão dos seus termos. E isso, segundo Burge, não porque as crenças de Oscar envolvendo a noção de água sejam indexicais ou *de re*, ou porque ele tenha as mesmas atitudes proposicionais que Oscar_{TG} onde as extensões dos seus termos diferem. Mas sim porque todos os conteúdos das atitudes de Oscar envolvendo relevantes noções de tipo natural *são individuados por referência a outras entidades.* Ou seja, nenhuma crença sobre um tipo natural será, desse modo, um sentido estreito.

1.4 **A necessidade de conteúdo estreito**

Podemos separar em dois pontos principais os argumentos em favor do conteúdo estreito: segundo tais argumentos, o conteúdo amplo por si só não é capaz de fornecer uma explicação para o acesso privilegiado por parte do sujeito nem uma explicação para os seus comportamentos. Resumidamente, o que os defensores de um conteúdo estreito argumentam é que, do modo como é proposto o externalismo, a noção de acesso privilegiado entra em

[49] ibidem, p. 97-98.

xeque. Como vimos, o externalismo de Putnam e Burge afirma, grosseiramente, que a determinação dos conteúdos dos estados mentais depende das relações do sujeito com o ambiente externo. Assim, propriedades semânticas e intencionais são, generalizando, propriedades *relacionais*: propriedades definidas em termos das relações entre um falante e aquilo que ele fala sobre. Contudo, se aquilo que pensamos ou significamos não está "na nossa cabeça", para usar o bordão de Putnam, parece então que não podemos saber, ou pelo menos não podemos ter autoridade, sobre o que nós pensamos ou significamos. Assim, afirmar que todos os conteúdos dos estados mentais do sujeito são amplos é afirmar, no final das contas, que o sujeito não pode saber *a priori* os conteúdos dos seus próprios estados. O que parece ser completamente implausível, pois afirmar isso é afirmar que não sabemos sobre o que acreditamos ou pensamos. Se não podemos saber tais conteúdos, estes então não serão relevantes para uma explicação do comportamento dos indivíduos. Mas nós explicamos justamente o comportamento de alguém através do que ele acredita, pensa, deseja, e por aí vai. Assim, conteúdos amplos, determinados externamente, seriam irrelevantes do ponto de vista causal e explicativo.

Vejamos, então, mais detalhadamente porque o externalismo parece ser incompatível com o acesso privilegiado aos conteúdos mentais por parte do sujeito. Chamamos o conhecimento obtido independente de investigação empírica de conhecimento *a priori*, e chamamos o princípio de que é possível ter um conhecimento *a priori* dos conteúdos dos seus próprios estados mentais de "acesso privilegiado". A idéia aqui é a de que nós podemos, em princípio, saber sobre os conteúdos dos nossos estados mentais "apenas pensando", sem necessidade de uma investigação empírica. O argumento de que tal forma de conhecimento não é compatível com as teses externalistas foi primeiramente apresentado por McKinsey[50]. Seu método utilizado foi selecionar um argumento de Burge de que o externalismo é compatível com o acesso privilegiado e tentar mostrar que tal argumento é inconsistente. Segundo ele, Burge argumenta que seu anti-individualismo é perfeitamente compatível com acesso privilegiado, afirmando que essas três proposições são consistentes:

1. Oscar sabe *a priori* que ele está pensando que água é molhada.
2. A proposição de que Oscar está pensando que água é molhada necessariamente depende de E, sendo E uma "proposição externa".
3. A proposição E não pode ser conhecida *a priori*, mas apenas por investigação empírica.

[50] McKinsey, M., "Anti-individualism and Privileged Access", in Ludlow, P. & Martin, N. (eds.), *Externalism and Self-Knowledge*, Center for the Study of Language and Information, Stanford, 1998, 175-184.

Podemos resumir todo o argumento do McKinsey sobre tal inconsistência da seguinte forma. De acordo com o externalismo, o ambiente do sujeito individua (em parte) alguns dos conteúdos de seus pensamentos. O sujeito não precisa saber as condições de individuação dos seus pensamentos para poder tê-los. Contudo, se um sujeito sabe os argumentos externalistas, ele pode saber *a priori* que, se ele tem um certo conteúdo de pensamento, então certas condições no ambiente são satisfeitas. Um sujeito pode usar esse conhecimento filosófico e seu conhecimento *a priori* dos conteúdos de seus pensamentos para obter, por inferência, o conhecimento *a priori* sobre o ambiente no qual ele está inserido. Contudo, é implausível que um sujeito possa ter um conhecimento *a priori* do modo como seu ambiente é.

Segundo McKinsey, poderiamos realizar tal movimento *a priori* entre o conhecimento dos conteúdos dos meus estados mentais para o conhecimento igualmente *a priori* sobre o ambiente no qual estou inserido justamente por causa do "necessariamente depende de" afirmado por Burge. De acordo com McKinsey, podemos interpretar tal dependência de duas maneiras: como sendo uma implicação metafísica ou como sendo uma implicação conceitual. Considere a primeira. Sendo as dependências metafísicas apenas conhecidas *a posteriori*, proposições que são conhecidas *a priori* podem ser metafisicamente dependentes de outras proposições que são apenas conhecidas *a posteriori*. Por exemplo, Oscar pode saber *a priori* que ele existe, e a sua existência depende metafisicamente da existência da sua mãe, mesmo que Oscar não possa saber *a priori* que sua mãe existe. Mas podemos descartar facilmente tal interpretação de uma implicação metafísica, pois afirmar que alguns estados cognitivos *de dicto* são estados amplos não significa simplesmente que tais estados *metafisicamente* implicam a existência de objetos externos. Por exemplo, é plausível supormos que nenhum ser humano pode (metafisicamente) existir sem parentes biológicos, e que nenhum ser humano pode (metafisicamente) ter tido outros parentes biológicos do que aqueles que ele de fato teve. Se isso é assim, então o pensamento de Oscar de que água é molhada metafisicamente implica que a mãe de Oscar existe. De fato, tendo Oscar quaisquer estados mentais eles metafisicamente implicarão a existência da mãe de Oscar. Mas isso não é obviamente o sentido de "estado psicológico amplo" que Putnam e Burge tinham em mente. Claramente, dizer que o estado em questão é amplo não é dizer algo que é verdade em virtude da natureza de Oscar ou da natureza do evento particular que é o pensamento de Oscar.

Já na interpretação de dependência como sendo uma implicação conceitual, o argumento de Burge se mostraria claramente inconsistente. Suponha (1) Oscar sabe *a priori* que ele está pensando que água é molhada. Então, considerando (2), Oscar pode simplesmente *deduzir* E,

usando apenas premissas que são conhecidas *a priori*, incluindo a premissa de que ele está pensando que água é molhada. Se Oscar pode deduzir E de premissas que são conhecidas a priori, então Oscar pode saber E também de modo *a priori*. Mas isso contradiz (3). Assim, como não podemos saber *a priori* que o mundo externo existe, também não podemos saber *a priori* que se está no estado mental em questão.

Uma solução possível para o problema apresentado por McKinsey é negar a forma de externalismo presente no argumento, afirmando que (2) não é uma conseqüência do externalismo semântico. A solução é, então, modificar o externalismo, enfraquecendo-o de modo que se torne compatível com o acesso privilegiado. Este é o tipo de resposta que Brueckner apresenta no seu artigo *What an Anti-individualist knows a priori*[51]. Brueckner diz que a questão de quando a teoria externalista nos leva às proposições (2) e (3) obviamente depende de como consideramos que E seja. Segundo ele, McKinsey considera E da seguinte forma: "Oscar habita um ambiente que contém H_2O ao invés de XYZ". Entretanto, um externalista pode sustentar que (i) $Oscar_{TG}$ não pode entreter pensamentos sobre água, pois no seu ambiente há XYZ ao invés de H_2O, enquanto nega que (ii) em qualquer mundo onde Oscar pode pensar que água é molhada é um mundo que contém H_2O (ou seja, negando uma consequência *muito forte* de (2)). Burge sustenta[52] que é logicamente possível para um individuo ter crenças envolvendo o conceito de água mesmo que ali não exista água. Pois, se o individuo faz parte de uma comunidade de falantes que usa o conceito "água", isso pode ser o suficiente para distinguir tal conceito da noção de XYZ. A idéia de Burge parece ser a de que em tal mundo sem água existem outras entidades físicas suficientes para fixar um conteúdo apropriado para as sentenças teóricas (falsas) da comunidade. Assim, segundo Brueckner, temos no externalismo a seguinte condicional: (N) necessariamente, se Oscar está pensando que água é molhada então ou (i) água existe ou (ii) Oscar faz parte de uma comunidade de falantes onde alguns teorizam que H_2O existe.

Sendo as condições (i) e (ii) derivadas do princípio de que *teorias químicas* revelam a natureza de água, Brueckner afirma que (N) deve, assim, ter um status de necessidade *metafísica*. É possível então que a seguinte conseqüência *a priori* possa ser retirada a partir da teoria externalista: é necessário que, se Oscar está pensando que água é molhada, então existe (em seu ambiente) alguma entidade física distinta de Oscar. Então, se Oscar pode ter um conhecimento *a priori* do que ele está pensando, ele pode também saber *a priori* que ali (em

51 Bruckner, A., "What an Anti-Individualist knows a priori", in Ludlow, P. & Martin, N. (eds.), *Externalism and Self-Knowledge*, Center for the Study of Language and Information, Stanford, 1998, 197-206.

52 Burge, T., "Other Bodies", in Burge, T., *Foundations of Mind*, Clarendon Press, Oxford, 2007, 82-99.

seu ambiente) existem algumas outras entidades além dele próprio. Mas isso significa que ele pode saber qualquer coisa *a priori* sobre as características do seu ambiente físico? Segundo Brueckner, o que o sujeito pode saber, *a priori*, é que há entidades físicas o suficiente para fixar os conteúdos do seu pensamento. Mas *quais* tipos de entidades são requeridas é um assunto *a posteriori*.

Podemos resumir essa semântica apresentada por Brueckner da seguinte forma: predicados *de dicto* na forma "está pensando que p" expressam propriedades que são amplas, no sentido de que a posse de tais propriedades por um sujeito *implica metafisicamente* a existência de objetos contingentes que são externos ao agente. Entretanto, tal externalismo é fraco e não parece dar conta de casos como o de nomes próprios e termos de tipo natural. O próprio Burge não assumiria que o que determina o sentido dos termos como água são teorias químicas. O uso de teorias é, basicamente, explicativo. Não é a teoria que determina a natureza da água, mas o inverso. O que Burge pretendia afirmar é que a utilização do termo "água" não depende da existência de H_2O, pois ela é convencional, mas, se "água" é um termo de tipo natural, então o sentido do termo dependerá da natureza da res. Além disso, o que o argumento apresentado por McKinsey mostra é que, segundo o externalismo, os conteúdos dos estados mentais implicam, de alguma forma, a existência de *determinadas* entidades, não apenas a existência de qualquer outra entidade além do sujeito. E isso é muito mais forte do que a conclusão que Brueckner parece afirmar.

Brown[53], por sua vez, mostra a inconsistência das três afirmações dadas por Burge argumentando diretamente com a posição dele de que há algum E tal que o conteúdo do estado mental possa ser conhecido *a priori* enquanto que E é conhecido apenas empiricamente. Segundo ela, Burge argumenta que, como Oscar não sabe que água é H_2O, sem a existência de água ou outros falantes não haverá nada para determinar que os pensamentos de Oscar são acerca de água, em oposição a pensamentos acerca de $água_{TG}$. O argumento de Burge para a afirmação de que Oscar não pode ter um pensamento sobre água a menos que ou água ou outros falantes existam depende do fato de que Oscar não sabe a composição de água. De acordo com Brown, temos então a seguinte implicação entre mente e mundo: (P) Necessariamente, se *x* tem um pensamento envolvendo o conceito de água, e *x* é agnóstico sobre as condições de aplicação do conceito de água, então ou *x* se encontra em um

[53] Brown, J., "The Incompatibility of Anti-Individualism and Priviledged Access", in Ludlow, P. & Martin, N. (eds.), *Externalism and Self-Knowledge*, Center for the Study of Language and Information, Stanford, 1998, 185-194.

ambiente que contenha H_2O, ou *x* faz parte de uma comunidade que utiliza o termo "água" que é aplicado a algo se e somente se for H_2O[54].

Podemos reformular tal implicação de modo que ela ocorra com todos os termos naturais: (Q) Necessariamente, se *x* tem um pensamento envolvendo o conceito de um termo natural *k* e *x* é agnóstico sobre as condições de aplicação do conceito *k*, então ou *x* está em um ambiente no qual contenha *k*, ou *x* faz parte de uma comunidade com o conceito de *k*[55].

Segundo Brown, podemos então reformular o argumento de Burge da seguinte forma. Onde *k* e *k** são superficialmente indistinguíveis, mas tipos naturais distintos, se (a) um sujeito *x* não sabe a descrição científica de *k*; (b) não há *k* no ambiente de *x*; e (c), não há outros falantes além de *x*, então não parece haver fundamento para dizer que um termo, *t*, no repertório de *x* significa *k*, em oposição à *k**. Se *x* não tem nenhum contato com *k* ou com ninguém que tenha tido contato com *k*, é difícil ver como *x* pode ter adquirido o conceito sobre *k*. Devemos então aceitar que Oscar pode saber Q *a priori*, pois o próprio Burge já forneceu os materiais para a sua justificação *a priori*. Contudo, se o externalismo é verdadeiro, então um sujeito que sabe os argumentos externalistas pode usá-los para adquirir um conhecimento *a priori* acerca das implicações entre seus pensamentos e o mundo. Se um sujeito pode saber *a priori* tal implicação, então ele pode saber *a priori* a proposição sobre o seu ambiente (E) que Burge afirma que só pode ser conhecida *a posteriori*, a saber, que ou existe a coisa relevante no mundo ou que existe pessoas e que elas usam o termo referindo-se a coisa relevante.

Segundo Brown, podemos ampliar o escopo desse argumento a termos de tipo não-natural. O princípio Q seria reinterpretado como: (R) Necessariamente, se *x* tem um pensamento envolvendo um conceito de tipo não-natural, *c*, e *x* é agnóstico sobre as condições de aplicação de *c*, então *x* faz parte de uma comunidade no qual se usa o conceito *c*. Além disso, Oscar pode usar Q e R para deduzir um conhecimento *a priori* de um novo princípio: (S) Necessariamente, se *x* tem um pensamento envolvendo um conceito *c*, e *x* é agnóstico sobre as condições de aplicação de *c*, então ou *x* está em um ambiente no qual contém instancias da referência de *c* e *c* é um conceito de tipo natural, ou *x* faz parte de uma comunidade no qual há o conceito *c*, sendo ou não um termo de tipo natural[56].

---

[54] Brown, J., *The Incompatibility of Anti-Individualism and Priviledged Access*, p. 188.

[55] Ibidem, p.189.

[56] Idem, p. 190-191.

Oscar não precisa saber *a priori* se *c* é ou não um termo de tipo natural. Tudo que ele precisa saber *a priori* é que ele tem um pensamento envolvendo o conceito *c* e que ele é agnóstico sobre as condições de aplicação de *c*. Oscar pode saber *a priori* que ele tem um pensamento envolvendo o conceito *c* em virtude de ter acesso privilegiado aos conteúdos dos seus estados mentais. Oscar pode também saber *a priori* que não tem nenhuma crença sobre a composição de água. Assim, Oscar pode então usar S para deduzir *a priori* um conhecimento sobre o mundo. Por exemplo, pelo fato de que ele sabe *a priori* que ele tem um pensamento envolvendo o conceito de água, ele pode chegar a saber *a priori* que ou em seu ambiente há água e água é um termo de tipo natural, ou de que ele faz parte de uma comunidade que tem o conceito de água. Mas isso entra em conflito com o que Burge afirma, o de que nós podemos ter apenas conhecimento empírico dos fatos externos que individuam nossos pensamentos. Assim, há aqui uma incompatibilidade entre a tese externalista e o acesso privilegiado.

Passemos então para o problema da explicação causal do comportamento. Comumente, explicamos o comportamento do sujeito com base em seus estados mentais e os conteúdos que o indivíduo entretém. Por exemplo, a explicação dada para o comportamento do sujeito ao pegar um copo de água e beber para matar a sede pode ser dada pela sua crença de que havia água naquele copo (e não qualquer outra bebida) e pela sua crença de que água mata a sede. Sendo assim, argumentam os defensores do conteúdo estreito, no caso da Terra Gêmea as crenças dos sujeitos deverão ser iguais. Afinal de contas, os sósias nas situações imaginadas por Putnam agem da mesma maneira em um certo sentido. Os dois têm as mesmas atitudes e os mesmos comportamentos tanto em relação à água quanto à água$_{TG}$. Para explicar o comportamento comum aos sósias, devemos então atribuir-lhes conteúdos partilhados. Além disso, como a causalidade é uma questão local, os conteúdos que figuram nas leis intencionais explicativas do comportamento devem ser estreitos. Segundo Roberto Horácio Pereira[57], o argumento de Fodor segue esse caminho. O principal argumento de Fodor gira em torno de três premissas: a primeira é a de que, como supõe Putnam, os gêmeos do seu experimento mental são duplos físicos; a segunda é a de que os comportamentos de ambos são idênticos em todos os aspectos relevantes; e a terceira premissa é uma inferência das premissas anteriores, afirmando que os poderes causais também devem ser idênticos em todos os aspectos relevantes. A conclusão que Fodor, então, extrai é a de que os gêmeos do experimento mental pertencem a uma mesma espécie natural para efeitos de explicação

[57] Pereira, R. H., *O conteúdo exíguo segundo uma ótica anti-individualista*, p. 194.

psicológica e, consequentemente, que apenas conteúdos especificados de forma individualista seriam capazes de fornecer explicações psicológicas.

Nos termos em que é formulado, o argumento parece ser bastante fraco. Isso porque tanto a segunda quanto a terceira premissa não são plausíveis de acordo com a visão externalista. Segundo Dretske[58], por exemplo, por mais que os comportamentos dos gêmeos sejam extremamente semelhantes, não podemos considerá-los como sendo idênticos. Quando Oscar pega um copo d'água e bebe, o que ele está fazendo é tomar um copo de H_20. Mas, em contrapartida, quando $Oscar_{TG}$ pega um copo contendo $água_{TG}$ e bebe, o seu comportamento é o de beber XYZ. E essa distinção é, segundo Dretske[59], absolutamente relevante na descrição das suas respectivas condutas. Sendo fisicamente idênticos, o que os gêmeos em ambientes distintos compartilham não é o comportamento, mas apenas o *movimento corporal*. Enquanto o movimento corporal é um evento resultante de *inputs* que impulsionam uma série de eventos neurofisiológicos, o comportamento é um processo a ser explicado pelos conteúdos determinados, em parte, por referência ao ambiente externo ao agente. Por exemplo, suponha que, sem o seu conhecimento, Oscar viaje a Terra Gêmea e lá um copo de XYZ induza nele o proferimento da oração "água sacia a sede" (ou o seu análogo mental) e, estando com sede, ele resolve beber o líquido em questão. Uma vez que ele não teve tempo de se adaptar ao novo ambiente, é razoável supormos que o conteúdo do seu proferimento ou a crença correspondente não sofreu qualquer alteração. Assim, seu comportamento é completamente distinto daquele realizado pelo seu gêmeo. Enquanto $Oscar_{TG}$ está pensando no copo de XYZ como sendo um copo de XYZ, Oscar está tomando erroneamente um copo de XYZ por um copo de H_20. A única coisa que eles tem em comum são seus movimentos corporais.

Mas se ocorrências mentais de "água" são especificadas pela oração subordinada "que H_2O sacia a sede", como amostras de XYZ poderiam suscitar em Oscar – e em qualquer terráqueo em situações semelhantes – de forma generalizada o proferimento da oração "água sacia a sede" ou a crença correspondente, fazendo com que ele tomasse o copo de XYZ e dele bebesse? O exemplo para esse problema não precisa nem ser ficcional. Não-especialistas tomam frequentemente pirita por ouro, jadeita por nefrita, etc. A resposta mais plausível, parece, não é a de supormos que eles estão tomando equivocamente XYZ por H_2O, ou jadeita por nefrita, etc. Mas sim a de que eles estão antes representando indistintamente H_2O e XYZ como substância aquosa, jadeita e nefrita como jade etc. Assim, a única explicação razoável é

[58] apud (Pereira, R. H., *O conteúdo exíguo segundo uma ótica anti-individualista*, p. 194)

[59] Idem.

a de que H_2O e XYZ ou jadeita e nefrita aparecem da mesma forma a todos os indivíduos indistintos a respeito de alguma propriedade neurológica dos seus cérebros. Mas se isso for correto, gêmeos idênticos em diferentes ambientes compartilharão mais do que o simples movimento corporal. Eles também se comportam da mesma forma ao representarem indistintamente H_2O e XYZ como substância aquosa.

Entretanto, essas alegações não parecem ainda suficientes para a justificação de uma dualidade de conceitos e de conteúdos. Mesmo especialistas devem estar dispostos a aceitar correções por deferência de especialistas mais capacitados que eles no uso que fazem de conceitos. Podemos ver isso mais claramente no exemplo da artrite apresentado por Burge. A pessoa que vai ao médico se queixando de artrite na coxa normalmente aceita a correção do uso errôneo que está fazendo do termo "artrite" em deferêcia ao médico. Uma pessoa que rejeitasse ser corrigida nessas condições seria inteiramente atípica. Da mesma maneira, ao proferir ou pensar conscientemente que água mata a sede diante de amostras de XYZ, Oscar também deveria estar disposto a aceitar uma correção quanto ao uso que faz do conceito de água por deferência à expertise de um químico. Se Oscar aceita as correções sugeridas pelo químico especialista, então devemos concluir que eles não compartilham o mesmo conceito de água. Por conseguinte, mesmo que Oscar tenha apenas uma compreensão parcial do conceito de água e não saiba distinguir instâncias de H_2O de instâncias de XYZ, ele está pensando em H_2O como H_2O, e não em H_2O ou XYZ como uma substância aquosa.

Mas poderia-se objetar, em contrapartida, que tal argumento não é o suficiente para eliminar a necessidade de um conteúdo estreito. Quanto mais próximo um intérprete se encontrar da língua e da mente do agente ou do interlocutor, mais à vontade ele se sentirá para corrigí-lo em casos de divergência e mais provavelmente o agente se sujeitará às correções. Em contrapartida, quanto mais distantes estiverem, menor será a probabilidade de que o intérprete ouse correções e, se as fizer, menor será a probabilidade de que o agente as aceite. Por exemplo, Oscar porderia recusar a correção do químico de que água é H_2O. Nesse caso, Oscar estará pensando em termos do conceito estreito de substância aquosa. O que o sujeito faz nesses casos em que nega a deferência de um especialista é atribuir conceitos estreitos alternativos, maximizando a verdade do que estaria sendo pensado pelo agente de modo a tornar compreensíveis suas crenças e proferimentos.

Assim, esses argumentos mostram que o conteúdo amplo não parece ser o suficiente tanto para a possibilidade de uma autoridade da primeira pessoa quanto como uma explicação causal dos comportamentos do indivíduos, sendo requerida então a adoção de um conteúdo

estreito. Contudo, eles não mostram com isso que tais conteúdos amplos devem ser abandonados. Vários exemplos do funcionamento da linguagem parecem indicar que o Externalismo Semântico é correto, como os casos de nomes próprios e termos de espécies naturais. Além disso, os experimentos mentais apresentados principalmente por Burge mostram que a individuação dos conteúdos dos nossos eventos e estados mentais não se dá unicamente pelas propriedades físicas intrínsecas do indivíduo. Uma solução é então considerar que um estado mental possui dois tipos de conteúdos, sendo um individuado por referência ao mundo externo ao sujeito (conteúdo amplo) e o outro individuado apenas por propriedades intrísecas ao sujeito (conteúdo estreito). Desse modo, o problema da incompatibilidade parece se dissolver sem, no entanto, abandonarmos o externalismo semântico.

2 O BI-DIMENSIONALISMO EPISTÊMICO DE JACKSON E CHALMERS

Tem-se frequentemente afirmado, como vimos, que as propostas externalistas parecem ter duas consequências problemáticas. Se afirmarmos que todo conteúdo de um estado mental é amplo, podemos, então, inferir que: primeiro, que não é possível que o sujeito tenha um acesso privilegiado, totalmente *a priori*, aos conteúdos dos seus estados mentais; e, segundo, que tais conteúdos amplos não são capazes de fornecer uma explicação causal para os comportamentos dos indivíduos. Resumidamente, o primeiro problema é que, se o conteúdo de um estado mental é determinado por propriedades externas ao indivíduo, para que um sujeito saiba *a priori* os conteúdos dos seus estados mentais é requerido, antes, que ele tenha um outro conhecimento *a posteriori* sobre o fato relevante. Só que, na maioria das vezes, o sujeito não tem tal conhecimento *a posteriori* sobre determinados fatos do mundo. Por exemplo, para um indivíduo saber que o conteúdo da sua crença de que "água é molhada" é o mesmo que o da sentença "H_2O é molhada", ele precisará saber que água é H_2O. Mas o que os experimentos mentais e os exemplos apresentados pelo externalismo mostram é que muitos de nós sabemos quase nada sobre os tipos naturais que os nossos termos se referem, mas, mesmo assim, somos capazes de usá-los e de entreter crenças sobre eles. Já o segundo problema é que, se o indivíduo não tem acesso aos conteúdos dos seus estados mentais, tais conteúdos não poderão, então, serem causalmente relevantes para os comportamentos de tais indivíduos. Normalmente, explicamos um certo comportamento de um sujeito pelas crenças que tal sujeito têm. Mas se ele não sabe os conteúdos dos seus pensamentos, não poderemos, então, dar este tipo de explicação. Além disso, o conteúdo amplo não parece ser igualmente capaz de fornecer uma explicação para a semelhança de comportamento entre os indivíduos e as suas contrapartes nos experimentos mentais apresentados. Oscar e $Oscar_{TG}$ têm o mesmo comportamento em relação tanto a H_2O quanto a XYZ, mas os conteúdos dos seus pensamentos sobre água diferem.

Uma solução possível para este problema é afirmar que os estados mentais possuem uma dupla dimensão, afirmando, então, que tais estados possuem tanto um conteúdo amplo, que é individuado por propriedades externas ao indivíduo, quanto que tem também um conteúdo estreito, que é determinado apenas pelas propriedades intrínsecas/internas ao sujeito, sem precisar recorrer a nada externo. Assim, tal conteúdo estreito permitiria um acesso privilegiado por parte do sujeito que detém a crença, visto que o conhecimento do conteúdo do estado mental em questão ocorreria de modo *a priori*. E, sendo tal conteúdo acessível ao

sujeito, podemos fornecer, então, uma explicação causal para os comportamentos dos indivíduos. Além disso, tal conteúdo estreito forneceria uma explicação para o fato de que o sujeito tem, por exemplo, o mesmo comportamento na presença tanto de XYZ e quanto de H_2O: o seu conteúdo estreito não se alteraria através dos mundos possíveis. Tal solução seria, então, uma proposta bi-dimensionalista.

Há dois tipos de propostas bi-dimensionalistas: um bi-dimensionalismo contextual e um bi-dimensionalismo epistêmico. Grosseiramente, as duas propostas afirmam que há dois modos de se pensar a possibilidade de uma sentença: podemos pensar uma possibilidade, ou "mundo possível", como um contexto de avaliação, e podemos pensar um mundo possível como um contexto de proferimento. Kripke, quando define "mundos possíveis" e afirma que nomes próprios são designadores rígidos, só está pensando no primeiro tipo de possibilidade. Nessa interpretação, um mundo possível é uma situação estipulada, tendo como parâmetro o nosso mundo. Assim, a linguagem já está fixada e permanece constante: os sentidos e as referências são as mesmas que as do nosso mundo. Contudo, afirmam os bi-dimensionalistas, quando falamos ou pensamos que uma referência ou sentido de um termo poderia ser diferente, ou que o nosso mundo poderia não ser como ele de fato é, não estamos estipulando mundos contrafactuais e avaliando tais sentenças. O que nós fazemos é pensar em um mundo possível como se fosse o nosso mundo, tomando-o como se fosse o mundo real.

Assim, para capturar estes dois tipos de possibilidades, há ainda dois tipos de intensões: uma intensão primária e uma intensão secundária, sendo que a intensão primária capturaria a possibilidade de uma sentença pensando um mundo possível como sendo o mundo atual, e a intensão secundária capturaria a possibilidade pensando mundos possíveis como mundos contrafactuais[60]. No entanto, a divergência entre as duas propostas bi-dimensionalistas aparece aqui: segundo a teoria bi-dimensionalista contextual, a intensão primária é vista como capturando uma *dependência contextual* do conteúdo do estado mental; já na teoria bi-dimensionalista epistêmica, a intensão primária é vista como capturando uma *dependência epistêmica* do conteúdo.

A proposta bi-dimensionalista epistêmica parece, então, fornecer uma resposta mais plausível e direta para os problemas gerados pelo externalismo apresentados acima. Pois, grosseiramente, o que a interpretação contextual pretende mostrar é uma dependência contextual que os termos e sentenças têm – ou seja, podemos pensar em termos de tipos

[60] Intensões como sendo "primárias" e "secundárias" são nomeadas assim por Chalmers. Jackson, por sua vez, as chamará de "intensões-A" e "intensões-C" e Stalnaker de "proposição diagonal" e "proposição expressa". Por mais que Stalnaker não parece as definir como intensões, ele ainda as vê como sendo funções que partem de mundos possíveis à valores de verdade.

naturais, por exemplo, como sendo rígidos em certas possibilidades tomadas como mundos contrafactuais, e como sendo não-rígidos nas possibilidades tomadas como sendo mundos possíveis pensados como atuais. Em tal construção poderíamos, então, considerar que os conteúdos dos estados mentais são ainda determinados por propriedades externas ao indivíduo, através das relações que o sujeito entreteria com tal mundo possível tomado como sendo o atual. Ou seja, ele ainda não solucionaria o problema do acesso privilegiado que o indivíduo tem em relação aos conteúdos dos seus estados mentais. Mas, em contrapartida, o que a proposta epistêmica afirma é que aquilo que um sujeito sabe e acredita sobre o mundo ao seu redor é relevante na descrição dos mundos possíveis tomados como atuais. Tais mundos possíveis (ou "mundos centrados") são nada menos que representações que o indivíduo faz do mundo ao seu redor. Assim, a avaliação e determinação do conteúdo de um estado mental em tal mundo centrado será dada em termos daquilo que o sujeito sabe e acredita – ou seja, determinadas por propriedades internas ao indivíduo. Nesse tipo de interpretação, então, o indivíduo teria acesso *a priori* aos conteúdos dos seus estados mentais.

Os filósofos principais dessa linha bi-dimensionalista epistêmica são Jackson e Chalmers. Apresentarei a proposta de Jackson tendo como texto principal seu trabalho *From Metaphysics to Ethics: a Defense of Conceptual Analysis*. Por mais que a intenção deste seu livro não seja uma teoria semântica ou mental sobre os conteúdos dos estados e eventos mentais, há em diversos trechos uma apresentação da sua teoria bi-dimensional e apontamentos do que seria uma "intensão-A" e uma "intensão-C". Assim, para uma melhor elucidação da sua teoria e dos conceitos utilizados, utilizei como bibliografia complementar outros três artigos do Jackson: *Narrow Content and Representation – or Twin Earth Revisited*, *Representation and Narrow Belief* e *Why we need A-Intensions*.

Na apresentação da tese de Chalmers usei como texto central seu artigo *The Foundations of Two-Dimensional Semantics*, por motivos óbvios. Neste artigo Chalmers apresenta uma série de argumentos favoráveis a noção de conteúdo estreito em termos epistêmicos, e define cada um dos conceitos principais da sua teoria bi-dimensional. Além disso, utilizei como bibliografia complementar seus artigos *The Nature of Narrow Content* e *Epistemic Two-Dimensional Semantics*

2.1 **Jackson e as intensões-A**

2.1.1 Conteúdos representacionais e mundos centrados

Para Jackson, o conteúdo de uma crença é *representacional*: crenças representam como nós consideramos como as coisas são. E representar nada mais é do que fazer uma divisão entre possibilidades, isto é, dividir as possibilidades entre aquelas que são consistentes com o modo como as coisas estão sendo representadas e aquelas que são inconsistentes com ele[61]. Por exemplo, um barômetro em um determinado estado representa que vai chover e a minha crença de que vai chover representa que irá chover em um certo local em um determinado tempo. Nos dois casos temos um conteúdo que representa como as coisas podem ser, e isso porque ambos fazem um mapeamento entre os estados possíveis do mundo, selecionando aqueles em que em um local L no tempo T há chuva e eliminando os demais. Os conteúdos representacionais dos estados do barômetro são *propriedades amplas*, pois o que é representado não depende apenas das propriedades do barômetro, mas também da sua interação com o ambiente ao seu redor. No entanto, isso é igualmente verdadeiro no caso da crença?

Há um sentido no qual o conteúdo de uma crença é, sem dúvida, amplo. Resumidamente, o que alguém acredita de alguma forma representa como as coisas são no mundo e é, em parte, uma função da sua localização no espaço-tempo. Quando eu acredito em t1 que há uma maçã sobre a minha cabeça, eu creio algo sobre como a região imediatamente acima da minha cabeça está em t1. Quando GCarolina, uma duplicata minha da pele pra dentro [*from the skin in*], acredita em t2 que há uma maçã no topo da sua cabeça, ela acredita algo sobre como a região imediatamente acima da sua cabeça está em t2. Consequentemente, a minha crença e a sua diferem em condições de valor de verdade: uma é verdadeira se e apenas se uma das regiões está no modo correto em t1, e a outra é verdadeira se e somente se a outra região está de modo correto em t2. Nesse sentido, duplicatas a partir da pele não tem crenças em comum. O conteúdo da crença é, então, amplo.

No entanto, segundo Jackson, há um outro sentido de semelhança e diferença que podemos dar aos conteúdos das crenças. Embora as condições de verdade da minha crença e a

[61] "Intentional states represent. Belief represents how we take things to be; desire represents how we would like things to be; and so on. To represent is to make a division among possibilities; it is to divide the possibilities into those that are consistent with how things are being represented to be and those that are not. I will call the possibilities consistent with how some intentional state represents things to be, its content." (Jackson, *Narrow Content and representation – or Twin Earth revisited*, p. 1)

da minha gêmea sejam diferentes, ambas concordamos em como as coisas estão nas regiões imediatamente acima das nossas cabeças. As condições de valor de verdade e as referências das nossas crenças diferem, mas isso não significa que os conteúdos das nossas crenças também. Nós acreditamos similarmente com relação a como as coisas estão nas regiões imediatamente acima de nossas respectivas cabeças – como as coisas devem estar sobre nossas cabeças para que nossas crenças sejam verdadeiras são as mesmas para cada uma de nós.

Pode-se responder a este tipo de semelhança da seguinte forma: diferença de referência é o suficiente para mostrar diferença em relação ao conteúdo. Defensores do externalismo afirmam que uma diferença em *aboutness* é o suficiente para mostrar um argumento a favor da "amplidade" da crença. Mas, responde Jackson, quando usamos sentenças para capturar o que um sujeito acredita, precisamos distinguir duas questões: uma é se quando um sujeito representa as coisas isso é igual a como uma ou outra sentença representa as coisas. E a segunda questão é quando um sujeito pode saber isso. Por exemplo, se aceitarmos a rigidez de termos de tipo natural, quando um sujeito acredita que "água é incolor" o conteúdo desta crença é o mesmo que o da sentença "H_2O é incolor". Mas isso quer dizer que o conteúdo representacional do sujeito quando pensa que água é incolor é idêntico a "H_2O é incolor"? Além disso, o sujeito não necessariamente sabe esta sentença quando crê que água é incolor.

Jackson, então, propõe um exemplo para mostrar isso mais claramente[62]. Sua neta, evidentemente, mora na Terra. A contraparte gêmea da sua neta, por sua vez, mora na Terra Gêmea. Assim como nas versões padrões do experimento mental da Terra Gêmea, a neta e a sua contraparte são idênticas internamente e a única diferença entre uma situação e outra é que a neta vive onde o líquido potável e inodoro conhecido pelos habitantes sob o nome de "água" é H_2O, enquanto que a contraparte vive onde o líquido potável e inodoro conhecido pelos habitantes sob o nome de "água" é XYZ. Concordaremos então que "água" dito pela neta refere-se à H_2O e que "água" dito pela sua contraparte refere-se à XYZ. Tanto a neta quanto a sua contraparte usam a palavra "água" para uma certa coisa ao seu redor de um certo tipo, e a coisa ao redor de uma é H_2O enquanto que da outra é XYZ. E, por último, a neta é altamente competente com o uso da palavra "água" em português, mas ainda não teve aula de Química, ou seja, não sabe que água é H_2O. Por sua vez, sua contraparte também é altamente competente com o uso da palavra "água" na sua língua e também ainda não teve aula de Química nem nada que pudesse levá-la a saber que água no seu mundo é XYZ. Os conteúdos

[62] Jackson, F. "Representation and Narrow Belief". *Philosophical Issues*, n.13, 2003, p. 102-103

das crenças da neta e da sua contraparte serão, então, distintos pois as referências e, com isso, as condições de valor de verdade diferem. Se ambas são idênticas internamente mas seus conteúdos diferem, isso significa que o ambiente externo faz parte da determinação do conteúdo. Estes conteúdos, então, são amplos.

Considerando que termos de tipo naturais são rígidos, isso implica que as crenças da neta sobre água possuem o mesmo conteúdo, por sua vez, que as sentenças sobre H_2O. Mas parece contra-intuitivo atribuirmos à neta crenças *sobre* H_2O. Quando dizemos que ela acredita que água é incolor, por exemplo, não dizemos igualmente que ela acredita que H_2O seja incolor. Num certo sentido *extensional*, suas crenças sobre água são crenças sobre H_2O, pois os estados possíveis em que as crenças são verdadeiras são os mesmos tanto para crenças sobre água quanto para crenças sobre H_2O, ou seja, ambas mapeiam os mesmos estados possíveis. Mas num sentido representacional, não parece funcionar do mesmo modo. A neta de Jackson não representa o mundo como sendo constituído de H_2O, muito menos ela representa água como sendo a mesma coisa que H_2O. Para fazer um mapeamento dos estados possíveis que são consistentes com a crença da neta devemos levar em consideração o modo como *ela* representa como as coisas são, ou seja, devemos usar o que ela acredita sobre como o mundo é. O que ela acredita ser água, como uma falante que domina o termo, são suas propriedades superficiais daquilo que está ao seu redor – líquido, insípido, inodoro, incolor, e por ai vai. Nesse sentido agora, o conteúdo da crença da neta e da sua contraparte são iguais, ou seja, selecionam os mesmos estados possíveis do mundo. E nesse sentido os conteúdos não são amplos, mas sim *estreitos*. Em alguns modelos que verificam sua crença o líquido será H_2O e em outros não, refletindo o fato de que ela não sabe que a coisa que chamamos de "água" é H_2O.

Para capturar o conteúdo estreito, diz Jackson, precisamos de *mundos centrados*[63], pois usar os habituais mundos possíveis traz duas complicações para a determinação de tal conteúdo. O primeiro problema é que mundos possíveis não bastam para capturar o *conteúdo egocêntrico* de uma crença. Segundo Jackson, muito do que dizemos e acreditamos é egocêntrico no sentido de ter um tipo de auto-referência embutida. Por exemplo, quando falo de água falo da coisa aquosa que preenche mares, cai do céus, etc, que está *ao meu* redor. É preciso então determinar o centro como o sujeito do estado mental em questão. Voltando ao nosso primeiro exemplo, suponha que eu tenha a crença de que há uma maçã sobre a minha cabeça. O conjunto de mundos que contêm maçãs serve para capturar o conteúdo da crença de

[63] Jackson, *Narrow Content and representation – or Twin Earth revisited*, p. 8-11.

que eu estou em um mundo com maçãs, mas não da minha crença de que tem uma maçã sobre a *minha* cabeça. Como os conteúdos estreitos representam como as coisas estão organizadas de um certo modo eles são, então, capturados por um conjunto de mundos centrados, não um conjunto de mundos *simplesmente*.

O segundo problema é em relação a sentenças com o termo "atualmente" ou equivalentes, pois sempre fazem referência ao mundo atual. Assim, o conteúdo estreito de uma crença não poderia ser determinado, pois a sua determinação o relacionaria com o mundo atual (que é externo ao sujeito) e, ao fazer isso, o conteúdo passa a ser amplo. A solução de Jackson é considerar o conjunto de mundos sob a suposição de que um mundo *W* é atual. Quando comunico como as coisas são usando uma sentença S, estou comunicando que tipo de mundo é esse em que estamos, ou seja, o mundo atual de acordo com S. E os mundos que devem ser atuais de acordo com S são os mundos W tal que W sendo atual é consistente com S sendo verdadeira. Portanto, a noção de mundos possíveis não pode ser utilizada para a determinação do conteúdo estreito, pois a contrafactualidade é sempre pensada em relação à este mundo como sendo o atual.

Podemos colocar o exemplo acima em termos de mundos centrados. O conteúdo da minha crença e da minha contraparte gêmea de que há uma maçã acima de nossas respectivas cabeças é o mesmo; pois é o mesmo conjunto de mundos centrados – mundos com "maçãs acima da cabeça" e o centro. Mas como os sujeitos são diferentes, as condições de valor de verdade e as referências das nossas crenças são distintas, sendo isso consistente com as crenças terem o mesmo conteúdo nos casos onde estamos lidando com mundos centrados. Quando estamos lidando com conteúdo centrado, verdade e referência *simpliciter* não são verdade e referência no mundo atual; eles são verdade e referência no mundo e centro do falante.

2.1.2 Intensões-A e intensões-C

Portanto, afirma Jackson, podemos pensar as possibilidades de dois modos. Em um prmeiro modo consideramos a aplicação de um termo sob várias hipóteses de que um determinado mundo é o atual. Já no segundo modo consideramos a aplicação de um termo sob

várias possibilidades contrafactuais[64]. No primeiro caso consideramos que aquilo a que um termo se aplica em W se dá sob a suposição de que W é o mundo atual, o *nosso* mundo. Segundo Jackson, neste caso temos a extensão-A de um termo T em um mundo W (A de atual), e a função que assinala em cada mundo W a extensão-A de T é a sua intensão-A. No segundo caso o mundo real já está fixado e os demais mundos são pensados como contrafactuais e, com isso, T se aplica à mesma coisa em todos os mundos. Neste caso temos então a extensão-C de um termo em W (C de contrafactual) e a função que assinala em cada mundo a extensão-C de T é a sua intensão-C. Em algumas sentenças as intensões-A de um termo serão as mesmas que as suas intensões-C. Um exemplo disso é o da palavra "quadrado". As coisas em um mundo a que a palavra quadrado se aplica sob a hipótese de que aquele mundo é atual são as mesmas coisas que a palavra "quadrado" seleciona sob a hipótese de que aquele mundo é um mundo contrafactual. Para esses casos, as condições de valor de verdade em um mundo contrafactual e as condições de valor de verdade em um mundo sob a suposição de que ele é atual são as mesmas.

Assim, a extensão-A do termo "água" em um mundo W pensado como atual será a coisa aquosa de nossa percepção [*acquaintance*] naquele mundo, e a extensão-C será, necessariamente, H_2O. Contudo, Jackson afirma que a extensão-A de uma palavra não é determinada apenas por suas propriedades superficiais, pois pode ser selecionada em um mundo W pela sua natureza oculta, mesmo que ela difira da extensão-C em alguns mundos. Por exemplo, estudantes iniciantes de química selecionam os ácidos pela propriedade superficial de mudança de cor de um certo papel para vermelho, mesmo sabendo que "ácido" é aplicado à algo em virtude de ter uma natureza oculta que tem um papel específico e significante na teoria química e sobre a qual eles esperam aprender nas suas aulas futuras.

Segundo Jackson, há, então, uma diferença crucial entre o status epistêmico de uma extensão-A de um termo e a sua extensão-C[65]. Para saber a extensão-C de um termo, precisamos saber algo sobre o mundo atual. O ponto é que para selecionar "água" em um mundo contrafactual, precisamos saber algo sobre as relações entre o mundo contrafactual e o mundo atual que só podemos saber após descobrir que, no mundo atual, "água" é H_2O. Mas, em contrapartida, sabemos *a priori* a extensão-A de "água" em cada mundo pensado como o atual, pois selecioná-la não depende da natureza real do mundo. Ignorância sobre o mundo

[64] "We can think of the various possible particulars, situations, events, or whatever to which a term applies in two different ways, depending on whether we are considering what the term applies to under various hypotheses about which world is the actual world, or whether we are considering what the term applies to under various counterfactual hypotheses" (Jackson, *From Metaphysics to Ethics*, p. 47-48)

[65] ibidem, p. 50

atual não faz diferença para o conhecimento das extensões-A dos diferentes mundos, enquanto que o conhecimento da extensão-C requer um conhecimento dos fatos relevantes sobre o mundo real. Além disso, quando a intensão-A difere da intensão-C também é um conhecimento que independe de como o mundo atual é. As intensões A e C de um termo diferirão se e somente se as suas extensões em um mundo variarem de acordo com uma dada suposição de que tal mundo é atual. E quando isto é ou não o caso é independente do conhecimento de qual mundo é o atual. Portanto, saber quando um termo é ou não bi-dimensional é uma questão onde a resposta não depende da natureza do mundo atual. Assim há dois casos de *aprioricidade*: um é acerca do conhecimento da intensão-A de vários termos e o outro é sobre quando as intensões-A e C dos termos diferem[66]. Portanto, sabemos *a priori* o fato de que as extensões-A de "água" em qualquer mundo é a coisa aquosa de nossa percepção [*acquaintance*], e também sabemos *a priori* o fato de que a extensão-C de "água" em alguns mundos W difere da coisa aquosa de nossa percepção em W.

Isso não vai contra o que é afirmado por Kripke e Putnam. O termo "água" pensado rigidamente terá sempre como extensão H_2O, sendo esta extensão-C do termo. Assim, "água é H_2O" é, em um certo sentido, necessária. No entanto, saber que o termo "água" tem como extensão-C H_2O é um conhecimento *a posteriori*. Assim, como também afirma Putnam, "água é H_2O" é metafisicamente necessária, mas epistemicamente (ou, como coloca Jackson, conceitualmente) contingente, ou seja, a sentença "água é H_2O" é necessária *a posteriori*. Segundo Jackson, o puzzle que a necessidade *a posteriori* nos traz não é o de como uma sentença pode ser necessária e ainda assim exigir um trabalho empírico para descobrí-la, mas sim como uma sentença pode ser necessariamente verdadeira e compreendida por alguém ainda que o fato dessa necessidade seja (e possa continuar sendo) obscura para aquela pessoa.

A resposta que Jackson apresenta é a de que podemos compreender algumas sentenças sem saber as condições sob as quais elas são verdadeiras (como veremos abaixo isso se dá apenas em um certo sentido). Continuemos com o exemplo da água. No sentido das condições de valor de verdade, a proposição expressa pelas nossas sentenças sobre água depende de como as coisas são no mundo atual, em particular, depende de quando a coisa aquosa de nossa percepção [*acquaintance*] é H_20. Isso quer dizer que aqueles que não sabem desse fato igualmente não sabem a proposição expressa por, por exemplo, "água cobre a maior parte da

[66] "So there are two *a priori* parts to the conceptual analysis story: the part concerned with the A-intensions ofvarious terms, and the part concerned with whether the A-intensions and C-intensions of various terms differ. For instance, it is *a priori* that the A-extension of 'water' at any world is the watery stuff of our acquaintance, and also *a priori* that the C-extension of 'water' at some *w* differs from the watery stuff of our acquaintance at *w*" (Jackson, *From Metaphysics to Ethics*, p. 52).

Terra". Se eles não sabem qual coisa é a coisa aquosa de nossa percepção [*acquaintance*] no mundo atual então eles não sabem que coisa no mundo contrafactual é a coisa aquosa da nossa percepção no mundo atual, e isso é algo que precisam saber para determinar um valor de verdade à sentença no mundo contrafactual. Mesmo assim, eles compreendem sentenças sobre "água". Assim, compreender a sentença "água cobre a maior parte da Terra" não requer um conhecimento das condições sob a qual ela é verdadeira, ou seja, a proposição que ela expressa. Ela antes requer conhecimento de como a sentença expressa depende do seu contexto de proferimento - nesse caso, como ela depende da coisa no mundo do proferimento, que é a coisa aquosa de nossa percepção nele.

Mas, segundo Jackson, saber como a proposição depende do contexto é saber as condições de valor de verdade em outro sentido de "as condições de valor de verdade da sentença". Por exemplo, o conhecimento requerido para compreender "água cobre a maior parte da Terra" pode ser dado da seguinte forma: se H_2O é a coisa aquosa que estamos atualmente percebendo, então "água cobre a maior parte da Terra" expressa uma proposição que é verdadeira se e somente se H_2O cobre a maior parte da Terra. E se XYZ é a coisa aquosa que estamos atualmente percebendo, então "água cobre a maior parte da Terra" expressa uma proposição que é verdadeira se e somente se XYZ cobre a maior parte da Terra. Assim, nesse sentido, o sujeito que produz a sentença sabe quando a sentença é verdadeira. Podemos então dizer que há duas proposições conectadas a uma sentença como "água cobre a maior parte da Terra": em uma as condições de valor de verdade da proposição expressa é um conjunto de mundos no qual a sentença é verdadeira dado que um dos mundos é de fato o mundo real e na outra as condições de valor de verdade da proposição expressa é o conjunto de mundos que satisfazem a condição de que se W for o mundo atual então a sentença é verdadeira em W. Neste segundo caso estamos considerando, para cada mundo W, o valor de verdade de S em W sob a suposição de que W é o mundo atual, nosso mundo. Esta então será a proposição-A de S, enquanto que a primeira será a proposição-C de S.

É, então, a proposição-A expressa por uma sentença que melhor captura o que alguém acredita e a informação que ele deseja transmitir ao proferir a sentença. Assim, uma criança que ainda não teve aulas de química em que poderiam ter-lhe ensinado que água é H_2O mas que compreende a frase "água cobre a maior parte da Terra", poderá usar a sentença para expressar a sua opinião de que a maior parte da Terra é coberta pelo material aquoso de sua percepção [*acquaintance*]. E, em geral, é a proposição-A que conhecemos em virtude de compreendermos uma sentença.

De todo modo, tal bi-dimensionalismo nos mostra que compreender sozinho uma sentença não nos dá a proposição expressa, ou seja, não nos dá a proposição-C. O que a nossa compreensão nos dá é o modo que a proposição expressa depende do contexto, dos fatos relevantes que estão "fora da cabeça". Mas se a explicação bi-dimensional da necessidade *a posteriori* estiver correta, um acréscimo apropriado de uma informação contextual às premissas nos dará um conjunto de premissas que nos levará à conclusão de modo *a priori*. Por exemplo:

(1) H_2O cobre a maior parte da Terra;

(1a) H_2O é a coisa aquosa de nossa percepção;

(2) Portanto, água cobre a maior parte da Terra.

Embora a passagem de (1) para (2) seja *a posteriori*, a passagem de (1) junto com (1a) à (2) é *a priori* no sentido do status *a priori* de "água é a coisa aquosa de nossa percepção". Embora nossa compreensão desta sentença não dê ela mesma a proposição expressa, ela dará quando soubermos o contexto, e (1a) nos fornece o contexto. De fato, (1a) mostra o fato *a posteriori* que precisamos para saber que (1) implica (2): não saberemos isto enquanto não soubermos (1a). Mas assim que passamos a saber (1a) temos os meios para ir *a priori* de (1) junto com (1a) à (2).

2.1.3 Intensões-A como "descrições associadas"

Segundo Jackson, seria uma tarefa mais fácil para a construção de uma teoria bi-dimensionalista se todos concordassem que um termo como "água" pode ser um nome descritivo ou uma descrição rigidamente definida, ou ainda um termo em que a fixação da referência é dada por alguma descrição. A descrição relevante poderia ser algo como "coisa aquosa", falada do modo habitual: o líquido claro de nossa percepção que cai do céu, preenche oceanos e por ai adiante. Isto tornaria "água" equivalente à "a atual coisa aquosa", e porque a coisa aquosa é H_2O no mundo real isto faria com que "há água" e "há H_2O" sejam verdadeiras exatamente nos mesmos mundos, pois ambas têm a mesma intensão-C. E também explicaríamos a diferença nos conteúdos representacionais notando que "há água" é equivalente à "há uma coisa aquosa atual" e que o conteúdo representacional dessa sentença é o conjunto de mundos onde há a coisa aquosa, a sua intensão-A, enquanto que a intensão-A de "há H_2O", por sua vez, seria o conjunto de mundos onde há H_2O.

Mas, é claro, nem todos concordam com isso. Segundo defensores da teoria da referência direta, como Kripke e Putnam, não há uma tal coisa como "a" propriedade que fixa a referência de "água". Segundo Jackson, tais defensores afirmam que as referências de palavras como "água" e "ouro", assim como as de nomes próprios, não são dadas por propriedades associadas, mas sim por algo sobre o qual os falantes não precisam saber nada: um certo tipo de relação causal. Se for assim, afirma Jackson, então a sugestão de que usamos intensões-A para capturar conteúdo não vai pra frente, pois não haveria propriedades adequadas que pudessem construir as intensões-A requeridas.

Jackson argumenta, então, que *há* tais propriedades[67]. Isto porque, em primeiro lugar, nossa habilidade de usar a linguagem para transmitir informações sobre nosso mundo nos mostra que muitas palavras estão associadas a propriedades conhecidas[68]. Supor de outra maneira tornaria sem sentido a nossa habilidade para comunicar perspectivas sobre a distribuição de propriedades usando palavras. O segundo ponto é que algumas dessas associações são altamente resilientes [*resilient*]. Nós somos capazes de falar e escrever de forma sensata sobre situações que sabemos que com certeza não existem. E consideramos frequentemente a resiliência como garantida, como quando conversamos sobre possibilidades. E, finalmente, as associações são propriedades semânticas das palavras no sentido de que o conhecimento delas é parte do que está envolvido em compreender uma lingua. Pessoas que compreendem uma lingua como o português são capazes de usá-la para relatar, aprender sobre e discutir uma vasta gama de concatenações possíveis de propriedades. Tais propriedades Jackson chamará de *propriedades representacionais.*

Vejamos como seria com o termo "água". Segundo Jackson, se os falantes de uma língua (no nosso caso, o português) podem dizer o que chamar de "água" quando várias possibilidades são descritas a eles então podemos identificar a propriedade representacional para a palavra "água": é a propriedade que, mesmo implícita, os guia quando dizem que uma coisa em cada possibilidade é "água". Quando a orientação é implícita, o padrão que sustenta os diferentes veredictos será um que não poderá ser posto em palavras. Assim, há uma propriedade representacional para a palavra "água", e as intuições sobre o que conta como

[67] Jackson, F. "Why we need A-Intensions". *Philosophical Studies*, V. 118, p. 266-267.

[68] Quero deixar claro aqui que essa visão de que uma teoria da referência direta exclui qualquer tipo de descrição associada à uma palavra é a de Jackson. Nem Kripke nem Putnam negam a existência de descrições associadas às palavras. O que as suas teorias negam é que tais descrições sejam o suficiente para a determinação da referência, ou ainda que tais descrições sejam necessárias para a determinação da referência. Tanto que em Putnam as descrições estão presentes como marcadores semânticos, sintáticos e os estereótipos (sendo os estereótipos o que Jackson coloca como "descrições habituais" – o fato de água ser incolor, insípida, e por ai vai). É claro que os textos de Kripke e Putnam mostram que é possível que um termo tenha referência sem ter *nenhuma* descrição associada, mas disso não se segue que *todos* os termos não têm nenhuma descrição associada.

"água" são partes do exercício de fazer explícito o nosso conhecimento da propriedade de "ser água". Segundo Jackson, o erro das teorias da referência direta é ignorar o papel do egocentrismo.

Para Jackson, os argumentos da Terra Gêmea tentam mostrar que a coisa à qual o termo "água" se refere pode não ter uma candidata plausível para ser a propriedade representacional do termo "água". A lista de propriedade usualmente inclui: ser potável, líquido, claro e sem odor em sua forma pura e preencher lagos e oceanos. Mas, segundo ele, quando uma versão apropriada do cenário da Terra Gêmea é descrito para nós, concordamos que H_2O na Terra Gêmea pode não ter nenhuma dessas propriedades e ainda assim ser água. A intuição de que H_2O é água na Terra Gêmea vem do fato de que H_2O é o que chamamos de água na Terra. Mas se viermos a duvidar que H_2O é a coisa aquosa na Terra, por exemplo, se retonarmos ao nosso estado epistêmico pré-Lavoisier, nós correspondentemente duvidaremos que H_2O na Terra Gêmea seja água. Segundo Jackson, isso só mostra que a propriedade que consideramos como relevante (neste caso, ser H_2O) é aquela com a qual estamos familiarizados e interagimos, ou seja, é egocêntrica no sentido de ser a coisa-aquosa ao nosso redor. É a propriedade egocêntrica que fornece a referência do termo "água" na Terra Gêmea.

Assim, Jackson acredita ter um argumento que mostra que "água" é um termo com referência fixada via uma propriedade: a sua propriedade representacional. Isto completa o caso para a solução apresentada anteriormente do porque o conteúdo representacional de, por exemplo, "há água" é diferente do conteúdo de "há H_2O" mesmo água sendo necessariamente H_2O. As intensões-A das sentenças diferem, e suas intenções-A que dão o conteúdo representacional. A intensão-A de "há água" é o conjunto de mundos onde o aquilo que tem a propriedade representacional de ser uma coisa aquosa existe, e isto é plausível como sendo o que queremos transmitir quando dizemos que há água. E isso é um conjunto diferente daquele onde há H_2O[69].

2.1.4 Argumento da Terra Gêmea

Jackson, por fim, afirma que o argumento apresentado para defender que os conteúdos mentais são amplos na verdade estão baseados em uma má compreensão do próprio caso da

[69] Jackson, F., *Why we need A-Intensions*, p. 274

Terra Gêmea. Segundo ele, o caso da Terra Gêmea apresentado por externalistas como Putnam pode igualmente ser usado para mostrar que conteúdos estreitos são possíveis.

Resumidamente, o argumento de Jackson contra a interpretação externalista do caso da Terra Gêmea segue a seguinte estrutura: primeiro, tentará mostrar que o caso da Terra Gêmea é falho, pois confunde questão de segunda ordem com de primeira ordem. Como o argumento da Terra Gêmea não é satisfatório, então não podemos inferir dele que todo conteúdo será amplo. Num segundo passo Jackson vai além: considerando conteúdos como representacionais, mudanças no ambiente parecem não fazer alterações nos conteúdos. Colocando de outro modo, *de uma certa forma* os conteúdos permanecem os mesmos.

Segundo Jackson, uma questão de primeira ordem é aquela que diz respeito a quais são os conteúdos e as referências das nossas palavras e pensamentos. Já uma de segunda ordem é relativa ao que faz ser o caso de que eles são o que são[70]. A questão de saber se podemos mudar os conteúdos apenas mudando os ambientes dos sujeitos está relacionada mais diretamente a porque nossas palavras e estados intencionais têm os conteúdos que eles têm – uma questão de segunda ordem. Mas, segundo ele, qualquer discussão sobre conteúdo que apele à intuições sobre casos possíveis estará relacionada a quais são os conteúdos de nossos termos e pensamentos – uma questão de primeira ordem. Por exemplo, intuições sobre o que dizer usando a palavra "água" em uma ou outra versão da Terra Gêmea incidem sobre a referência da palavra "água", não sobre porque aquele termo tem que ter aquela referência.

Há algumas reivindicações relativas à questão de segunda ordem que, para Jackson, parecem ser não-controversas. A determinação do conteúdo, tanto semântico quanto intencional, envolve, em um sentido abrangente, relações causais entre o sujeito e o seu ambiente. Mas, como vimos, para ele isto é consistente com o conteúdo (representacional) sendo estreito no sentido de não ser "ambientalista", ou seja, no sentido de não ser uma propriedade que podemos mudar meramente pelo transporte de um ambiente a outro. Se olhamos mais atentamente para o caso da Terra Gêmea através dos olhos do representacionalismo veremos, segundo Jackson, que o apelo intuitivo que responde a questão de primeira ordem para o caso da Terra Gêmea não suporta o ambientalismo numa questão de segunda ordem.

[70] "There is an important distinction between the first-order question of what the contents and references of certain of our words and our head states are, and the second-order question of what makes it the case that they are as they are. The debate between causal descriptivism and the causal theory of reference for proper names is in part the debate over whether the famous causal- historical link is part of the content or part of the content-determiner of a name. Casual descriptivism says the first; the causal theory of reference says the second." (Jackson, *Narrow Content and representation – or Twin Earth revisited*, p. 3)

Segundo Jackson, o único modo de interpretarmos o experimento da Terra Gêmea que possa implicar um conteúdo amplo é o seguinte. A palavra "água" é uma palavra de tipo natural no sentido de que se refere ao tipo natural que, em um bom número de manifestações, tem as propriedades aquosas e mantém uma tal relação com os usuários da palavra, e crenças sobre água são crenças sobre a coisa que em muitas manifestações tem as propriedades aquosas e mantém uma certa relação com aqueles que entretem a crença. E que "água" é um tipo de demonstrativo no sentido de ser uma palavra que é aplicada a qualquer coisa que tenha tais e tais relações com amostras que são demonstradas pelos usuários da palavra; e isto faz "água" uma palavra no qual se mantém uma específica relação.

Essa interpretação, segundo ele, assegura que as referências sejam diferentes. Nosso uso da palavra "água" e nossas crenças sobre água se referem apenas a H_2O. Isto porque é H_2O e não XYZ que mantém uma correta relação conosco como crentes e usuários da palavra; e por sua vez o uso da palavra "água" e as crenças sobre água dos terráqueos gêmeos referirão à XYZ e não a H_2O porque é XYZ que mantém uma correta relação com os sujeitos que entretêm a crença e o uso. Além disso, nossas crenças e as dos terráqueos gêmeos diferirão nas condições sob as quais elas são verdadeiras. No entanto, afirma Jackson, obtemos estes resultados assegurando que o caso da Terra Gêmea envolve crenças centradas ou egocêntricas[71].

Mas, como foi dito anteriormente, semelhança no conteúdo centrado vai junto com diferenças na referência e valor de verdade nos casos onde temos diferentes centros, e nós e os terráqueos gêmeos somos centros diferentes com respeito à pensamento sobre água. Os *tokens* das crenças e sentenças em questão estão em diferentes centros, e isto significa que diferenças nas referências e condições de valor de verdade não mostram uma diferença em conteúdo. Assim, segundo Jackson, apenas se garantirmos que o caso da Terra Gêmea é um que envolva centramento é que teremos um argumento onde seja plausível afirmar que a nossa palavra "água" e crenças sobre água diferem em referência e condições de valor de verdade em relação aos terráqueos gêmeos.

2.2 **Chalmers e as intensões epistêmicas**

[71] "In sum, the situation is as follows. Only if we ensure that the Twin Earth case is a case that involves centering, do we have a case where it is plausible that our, the Earthians', 'water' words and beliefs differ in reference and truth- conditions from the Twin Earthians'. But if the case does involve centering, there is no longer support for there being a difference in content—in the representational sense that is our concern." (Jackson, *Narrow Content and representation – or Twin Earth revisited*, p. 17)

2.2.1 Bi-dimensionalismo e o "triângulo de ouro"

Segundo Chalmers, a tarefa que ele pretende alcançar com uma fundamentação da semântica bi-dimensional é a de restaurar a conexão fundamental entre significado, razão e modalidade que foi perdida com a teoria da referência direta de Kripke. Segundo ele, a ligação se deu do seguinte modo durante a história da Filosofia: primeiramente, Kant uniu razão e modalidade, sugerindo que o que é necessário é conhecido de modo *a priori*, e vice versa. Em um segundo momento, Frege uniu razão e significado, propondo um aspecto do significado (o sentido) que é constitutivamente ligado a uma *significância cognitiva*. E em um terceiro momento, Carnap uniu significado e modalidade, propondo um aspecto do significado (a intensão) que é constitutivamente ligado a possibilidade e necessidade. A conexão dada por Carnap entre significado e modalidade junto com a conexão dada por Kant entre modalidade e razão pode ser vista como construindo uma conexão fregeana entre significado e razão. Assim, o objetivo de Chalmers é a de construir novamente uma noção de significado e modalidade que esteja mais proximamente ligado ao domínio do racional sem com isso abandonar certos aspectos destes domínios que derivam de Kripke.

A idéia central de uma semântica bi-dimensional é a de que há dois modos no qual a extensão de uma expressão depende dos estados possíveis do mundo. Num primeiro modo, a extensão atual de uma expressão depende do caráter do mundo tomado como atual no qual a expressão é *proferida*. No segundo, a extensão contrafactual de uma expressão depende do caráter do mundo contrafactual no qual a expressão é *avaliada*. Correspondendo a estes dois tipos de dependência, as expressões têm dois tipos de intensões, associando estados possíveis do mundo com extensões nos dois modos. Em uma semântica bi-dimensional, essas duas intensões podem ser vistas como capturando duas dimensões do significado.

Então, que tipo de interpretação do quadro bi-dimensional é necessária para que a primeira dimensão do significado seja ligada universalmente ao domínio do racional? Segundo Chalmers, só alcançaremos tal objetivo se a Tese Central for satisfeita:

Tese Central: Para qualquer sentença S, S é a priori se e somente se S tem uma 1-intensão necessária[72].

A Tese Central une a noção racional de a priori, a noção modal de necessidade e a noção semântica de intensão. Ela também implica uma versão da Tese Neo-fregeana[73]

[72] Chalmers, *The Foundations of Two-Dimensional Semantics*, p.64

Tese Neo-fregeana (Versão 2D): Duas expressões ‘A’ e ‘B’ tem a mesma 1-intensão se e somente se ‘A=B’ é a priori[74].

Há dois modos um pouco diferentes de compreender o quadro bi-dimensional: a compreensão *contextual* e a compreensão *epistêmica*. A compreensão contextual usa a primeira intensão para capturar uma dependência contextual. Já a compreensão epistêmica usa a primeira intensão para capturar uma dependência epistêmica. A primeira forma de compreensão é a mais familiar, mas ela não satisfaz a Tese Central pois o significado não estará conectado à aprioricidade como é pretendido. Já a segunda consegue satisfazer a Tese Central pois apenas na compreensão epistêmica que a primeira dimensão é constitutivamente ligada ao domínio epistêmico. Nesta compreensão, as possibilidades envolvidas na primeira dimensão são então compreendidas como *possibilidades epistêmicas* enquanto que as intensões representam a *dependência epistêmica* da extensão de nossas expressões no estado do mundo.

2.2.2 Espaço epistêmico e escrutabilidade

Segundo Chalmers, um pensamento é uma ocorrência de atitude proposicional *token* definida como entretendo um determinado conteúdo. O objetivo de um pensamento é, assim como em Jackson, representar o mundo e que pode ser avaliado como verdadeiro ou falso. Em uma perspectiva epistêmica, podemos, então, dizer que um pensamento é *epistemicamente necessário* quando ele pode ser justificado independentemente da experiência, gerando um conhecimento *a priori*.[75] E podemos então dizer que um pensamento é *epistemicamente possível* quando a negação dele não é epistemicamente necessária. Aqui possibilidade epistêmica corresponde à uma coerência racional. Se um pensamento é epistemicamente possível é porque há cenários específicos epistemicamente possíveis que o pensamento endossa. Com efeito, cada pensamento divide o espaço de cenários entre uma classe de cenários que ele endossa e uma classe de cenários que ele exclui. Se um pensamento e a sua negação são epistemicamente possíveis é porque há cenários nas duas classes. Desse

---

[73] Segundo ele, a Tese Fregeana seria a seguinte: “Two expressions ‘A’ and ‘B’ have the same sense iff ‘A ≡ B’ is cognitively insignificant” (ibidem, p.56)

[74] Ibid., p. 64

[75] Restaurando assim a conexão kantiana: “a sentence S is necessary iff S is apriori” (Chalmers, *The Foundations of Two-Dimensional Semantics*, p.58).

modo, o conteúdo estreito de um pensamento será dado pelo modo que o pensamento divide o *espaço epistêmico*: o espaço de cenários epistemicamente possíveis.

Imagine, por exemplo, que Oscar não sabe a estrutura química dos líquidos no seu mundo, mas especula sobre ela. Ele expressa um pensamento dizendo que 'água é XYZ'. Então o pensamento de Oscar é falso, mas é epistemicamente possível: nenhuma quantidade de razões *a priori* podem revelar a falsidade do pensamento. A possibilidade epistêmica desse pensamento reflete a possibilidade epistêmica de vários cenários, um dos quais (por exemplo) contém XYZ nos oceanos e lagos. Podemos dizer que o pensamento de Oscar endossa este tipo de cenário, e que um cenário deste tipo *verifica* o pensamento de Oscar. E podemos igualmente dizer que o pensamento de Oscar exclui outros cenários, e que estes cenários *falsificam* o pensamento de Oscar. Assim, o pensamento de Oscar parece impor uma divisão no espaço epistêmico. E o que se aplica a Oscar também se aplica a Oscar_{TG}. Imagine que Oscar_{TG} está numa posição similar e também expressa um pensamento dizendo 'água é XYZ' na Terra Gêmea. Então seu pensamento, segundo Chalmers, é verdadeiro. Mas seu pensamento também é epistemicamente possível: ele endossa vários cenários epistemicamente possíveis que contém XYZ nos oceanos e lagos e exclui os demais. E este é o mesmo padrão que foi apresentado no caso de Oscar. Assim, as crenças de Oscar e Oscar_{TG} dividem o espaço epistêmico do mesmo modo.

Há duas idéias chaves aqui. A primeira é a idéia de *espaço epistêmico*[76]: há vários modos em que o mundo poderia ser pensado, e há um espaço correspondente de possibilidades epistêmicas. Já a segunda é a idéia de *escrutabilidade*[77]: uma vez que soubermos como o mundo mostrou-se ser, ou qual possibilidade espitêmica é atual, estaremos em posição de determinar as extensões de nossas expressões. Segundo Chalmers, essas duas idéias sugerem que uma expressão pode ser associada com uma função que parte de possibilidades epistêmicas à extensões: uma *intensão epistêmica*.

Consideremos primeiramente o espaço epistêmico. Há varios modos em que um mundo poderia ser pensado, para tudo o que sabemos. E há vários modos em que o mundo poderia ser até mesmo para tudo aquilo que sabemos *a priori*. Os oceanos podem conter H_2O ou podem conter XYZ; a estrela da manhã pode ser a mesma que a estrela da tarde ou pode não ser. Esses modos em que o mundo poderia ser correspondem a hipóteses epistemicamente possíveis. Como foi dito, uma sentença é epistêmicamente possível quando não é excluída *a*

[76] Chalmers, *The Foundations of Two-Dimensional Semantics*, p.75

[77] idem

priori. Então, é epistêmicamente possível que água seja H_2O e é epistêmicamente possível que água seja XYZ.

Assim como se pode pensar em hipóteses metafisicamente possíveis como correspondendo à um espaço abrangente de possibilidades metafísicas, pode-se pensar em hipóteses epistêmicamente possíveis como correspondendo à um espaço abrangente de possibilidades epistêmicas. Algumas possibilidades no espaço de possibilidades metafísicas são maximalmente específicas: elas podem ser pensadas como *possibilidades metafísicas maximais*, ou como são geralmente conhecidas, mundos possíveis. De modo similar, algumas possibilidades no espaço epistêmico de possibilidades são maximalmente específicas: podem ser pensadas como *possibilidades epistêmicas maximais* ou, como chamará Chalmers, de *cenários*, tal que cada crença epistemicamente possível é verificada por pelo menos um cenário. Assim, para todo S, S é epistemicamente possível se e somente se há um cenário que verifique S.[78]

A segunda idéia é a da *escrutabilidade*: a idéia de que há uma forte dependência epistêmica da extensão de uma expressão com o estado atual do mundo. Se viermos a saber que o mundo tem um certo caráter, estaremos em posição de concluir que a expressão tem uma certa extensão. E se aprendermos que o mundo tem um caráter diferente, então estaremos em posição de concluir que a expressão tem uma extensão diferente. Se tomarmos o exemplo de "água é H_2O": podemos dizer que dado que o mundo seja como ele atualmente é, com H_2O nos oceanos e lagos, então água será H_2O. Mas se descobrirmos que os oceanos e lagos no mundo atual contém XYZ, julgaremos então que água é XYZ. Ou podemos colocar na forma de um *teste de Ramsey*: se hipotéticamente aceito que o mundo-XYZ é o atual, então devo hipotéticamente concluir que água é XYZ. Ou seja, dado uma sentença S e dadas as informações suficientes sobre um estado epsitêmicamente possível do mundo, estaremos então em uma posição de julgar quando, *se* o estado do mundo é obtido, S é o caso. E isto reflete o modo como usamos a linguagem para descrever e avaliar possibilidades epistêmicas.

Podemos colocar tudo isso dizendo que o mundo-XYZ *verifica* "água é XYZ", onde a verificação é o modo de expressar a relação entre cenários e sentenças descritas acima. Intuitivamente, um cenário W verifica uma sentença S quando a possibilidade epistêmica de que W é atual é uma instância da possibilidade epistêmica de que S é o caso, ou se a condicional indicativa "se W é atual então S é o caso" é racionalmente aceitável, ou se hipotéticamente aceitando que W é o mundo atual somos levados a concluir hipoteticamente

[78] "Plenitude Principle: For all S, S is epistemically possible if and only if there is a scenario that verifies S" (Chalmers, *The Foundations of Two-Dimensional Semantics*, p. 81)

que S é o caso. Essa dependência pode ser representada pela *intensão epistêmica* de uma sentença S, onde a intensão é uma função de cenários a valores de verdade. Se um cenário W verifica S, então a intensão epistêmica de S é verdadeira em W; se W verifica ~S, então a intensão epistêmica de S é falsa em W. Assim, a intensão epistêmica de "água é XYZ" é verdadeira em um mundo-XYZ. E esta concepção de intensão epistêmica satisfaz a Tese Central: quando S é a priori, todo cenário verificará S. E quando S não é a priori, ~S é epistemicamente possível, então há um cenário que verifica ~S. Assim, S é a priori se e somente se tem uma intensão epistêmica necessária (uma que é verdadeira em todos os cenários).

2.2.3 Mundos epistemicamente possíveis como "cenários"

Voltemos aos cenários. Há dois modos no qual podemos construir cenários. A primeira estratégia é construí-los usando mundos possíveis. Segundo Chalmers, cada mundo possível corresponde a uma hipótese altamente específica. Assim, para qualquer dado mundo W, podemos considerar a hipótese de que W é atual: ou seja, que nosso próprio mundo é qualitativamente como W. No entanto, mundos possíveis não são tão refinados quanto cenários: um mundo objetivamente especificado não corresponde a uma hipótese maximalmente específica, pois nenhuma quantidade de informação objetiva pode me dizer a minha localização com o mundo. Digamos que um mundo W contém XYZ nos oceanos e lagos em um planeta e H_2O nos oceanos e lagos em outro. Então se eu meramente sei que W é atual, não saberei com isso se meu ambiente contém H_2O ou XYZ. Para saber estas coisas, minha localização no mundo precisa ser especificada. Por esta razão, cenários são mais bem modelados como *mundos centrados*. Quando eu considero a hipótese de que um mundo centrado W é atual, considero que o mundo é qualitativamente como W, que eu sou o indivíduo marcado no centro e que agora é o tempo no centro. Se dermos apenas uma completa descrição objetiva de um mundo, muitas hipóteses indexicais seriam deixadas em aberto, e tal descrição não corresponderia a uma hipótese maximal.

Os casos padrões apresentados por Kripke de sentenças que são epistemicamente possíveis mas metafisicamente impossíveis são compatíveis com esta tese. Para cada sentença S, há *algum* modo que o mundo poderia vir a ser tal que se as coisas fossem desse modo tornaria S o caso; e cada um desses modos que o mundo poderia vir a ser pode ser visto como

um mundo centrado. Pode-se questionar como um mundo metafisicamente possível (o mundo-XYZ) pode verificar uma sentença metafisicamente impossível ("água é XYZ"). Mas a avaliação bi-dimensional faz com que "água é XYZ" seja verdadeira em um mundo-XYZ considerado como atual, mas falsa em um mundo-XYZ considerado como contrafactual. A impossibilidade metafísica de "água é XYZ" reflete o fato de que ela é falsa em todos os mundos considerados como contrafactuais. Mas isso é compatível com ela sendo verdadeira em alguns mundos considerados como atuais.

O segundo modo é construir cenários em termos puramente epistêmicos desde o início. Esta seria uma construção linguística de cenários, a partir de expressões linguísticas em uma *linguagem idealizada*, juntamente com um operador básico de possibilidade epistêmica.

Digamos que uma sentença D de uma linguagem L é *epistemicamente completa* quando: (i) D é epistemicamente possível e (ii) não há nenhuma sentença S de L tal que tanto D^S quanto D^(~S) sejam epistemicamente possíveis. Digamos que D é compatível com H quando D^H é epistemicamente possível, e D implica H quando D^(~H) é epistemicamente impossível (ou seja, quando há uma implicação *a priori* de D à H). Então se D é epistemicamente incompleta, ela deixa uma questão aberta: haverá um H tal que D seja compatível com H mas que D não implique H. Se D é epistemicamente completa, D não deixa nenhuma questão em aberto: se D é compatível com H, D implica H. Note que D não precisa explicitamente incluir cada hipótese como um conjunto; estas hipóteses precisam apenas serem implicadas.

Cenários devem corresponder à hipóteses epistemicamente completas, mesmo que possam ou não ser expressas em uma lingua como o Inglês ou o Português, por exemplo. As línguas naturais não têm recursos suficientes para expressar uma hipótese epistemicamente completa, pois são restritas à sentenças finitas e têm um léxico limitado. Assim, para os propósitos de Chalmers, precisamos pressupor uma linguagem idealizada que possa expressar essas hipóteses. Em particular, tal linguagem L deve permitir sentenças infinitas (ou, ao menos, conjunções infinitas) e deve ter termos que expressem cada conceito possível, ou ao menos cada conceito de um certo tipo. Também é importante que expressões em L sejam epistemicamente invariantes, assim não haverá dois *tokens* S_1 e S_2 da mesma sentença *type* tal que S_1 é epistemicamente necessário e S_2 não. A partir do Princípio de Plenitude [nota de rodapé 78], podemos dizer que cenários definidos deste modo satisfazem tal princípio de tal

modo que para todo S, se S é epistemicamente possível então alguma sentença epistemicamente completa de L implica S[79].

2.2.4 Descrições canônicas

Segundo Chalmers, quando consideramos um cenário como atual para avaliar uma expressão, sempre o capturamos sob uma descrição. Tal descrição deverá ser uma *descrição canônica* de um cenário. Se tomarmos a aproximação epistemica de cenários na segunda construção, a descrição de um cenário corresponderá à uma classe de sentenças epistemicamente completas. Assim, uma descrição canônica de um cenário será qualquer sentença na classe correspondente, pois todas estas sentenças são equivalentes sob implicação. Mas se tomarmos a aproximação metafísica para cenários as coisas tornam-se mais complicadas. Nesse caso, é necessário que uma descrição canônica seja uma descrição neutra e completa do mundo.

Tanto neutralidade quanto completude necessitam de explicação. Vejamos primeiro o que seria a neutralidade. Para descrever um mundo nós devemos escolher sentenças que sejam verdadeiras sobre ele. Mas estas sentenças devem ser verdadeiras em mundo considerado como atual ou em um mundo considerado como contrafactual? Se escolhermos a primeira opção haverá uma circularidade: a avaliação de um mundo considerado como atual será definido em termos de descrições canônicas, que são definidas por sua vez em termos de avaliações de mundos considerados como atuais. E se escolhermos a segunda haverá incoerência em certos casos: o quadro requer que o mundo-XYZ verifique "água não é H_2O", mas "água é H_2O" é verdadeira no mundo-XYZ considerado como contrafactual.

A solução é, então, restringir descrições canônicas a expressões semanticamente neutras. Intuitivamente, uma expressão semanticamente neutra é aquela que permanece a mesma se considerarmos um mundo como atual ou como contrafactual. Podemos dizer que tais expressões são aquelas que não sofrem com os casos da Terra Gêmea [*not Twin-Earthable*], ou seja, uma expressão semanticamente neutra é aquela no qual a sua extensão em mundos contrafactuais não dependem de como o mundo é ou pode vir a ser. Nesse sentido, a maioria dos nomes, termos de tipo natural e indexicais não são semanticamente neutros.

Para caracterizar um mundo centrado, termos semanticamente neutros devem ser suplementados por alguns termos indexicais a fim de caracterizar a localização de um centro.

[79] "Epistemic Plenitude: For all S, if S is epistemically possible, then some epistemically complete sentence of L implies S." (Chalmers, *The Foundations of Two-Dimensional Semantics*, p.84)

Segundo Chalmers, o melhor modo para fazer isto é o seguinte: podemos dizer que uma sentença está na sua forma canônica quando ela tem a forma D^("eu sou D1")^("agora é D2"), sendo D, D1 e D2 semanticamente neutras, e D1 e D2 estão identificando predicados relativos à informações em D (ou seja, D implica "exatamente um indivíduo é D1" e "exatamente um tempo é D2").

Vejamos agora a completude. É requerido que uma descrição canônica seja uma completa descrição neutra de um mundo centrado. Nesse sentido, uma completa descrição neutra de um mundo centrado é simplesmente uma descrição neutra que é epistemicamente completa. Isto requer a afirmação de que para qualquer mundo centrado existe uma descrição neutra epistemicamente completa. Mas dada a compreensão epistêmica de cenários, alguém pode argumentar que a intensão epistêmica de uma sentença passa a ser trivial. A trivialidade vem do requerimento de que descrições sejam epistemicamente completas. Pode-se argumentar que para uma descrição ser epistemicamente completa ela precisará especificar a verdade ou falsidade da maioria das sentenças S explicitamente. Por exemplo, "água é H_2O" será verdadeira precisamente nos cenários que terão "água é H_2O" na sua descrição canônica, e ela será falsa precisamente em tais cenários que tem "água não é H_2O" na sua descrição canônica.

Em primeiro lugar, tal argumento é falho, pois coloca como parte da descrição epistemicamente completa termos não-neutros, como o termo "água". Além disso, devido à propriedade de escrutabilidade, as descrições epistemicamente completas não precisam especificar a verdade ou falsidade da maioria das sentenças explicitamente. Segundo a escrutabilidade, considerando os termos T usados por um falante, para qualquer verdade S envolvendo T existe uma verdade D tal que D é independente de T[80], e saber que D é o caso coloca o falante em uma posição de saber[81] (sem ter, no entanto, informação empírica, mas apenas por reflexão racional idealizada) que S é o caso.[82]

Por exemplo, seja D uma verdade especificando uma apropriada quantidade de informação sobre a aparência, comportamento, composição e distribuição de objetos e substâncias no ambiente, bem como uma informação sobre suas relações com o sujeito. D não

[80] Dizemos que D é independente de T quando D não contém T.

[81] Podemos abreviar "conhecendo que D é o caso coloca o sujeito em posição de saber que S é o caso" dizendo que "D é *epistemicamente suficiente* para S".

[82] "Scrutability of Truth: For most terms T used by a speaker, then for any truth S involving T, there exists a truth D such that D is independent of T, and such that knowing that D is the case puts the speaker in a position to know (without further empirical information, on idealized rational reflection) that S is the case." (Chalmers, *The Foundations of Two-Dimensional Semantics*, p.90)

precisa conter o termo "água" em qualquer ponto: a aparência pode ser especificada em termos fenomenais, o comportamento e a distribuição em termos espaço-temporais e a composição em termos microfísicos ou químicos. Então D é *epistemicamente suficiente* [nota de rodapé 81] para "água é H_2O". Quando alguém sabe que D é o caso, ele estará em posição de saber tudo sobre a composição química de vários líquidos com várias propriedades superficiais no ambiente, e será assim capaz de inferir que água é H_2O. Esta informação sobre aparência, comportamento, composição e distribuição é, grosseiramente, o que precisamos no caso de conhecimento ordinário para determinar que água é H_2O.

Mas qual é a informação mínima requerida para uma descrição canônica de um cenário? Primeiro, uma completa descrição do mundo atual deve incluir ou implicar a verdade microfísica completa sobre o mundo, especificando as leis microfísicas e a distribuição e propriedades das partículas no espaço e tempo. A descrição também deve incluir ou implicar a verdade mental completa sobre o mundo, especificando as experiências conscientes de todos os indivíduos em todos os tempos. Em algumas visões a informação mental nela mesma será derivada da informação física, e em outras a informação física será ela mesma derivada da informação mental. Mas a informação dada até agora deixa em aberto algumas afirmações sobre materiais adicionais no mundo: ela é compatível com a hipótese de que há coisas não-físicas adicionais no mundo por exemplo. Assumindo que tais materiais não existem, a informação precisa ser suplementada com uma informação sobre os limites do mundo: uma cláusula "e isso é tudo"[83] que diz que o mundo não contém mais do que se segue do que já foi especificado. Finalmente, toda esta informação objetiva deixa em aberto afirmações indexicais sobre a própria localização do sujeito no seu mundo, então ela precisa ser suplementada por informação indexical (na forma "eu sou X" e "agora é Y").

Entretanto, poder-se-ia argumentar que as informações físicas não são nem epistemicamente invariantes nem semanticamente neutras, pois se utilizam de termos de tipo natural que envolvem designação rígida. Segundo Chalmers, para resolver este problema pode-se substituir a informação sobre a microfísica por uma formulação em uma sentença de Ramsey, que é plausível que possa ser dada uma formulação em termos epistemicamente invariantes ou semanticamente neutros.

2.2.5 Intensões epistêmicas

[83] Ou seja, uma cláusula de fechamento.

Como vimos anteriormente, Chalmers define pensamento como uma ocorrência de atitude proposicional *token* expresso por uma sentença afirmativa e que uma sentença token S é epistemicamente necessária quando o pensamento expresso por S pode ser justificado independentemente da experiência, sustentando um conhecimento *a priori*. Além disso, uma sentença *type* D epistemicamente necessita uma sentença *token* S quando a condicional material "D implica S" é epistemicamente necessária. Assim, podemos dizer que um cenário W verifica uma sentença *token* S quando a condicional material "D implica S" é epistemicamente necessária, sendo D a descrição canônica de W.

Pode-se fundamentar a necessitação epistêmica em condicionais indicativas: D epistemicamente necessita S quando a condicional indicativa "se D é o caso, então S é o caso" é aceitável em uma reflexão racional. Pode-se também fundamentar necessidade epistêmica em teste de Ramsey: D epistemicamente necessita S (relativo à um sujeito) quando se o sujeito hipoteticamente aceita que D é o caso, ele então deve racionalmente concluir que S é o caso. Essa última aproximação sustenta o que podemos chamar de intensão Ramsey de uma expressão: a intensão Ramsey de uma expressão S de um sujeito é verdadeira em W quando o sujeito hipoteticamente aceita que D é o caso, o sujeito deve racionalmente concluir que S é o caso. Intensões Ramsey são um tipo de intensão epistêmica num sentido geral, pois são definidas em termos epistêmicos. Mas enquanto intensões epistêmicas definidas acima são fundamentadas na noção de aprioricidade, intensões Ramsey são fundamentadas na noção de *inferência racional*. Esta alternativa sugere que a compreensão epistêmica do quadro bi-dimensional não está inteiramente ligada a noção de aprioricidade[84].

As intensões epistêmicas são atribuídas a sentenças *tokens* e não *types* pelo seguinte motivo: frequentemente é o caso que dois *tokens* do mesmo tipo [*type*] linguístico podem ter diferentes intensões epistêmicas. Esta diferença surge do fato de que diferentes falantes podem usar a mesma expressão implicando assim possibilidades epistêmicas de diferentes modos. E esta diferença surge, por sua vez, do fato de que diferentes falantes podem usar o mesmo termo com conexões a priori diferentes.

Por exemplo, o caso do uso do nome "Neturno" por Le Verrier, que introduziu como um nome para (grosseiramente) aquilo seja lá o que for que pertuba a órbita de Uranio. Para

[84] Mas, assim, intensões Ramsey não satisfazem a Tese Central, então não farão parte da semântica bi-dimensional de Chalmers.

Le Verrier, "se Neturno existe, ele pertuba a órbita de Uranio" é a priori[85]. Por outro lado, falantes mais tarde usaram o termo (e ainda usam), assim esta sentença não é a priori para eles: é epistemicamente possível para mim que Neturno não pertuba a órbita de Urano. Podemos ate mesmo imaginar que quando a esposa de Le Verrier adquiriu o nome ela não adquiriu a associação com Urano, assim ela não estaria em posição de saber a verdade desta sentença a priori.

Como podemos então caracterizar a intensão epistemica dos *tokens* sobre "Neturno" de Le Verrier? Por uma primeira aproximação, podemos dizer que em qualquer cenário, Neturno selecionará aquilo que perturba a órbita de Urano naquele cenário. E como caracterizar a intensão epistêmica dos *tokens* sobre "Neturno" da esposa de Le Verrier? Podemos assumir que para sua mulher determinar a referência de "Neturno", ela deveria examinar o própro uso de Le Verrier e ver o que o satisfaz. Para uma primeira aproximação, a intensão epistêmica de sua esposa seleciona aquilo a que Le Verrier refere à "Neturno" em um dado cenário. Pode-se achar uma variação similar nas intensões epistêmicas de vários outros nomes e talvez termos de tipo natural. Quando Le Verrier diz "se Neturno existe, ele perturba a órbita de Uranio", sua afirmação presumivelmente expressa um conhecimento *a priori*, e certamente expressa um pensamento que pode ser justificado *a priori*. Se sua mulher profere a mesma sentença, nenhuma reflexão racional *a priori* por ela mesma justificará o pensamento que ela expressa.

Considerando que o pensamento divide o espaço epistêmico em duas classes, quer dizer, entre cenários que ele endossa e cenários que ele exclui, se eu não tenho nenhuma crença empírica, então todo o espaço epistêmico está aberto para mim. Mas com cada uma das minhas crenças empíricas, a porção do espaço epistêmico começa a ser estreitado. Cada crença endossa alguns cenários e exclui outros. Quanto mais crenças acumulamos, mais cenários são excluídos. No caso de Le Verrier, as informações que ele tem faz com que a divisão do espaço epistêmico das suas crenças tokens sejam distintas da divisão que as crenças da sua mulher farão.

2.2.6 Conteúdo estreito

[85] Le Verrier foi um matemático francês do séc XIX, que descobriu Neturno utilizando apenas cálculos matemáticos e observações sobre Urano. Inesperadas mudanças na órbita de Urano levaram Le Verrier a deduzir matematicamente que a órbita de Urano estava sujeita a perturbação gravitacional por um planeta desconhecido.

Este modo de pensar sustenta uma concepção natural do conteúdo de um pensamento. Para qualquer pensamento há uma classe de cenários que ele endossa, ou uma classe equivalentemente de cenários que verifica o pensamento. Ao mesmo tempo, há uma classe de cenários que o pensamento exclui, ou uma classe equivalentemente de cenários que falsifica o pensamento. Podemos pensar nessa divisão de cenários como constituindo o *conteúdo epistêmico* de um pensamento.

Digamos que dois pensamentos de um sujeito são epistemicamente compatíveis se sua conjunção é epistemicamente possível, e epistemicamente incompatíveis do outro modo. Um pensamento epistemicamente necessita (ou implica) outro quando o primeiro é epistemicamente incompatível com a negação do segundo. Assim, um cenário W verifica um pensamento T quando um pensamento de que W é atual implica T: ou seja, quando um pensamento de que W é atual é epistemicamente incompatível com a negação de T. Quando isto é o caso a suposição hipotética de que W é atual nos levará racionalmente a aceitar T. O pensamento de que W é atual é um pensamento de que D é o caso, sendo D a descrição canônica de W.

Podemos então associar cada pensamento com uma intensão epistêmica. Uma intensão epistêmica de uma crença é uma função de cenários a valores de verdade. Para um dado pensamento T e um cenário W, a intensão epistêmica de T é verdadeira em W se W verifica T; a intensão epistêmica de T é falsa em W se W falsifica T e a intensão epistêmica de T é indeterminada em W se W nem verifica nem falsifica T. Por exemplo, seja B_1 a minha crença de que há água na minha piscina. Seja W_1 o mundo atual, centrado em mim agora, com H_2O nos oceanos e H_2O na minha piscina. Seja W_2 um mundo Terra Gêmea, centrado na minha contraparte onde XYZ é a coisa aquosa nos oceanos e lagos ao redor da minha contraparte, e que há XYZ na piscina da minha contraparte. E seja W_3 um mundo Terra Gêmea modificado, com XYZ como a coisa aquosa nos oceanos e lagos, mas na piscina contém apenas um pequeno resíduo de H_2O.

A hipótese de que W_1 é atual claramente verifica B_1. O mesmo ocorre com a hipótese de que W_2 é atual. O pensamento de que W_2 é atual é epistemicamente incompatível com a crença de que não há água na minha piscina. Posso saber a priori que se W_2 é atual, então há água na minha piscina. Por outro lado, a hipótese de que W_3 é atual falsifica B_1. Se eu aceito que W_3 é atual, devo racionalmente aceitar que água é XYZ, e que não há água na minha piscina. Assim, a intensão epistêmica da minha crença de que há água na minha piscina é verdadeira em um mundo centrado quando a coisa aquosa dominante no ambiente do sujeito

no centro está presente na sua piscina. As intensões epistêmicas parecem capturar algo sobre como as crenças colocam restrições em como o mundo deve ser.

Deve ser notado que a intensão epistêmica de uma crença envolve uma idealização racional. O que importa não é quando um sujeito pode *atualmente* julgar que aquela crença é verdadeira dada a informação de que um cenário W é atual; mas, ao invés disso, o que importa é quando um raciocínio *a priori* permite o sujeito fazer isso em princípio. Aqui é idealizado longe das limitações da atual capacidade cognitiva de um sujeito.

Quando as crenças têm valor de verdade, isso significa que os conceitos têm uma *extensão*. Diferentes tipos de conceitos têm diferentes tipos de extensões: conceitos singulares têm indivíduos como extensões; conceitos gerais plausivelmente têm classes como extensões, e por ai vai. E a extensão em um cenário é capturada pela sua intensão epistêmica. Uma intensão epistêmica de um conceito será então uma função de cenários à extensões do tipo relevante.

Para avaliar a intensão epistêmica do meu conceito de água em um cenário Terra Gêmea W devo perguntar: se W é atual, então o que é água? A resposta parece clara: se W é atual, então água é XYZ. Assim, no cenário Terra Gêmea a intensão epistêmica do meu conceito "água" refere-se à XYZ. Podemos dizer, grosseiramente, que a intensão de um conceito como o de "água" seleciona o líquido claro e bebível em uso comum próximo ao centro do mundo. Isto sugere que a intensão epistêmica de um conceito tal como "água" pode ser "encapsulada" em uma descrição. Mas este tipo de descrição não é um substituto para a intensão. A intensão do meu conceito "água" pode ser avaliado em qualquer mundo W, ao hipoteticamente aceitar que W é atual, e procurando conclusões racionais sobre a natureza de água sob tais hipóteses. Ao examinar estes casos pode-se notar que uma dada substância parece ser qualificada como uma extensão de "água" em um cenário em virtude da aparência da substancia, de seu comportamento e conexão com o centro do mundo; e alguém pode tentar resumir esse padrão dando a descrição como acima. Mas tais descrições serão sempre apenas uma aproximação.

Visto desse modo, conteúdo epistêmico é um tipo de *conteúdo estreito*. Isso pode ser melhor ilustrado através de exemplos. Considere Oscar na Terra e Oscar_{TG} na Terra Gêmea. Deixando de lado o fato não essencial de que o corpo de Oscar contém H_20 enquanto que o de Oscar_{TG} contém XYZ, os dois são física e fenomenalmente duplicatas. Tanto Oscar quanto sua contraparte têm crenças que expressam dizendo "nuvens contém água".

Considere a intensão epistêmica da crença B1 de Oscar e a intensão epistêmica da crença B2 de Oscar_{TG}. Seja W1 o atual cenário de Oscar, centrado em Oscar com H_2O ao seu

redor, preenchendo oceanos e lagos e presente nas nuvens. Seja W2 o atual cenário de $Oscar_{TG}$, centrado em $Oscar_{TG}$ com XYZ ao seu redor em oceanos, lagos e nuvens. Claramente, B1 e B2 são verdadeiras: a intensão de B1 é verdadeira em W1 e a intensão de B2 é verdadeira em W2. Além disso, a intensão epistêmica de B1 é verdadeira em W2: se Oscar aceitar que W2 é atual, então ele deverá racionalmente aceitar B1. Simetricamente, a intensão epistêmica de B2 é verdadeira em W1. Assim, a intensão epistêmica de B1 é verdadeira tanto em W1 quanto em W2, e assim é a intensão epistêmica de B2.

Se algum cenário W verifica a crença de Oscar B1, ele verificará a crença B2 da sua contraparte. E se W falsifica B1 também falsifica B2. Assim, B1 e B2 têm a mesma intensão epistêmica. Em W1 a intensão epistêmica de ambos os conceitos selecionam H_2O e em W2 ambos selecionam XYZ. Ou seja, parece ser a intensão epistêmica que seleciona em um dado cenário uma substância no ambiente do centro do cenário, baseado no papel da substância naquele mundo e nas suas propriedades superficiais. Podemos dizer que ambas as crenças endossam tais mundos centrados nos quais o líquido claro e bebível ao redor do centro do mundo está presente em alguma forma nas nuvens ao redor do centro do mundo. Assim, ambas dividem o espaço epistêmico do mesmo modo. Consequentemente, podemos dizer que as duas crenças possuem a mesma intensão, a mesma referência e as mesmas condições de valor de verdade, ou seja, elas têm o mesmo conteúdo e, com isso, seus conteúdos são estreitos.

3 CRÍTICAS À PROPOSTA BI-DIMENSIONALISTA SOBRE UMA "INTENSÃO EPISTÊMICA"

A proposta bi-dimensionalista parece, assim, trazer uma resposta viável para o problema do acesso privilegiado por parte do sujeito e, desse modo, parece restaurar também o poder explicatório dos estados mentais em relação ao comportamento humano sem, com isso, negar uma forma de conteúdo amplo. Isso porque, como vimos, a intensão secundária daria conta de capturar o conteúdo do estado mental que está relacionado causalmente com o ambiente externo enquanto que a sua intensão primária capturaria o conteúdo do estado mental que independe de qual mundo é o atual, ou seja, uma representação subjetiva que depende apenas das propriedades intrínsecas/internas ao sujeito como certas descrições associadas.

Haveria, então, uma dupla divisão de um estado mental: de um lado o conteúdo do estado mental é *amplo*, capturando a extensão e as condições de valor de verdade em relação ao mundo atual, sendo então sensível à mudanças de ambientes [*twin-eathable property*], e de um outro o seu conteúdo é *estreito*, onde a sua referência e condições de valor de verdade são determinadas em relação à cenários possíveis. Como cenários possíveis são determinados através de descrições definidas, a fixação da referência de um termo por parte do sujeito é dada de modo puramente *a priori*. Desse modo, podemos dizer que um sujeito *sabe a priori* o conteúdo do seu estado mental em questão. E, como o sujeito tem acesso a pelo menos um dos conteúdos de cada uma das suas crenças, não há nenhum problema em afirmar que tais crenças são relevantes para as explicações dos seus comportamentos. Por exemplo, quando Oscar entretém o pensamento "isso é um copo d'água", há dois conteúdos envolvidos:

1. Que isso é um copo de H_2O.
2. Que isso é um copo contendo uma substância aquosa (líquida, insípida, incolor, que mata a sede...).

O primeiro conteúdo é o amplo, e que obviamente o sujeito só tem acesso se ele souber que água é H_2O. Já o segundo é o conteúdo estreito, que não depende de nenhum conhecimento factual, mas apenas conceitual, e que portanto o indivíduo tem um acesso *a priori*. E as ações do sujeito em relação ao objeto podem ser explicadas, então, por este conteúdo, como, por exemplo, a ação de beber a água contida no copo por estar com sede.

No entanto, a teoria bi-dimensionalista apresenta certos problemas. Em primeiro lugar, a noção de conteúdo estreito, tanto a de Jackson quanto a de Chalmers, cai sob as críticas externalistas ao individualismo. Assim, se aceitarmos os pontos defendidos por Kripke,

Putnam ou Burge devemos então negar a possibilidade de um conteúdo estreito nesses moldes. Se o externalismo estiver correto e só pudermos individuar os conteúdos dos estados mentais com base nas relações causais que o indivíduo que entretém tal estado possui com seu ambiente externo físico e social, não parece ser possível, então, um estado psicológico que não pressupõe nada além do próprio sujeito que nele se encontra. Os próprios estados mentais são sensíveis a mudanças de ambiente porque todos os conceitos (ou pelo menos grande parte deles) são igualmente sensíveis. Apresentarei neste capítulo dois argumentos que explicitam essa incompatibilidade: o argumento contra a intensão primária como sendo uma descrição definida e outro contra a suposição de Chalmers de uma linguagem semanticamente neutra para a descrição dos cenários possíveis.

Mas poder-se-ia argumentar que a proposta bi-dimensionalista não pretende ser externalista, sendo, pelo contrário, a sua intenção puramente *individualista*. A noção de conteúdo estreito apareceria justamente para resgatar a intensão individualista que o externalismo tanto critica. Desse modo, o conteúdo amplo deveria ser visto de modo muito mais simplificado que o pretendido pelo externalismo: deve ser visto apenas como um conteúdo onde as referências são determinadas no mundo real. No entanto, o bi-dimensionalismo ainda não seria bem sucedido, pois ainda cairia em um "problema de articulação". Resumidamente, o problema é que um mesmo estado mental poderia ter duas ou mais referências distintas tendo, com isso, valores de verdade distintos. Assim, todos os estados mentais do sujeito poderiam ter, ao mesmo tempo, um conteúdo que é verdadeiro e outro que é falso, gerando assim um absurdo.

E, por fim, a própria noção de intensão primária não parece se sustentar pois, por serem uma função de mundos centrados a extensões e valores de verdade, as intensões epistêmicas não podem ser consideradas como *conteúdos reais*. A intensão primária não é capaz de fornecer um conteúdo de fato ao estado mental, isso porque ela é antes uma proposição reflexiva no sentido de que representa as condições de valor de verdade de proferimentos fazendo referência a ocorrências [*tokens*] desses mesmos proferimentos. O que a intensão primária nos fornece, então, são as possibilidades de conteúdos e as avaliações de cada possibilidade, e não o conteúdo mesmo.

3.1 **Intensões-A como descrições associadas**

Tanto para Jackson quanto para Chalmers, a afirmação de que intensões primárias são descrições associadas ao sentido do termo está fortemente ligada tanto a idéia de que tais descrições determinam as referências nos cenários tomados como atuais quanto à de que um conhecimento de tais intensões se dá de modo *a priori* e de que elas são necessárias para a compreensão e uso dos termos. No entanto, reivindicações externalistas apontam que tais propriedades ligadas ao sentido de um termo não só não são necessárias quanto que elas não são as respostas mais plausíveis para o problema da possibilidade epistêmica[86] de um termo.

Como vimos, a teoria bi-dimensionalista afirma que o sentido de um termo possui duas intensões: uma intensão primária e uma secundária. A intensão secundária diz respeito à dimensão metafísica, na qual a intensão é justamente a *res* relevante atual que o termo nomeia. Já a intensão primária diz respeito à dimensão *epistêmica* e, assim, a intensão neste caso é uma *descrição* que seleciona uma certa referência nos cenários possíveis tomados como atuais. E essa descrição é determinada pelo papel teórico que o termo tem e pelo comportamento da *res* de nossa percepção [*acquaintance*]. A intensão primária de "água", por exemplo, é fixada pelo papel que o termo tem em nossa explicação teórica popular. Como normalmente esta explicação é a de que água é o "líquido transparente que mata a sede, inodoro, que cai do céu em forma de chuva etc", a intensão primária de "água" contém essas características. A intensão primária tem, então, a forma "a coisa que satisfaz F1,... Fn" e é essa descrição que o sujeito precisa saber afim de capturar a intensão primária de um termo.

Obtemos tais descrições através de um "método dos casos possíveis". Assim, o que devemos fazer para determinar a intensão primária de "água", por exemplo, é considerar um cenário possível tomando-o como atual e ver que referência o termo seleciona naquele mundo. Após fazermos isso com inúmeros cenários possíveis, teremos uma certa intuição acerca de quais propriedades uma coisa tem que ter para ser selecionada como a extensão do termo "água" em todo e qualquer mundo. Teremos então uma descrição do tipo "a coisa que satisfaz F1 & F2... & Fn" que explicita o papel que nós de modo *a priori* sabemos que água exerce e que, assim, nos dá a intensão primária de "água". E, segundo Jackson e Chalmers, é

---

[86] Mesmo água sendo necessariamente H_2O, podemos ter pensamentos sobre água e sermos falantes competentes sobre o termo sem precisarmos saber desse fato necessário. Isso porque, como Putnam afirma, tal necessidade é metafísica, não epistêmica. Mas, então, qual é o mínimo exigido de um falante para que ele entretenha pensamentos sobre água, ou possa dizer entre as possibilidades apresentadas o que é água e o que não é quando não sabe que água é H_2O (como no caso do mundo-XYZ tomado como atual, que o sujeito crê que XYZ seja água)? Numa visão bi-dimensionalista, podemos falar sobre XYZ como sendo água ou ter pensamentos sobre água sem saber do fato necessário de que água é H_2O porque temos descrições associadas que selecionam a coisa aquosa como sendo a referência (epistêmica) do meu termo "água".

justamente por esse motivo que o indivíduo pode tomar XYZ ou qualquer outra substância fisicamente indiscernível de água como sendo também "água" e ter crenças e atitudes com esses objetos do mesmo modo que tem com H_2O.

No entanto, se aceitarmos e levarmos a sério as críticas externalistas apresentadas por Burge, devemos responder a tal sugestão do seguinte modo: considerando mundos centrados como atuais, a explicação para o fato de que meu termo "água" seleciona a coisa aquosa ao meu redor (por exemplo, no mundo-XYZ água refere-se à XYZ, e não à H_2O) não se dá pelo fato de haver uma intensão primária associada ao termo que determine que para toda substância x que tenha as propriedades de ser "incolor, inodora, insípida, que cai em forma de chuva e etc" seja *água*, mas sim porque *aquela* coisa aquosa ao meu redor naquele cenário foi inicialmente batizada de "água" e eu adquiri o termo no mundo onde a coisa aquosa de minha percepção é XYZ. Há então uma outra explicação para o fato de que meus *tokens* de "água" no mundo-XYZ considerado como atual referem-se a XYZ: se considerarmos um cenário possível como atual, estamos considerando também que as conexões causais entre o sujeito no centro com o ambiente externo e a comunidade linguística no qual ele está inserido não são as mesmas que as nossas, pois o sujeito em um cenário-XYZ está causalmente conectado com XYZ, e não com H_2O. E se as conexões causais são distintas, não podemos afirmar que o termo "água" utilizado no cenário-XYZ é o mesmo que o nosso, ou seja, tratam-se de *línguas diferentes*.

Assim, afirmar que a referência do meu termo "água" seleciona diferentes substâncias com certas propriedades em vários mundos centrados tomados como atuais não implica o fato de que haja *necessariamente* uma descrição associada ao termo, pois podemos dizer simplesmente que, pelo fato das relações causais serem distintas em cada cenário possível tomado como atual, o significado da palavra "água" será então distinto, selecionando em cada cenário uma certa referência que não é a mesma que as selecionadas em outros. E essa visão implica que o sentido de um termo é *amplo*, pois se mudarmos a relação causal do sujeito com o ambiente externo o sentido dos seus termos empregados será diferente do que o dos termos usado por nós[87]. A palavra "água", assim, selecionaria XYZ no cenário-XYZ porque a relação causal que o sujeito no centro tem com o ambiente ao seu redor se dá com XYZ, e não porque

[87] O que este argumento mostra é que o fato de que podemos dizer que em um mundo possível tomado como atual nossos termos poderiam ter referências distintas do que realmente têm não implica necessariamente que tais termos possuem uma intensão primária que é, na verdade, uma descrição. Dizer que um termo poderia ter uma referência diferente se o mundo não fosse considerado como ele de fato é não implica a consequência de que as descrições que temos do mundo são relevantes, mas talvez que a relação que temos com o mundo ao nosso redor seja o fato relevante.

há uma certa descrição associada que afirme que, se essa substância possui as propriedades de ser água, então pode ser selecionada como referência para o termo "água".

Pode-se responder a tal argumento, no entanto, dizendo que tratar cenários possíveis desse modo é um erro. A intensão primária deve vista como capturando o âmbito epistêmico do sentido dos termos, no qual o modo como o sujeito vê e *sabe* sobre o mundo é mais relevante que as suas relações causais ou a própria natureza do mundo tomado como atual. Assim, cenários devem ser vistos como *hipóteses* que apontam o mínimo exigido de um sujeito para que este seja considerado um falante competente sobre um termo. Consideremos o seguinte caso: suponha um sujeito que seja ignorante do fato de que água é H_2O. Quando apresentado casos de cenários possíveis (como o cenário XYZ) em que a substância aquosa ao redor tem as propriedades de ser um líquido insípido, incolor, e por ai vai, mas que não é H_2O, tal sujeito não terá nenhum motivo *a priori* para descartar a possibilidade de que tal substância seja água. E não só isso: o sujeito poderá ter crenças de que, nesses casos, a substância aquosa presente em vários cenários possíveis é a mesma que está ao seu redor no mundo real. Mesmo que tal indivíduo não saiba o fato de que água é H_2O, ele poderá identificar se em um cenário possível uma certa substância pode ser considerada como água ou não. E isso justamente porque o sujeito tem uma certa descrição que fornece critérios para tal identificação.

Mas quais são exatamente estes critérios? Considerando seu papel e a sua natureza, intensões primárias devem ser epistemicamente acessíveis a qualquer falante competente. Assim, se uma expressão tem uma intensão primária, então um falante competente cognitivamente não-deficiente tem de ser capaz de determiná-la. E, como vimos anteriormente, é através do método dos cenários possíveis que identificamos quais critérios estão associados a um termo, como por exemplo o termo "água". Ou seja, somos aconselhados a considerar cada cenário possível como atual e com isso selecionar aquilo que nossas intuições conceituais determinam como sendo água no respectivo mundo que olhamos. Tais intuições conceituais sobre o termo "água" destacariam então uma descrição na forma "a coisa que satisfaz a maioria de F1& F2 ... &FN", onde qualquer propriedade F que é parte da descrição de "água" será uma propriedade que é *necessária* para algo ser água, ou seja, é o mínimo exigido para que uma coisa possa ser considerada como água.

No entanto, as nossas intuições conceituais sobre termos de tipo natural simplesmente não são bem delimitadas de modo a selecionarem intensões primarias coerentes. Da mesma forma, não somos capazes de encontrar nenhuma propriedade que seja, julgada pelas nossas

intuições, necessária para algo ser água. De acordo com os exemplos apresentados tanto por Jackson quanto por Chalmers, poderíamos dizer que a intensão primária de "água" nos fornece uma descrição mais ou menos como essa: água é tudo aquilo que é "líquido, insípido, incolor, que preenche mares e rios, que cai do céu na forma de chuva, entre outros", que são usualmente os critérios dados em exemplos. Mas suponha agora um cenário que contenha um líquido puro que mata a sede, cai do céu como chuva, pode ser usado para extinguir fogo e tem toda função que água de fato tem, mas esse outro líquido no cenário possível apresenta sempre uma cor levemente esverdeada. Nesse caso, diríamos que esse líquido é "água"? Se sim, a propriedade de ser incolor não figura necessariamente na intensão primária do termo "água". E, do mesmo modo que podemos supor um cenário como descrito acima, podemos supor outros em que uma substância líquida compartilha várias propriedades com a água do mundo real, exceto uma, para cada propriedade dada pela intensão primária, mostrando assim que nenhuma propriedade superficial ou comportamental da *res* é necessária ou deve ser considerada como o mínimo exigido de um falante. Mas se afirmamos como não sendo água, devemos então nos perguntar o porquê disso. É óbvio que isso *não* é água? Assim como nos exemplos bi-dimensionalistas, estamos considerando esse cenário como atual. A coisa sobre a qual estamos falando preenche o lago local, desce na forma de chuva, mantém nossos experts ocupados e por aí vai. Por que então não poderíamos dizer que é água?

Assim, nossas intuições não parecem nos fornecer informações suficientes para decidirmos quando a coisa "aquosa" ao redor do centro em um cenário tomado como atual é ou não água. Podemos pensar em inúmeros cenários em que não seja uma tarefa simples (ou até mesmo possível) afirmar com segurança que algo poderia ser considerado como água ou não. O que é ou não água é determinado de modo apenas *a posteriori* e, com isso, a intensão primária não dá conta de determinar a referência do termo, mesmo que consideremos um cenário possível como atual.

A suposição de que o sujeito deve saber inicialmente a intensão primária de um termo para ser capaz de compreendê-lo entra em conflito com uma observação enfatizada pelos externalistas: os falantes ordinários simplesmente não sabem muito sobre tipos naturais. Isso pode não ser muito evidente quando usamos exemplos com termos como "água", "tigre" etc. Mas se pensarmos sobre termos menos cotidianos como "magnésio", por exemplo, o caso parece se tornar mais claro: muitos não são capazes de dar uma descrição que seja rica o suficiente para determinar a intensão primária de termos como este. Assim, parece mais plausível supor que falantes ordinários não precisam ter teorias extensivas sobre os tipos

naturais em questão e nem que precisam de tais teorias para serem considerados falantes competentes. Se aceitarmos a exigência de um conhecimento anterior da intensão primária seremos obrigados a concluir que a maioria das pessoas (se não todas) não devem ser consideradas falantes competentes em relação a muitos dos termos que utilizam, o que não parece ser nem um pouco plausível.

Chalmers apresenta duas respostas para as críticas acima[88]. A primeira é uma tentativa de mostrar a necessidade de se ter uma intensão epistêmica em termos descritivistas explicitando os papéis que tais descrições exercem ao se utilizar uma palavra, argumentando com isso que os exemplos apresentados por Kripke não só não são capazes de fornecer um contraexemplo contra estes papéis, mas que eles mostram justamente a necessidade de tais descrições. Além disso, segundo ele, tais críticas às intensões primárias como descrições não se aplicam, pois nem toda descrição dada pela intensão primária é sempre conceitual ou ainda consciente ao indivíduo. Já o segundo argumento tenta tratar as descrições das intensões primárias como descrições metalinguísticas, que parece ser o tipo de resposta que ele decide adotar. Assim, segundo ele, faz parte da intensão primária de um nome próprio, por exemplo, uma descrição do tipo "usado do mesmo modo que a pessoa de quem eu adquiri o nome".

Vejamos primeiramente quais seriam tais papeis que as descrições devem exercer. Dizemos que um falante associa uma propriedade p com um termo T se e somente se o falante acredita que o referente de T (se ele existe) tem p. Assim, para um falante ser capaz de compreender um termo ele ao menos deve saber que a referência do termo T tem certas propriedades (propriedades estas associadas ao termo pela sua intensão primária), sendo este conhecimento dado apenas através da sua compreensão de T (e talvez com um pouco de reflexão *a priori*). Desse modo, qualquer um que compreenda a palavra "água" será capaz de saber, sem precisar apelar para qualquer informação *a posteriori*, que "água" refere-se ao tipo natural claro e potável cujas instâncias são predominantes nos nossos oceanos e lagos. Ou podemos afirmar, talvez de modo menos controverso, que qualquer um que compreenda "água" é capaz de saber que o termo refere-se à um tipo natural, ou ao menos que o termo não tem como referência um objeto abstrato (como um número, por exemplo). Ou ainda afirmar, de modo mais geral (e nem um pouco controverso), que qualquer um que compreenda o termo "água" é capaz de saber *a priori* que o termo refere-se à *água*. Isto mostra que haverá sempre alguma propriedade associada com o termo que pode ser conhecida de modo puramente *a priori*. Sendo assim, podemos dizer que tais propriedades preenchem o papel *a priori* do

[88] Apud (Byrne, A. e Pryor, J. "Bad Intensions". In: *Two-Dimensional Semantics: Foundations and Applications*, ed. M. Garcia-Carpintero and J. Macia. Oxford: 2006)

termo. Claro que a teoria bi-dimensionalista pretende afirmar que as descrições associadas a um termo dadas pela sua intensão primária são mais interessantes e *não-triviais* do que a descrição de que a propriedade essencial de água é a de ser "água" ou ainda "um termo que tem como referência um objeto de tipo natural". Mas talvez até mesmo tais descrições estejam presentes na intensão primária do termo e, sendo assim, tal intensão preencherá em todos os casos o papel *a priori* do termo.

O puzzle fregeano fornece o segundo papel para as propriedades associadas. Como Frege apontou em "*On sense and Reference"*[89], sentenças de identidade onde os termos são coextensivos não são necessariamente *triviais*. Por exemplo, sentenças como "Bob Dylan é Robert Zimmerman", ao contrário de sentenças como "Bob Dylan é Bob Dylan", frequentemente acrescentam um novo conhecimento ao sujeito. A resposta para essa diferença é que a "significância cognitiva" dessas sentenças diferem. Para explicar tais diferenças, muitos filósofos apelaram para diferenças nas propriedades que falantes associam aos nomes. O segundo papel das descrições é então o de fornecer propriedades que distingua termos coextensivos que possuem significâncias cognitivas distintas. Podemos dizer então que tais propriedades preenchem o papel fregeano dos termos.

A questão da fixação da referência fornece o terceiro papel para as propriedades associadas. Assim, um termo T (como usado por um falante particular) refere-se a um objeto x porque o falante dá um certo tipo de autoridade de fixação de referência à algumas propriedades "P1,... Pn". Isto faz com que T refira-se a qualquer coisa que tenha as propriedades "P1,...Pn" – e é o caso de ser o objeto x. E, nesses casos, tais propriedades preenchem o papel da fixação de referência do termo.

Deve-se notar que as propriedades que preenchem o papel *a priori* não preenchem necessariamente o papel fregeano. A propriedade de ser Bob Dylan (que é a mesma propriedade de ser Robert Zimmerman) preenche o papel *a priori* para ambos os nomes, mas esta propriedade não consegue explicar a diferença da significância cognitiva entre eles. A propriedade que preenche o papel fregeano, por sua vez, também não preenche o papel *a priori*. Ser o autor de *Like a Rolling Stone*, por exemplo, pode preencher o papel fregeano para Bob Dylan simplesmente porque é um fato *a posteriori* bem conhecido que Dylan escreveu esta canção. Além disso, a propriedade que preenche o papel fregeano também não preenche necessariamente o papel da fixação de referência, pois a propriedade que preenche o papel fregeano não necessita ser uma que identifique unicamente um referente. Poderíamos,

[89] Frege, Gottlob, 'On Sense and Reference' (1892), *in Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, ed. P. Geach and M. Black (1952; Oxford: Blackwell, 1966).

por exemplo, usar como uma propriedade exercendo o papel fregeano uma canção que tenha sido composta por Bob Dylan e outra pessoa. Nesse caso, tal propriedade poderia explicar uma significância cognitiva do nome mas não seria capaz de referenciar unicamente Bob Dylan. E, por fim, a propriedade que preenche o papel da fixação de referência não preenche o papel fregeano. As propriedades que referenciam unicamente Bob Dylan também referenciam Robert Zimmerman, o que quer dizer que tais propriedades não são capazes de explicar também uma diferença cognitiva entre os nomes.

Desse modo, não há nenhuma implicação entre o preenchimento de um papel para o preenchimento dos demais. Além disso, para uma dada palavra T, mesmo que possamos garantir algumas propriedades que preencha o seu papel *a priori* e outras que preencha o seu papel fregeano, não parece ser possível que qualquer uma dessas propriedades (ou quaisquer outras) seja capaz de exercer o papel da fixação da referência. Como Kripke mostrou através dos seus exemplos, não é possível um conjunto de propriedades que individuem apenas um único indivíduo, pois não é possível afirmar quais propriedades são essenciais apenas para aquele indivíduo específico. Assim, não parece ser possível que um único conjunto de propriedades associadas possa preencher todos os três papeis exigidos.

Mas, segundo Jackson e Chalmers, é possível sim tal conjunto de propriedades. Consideremos o termo "água". Como vimos anteriormente, as propriedades associadas seriam algo mais ou menos como isso: ser claro, ser potável, estar em oceanos e lagos, entre outros. Como tais propriedades preenchem o papel *a priori* para "água", alguém que compreenda o que "água" é não precisará então de nenhum conhecimento *a posteriori* para saber que a referência do termo é clara, potável e pode ser encontrada em oceanos e lagos. Como tais propriedades preenchem o papel fregeano, a significância cognitiva de uma sentença como "água é H_2O" deriva do fato das propriedades de "ser claro, ser potável, estar presente em oceanos e lagos" estarem associados com água, e algumas outras propriedades estarem associadas com H_2O. Podemos também colocar em termos de intensões epistêmicas: "água é água" é cognitivamente insignificante porque sua intensão epistêmica é uma função constante que seleciona cada possibilidade epistêmica como sendo verdadeira, já "água é H_2O" é cognitivamente significante porque sua intensão epistêmica seleciona certas possibilidades epistêmicas como sendo verdadeiras e outras como falsas. Por fim, como tais propriedades também preenchem o papel de fixar a referência, "água" refere-se à única coisa clara e potável encontrada nos oceanos e lagos. Se alguma possibilidade epistêmica diz que XYZ é a

única coisa que tem tais propriedades, então a intensão epistêmica de água mapeará XYZ nessa possibilidade epistêmica.

Os exemplos de Kripke sustentam a visão de que um falante pode ser um usuário competente de um nome apesar de não ter um conhecimento identificatório substancial devido à uma certa ignorância: a maioria das pessoas quando pensam em Cicero, por exemplo, apenas o pensam como um orador romano famoso, sem qualquer pretensão de afirmar que ele foi o único orador famoso ou pensar qualquer outra característica que fosse única a Cicero. Por sua vez, seus exemplos com o nome Gödel sustentam a visão de que um falante pode ser um usuário competente de um nome sem ter qualquer conhecimento identificatório substancial por causa de um erro. Kripke pede para supormos uma situação em que quem descobriu a prova da incompletude da aritmética não foi Gödel, mas sim Schmidt. Mesmo assim, falantes usam o nome "Gödel" para referirem-se a Gödel, mesmo que tal conquista que eles atribuem a Gödel – descobrir a incompletude da aritmética – tenha sido realizada na verdade por Schmidt. Nesse caso, as propriedades que os falantes associam com o nome "Gödel" são ricas o suficiente para identificar unicamente alguém, mas a pessoa que elas identificam não é a referência do nome. O que ambos os exemplos nos mostram é que as propriedades que os falantes associam com os nomes que usam não preenchem o papel da fixação de referência.

No entanto, segundo Chalmers[90], estss exemplos não são capazes de mostrar que o quadro intencional apresentado em seu bi-dimensionalismo não se sustenta. Segundo ele, o que os exemplos de Kripke fazem é trabalhar com uma concepção de descrições que correspondem às expressões linguísticas. Quando Kripke argumenta que as descrições que os falantes associam ao nome não conseguem fixar a referência, ele sempre invoca descrições linguísticas que um falante associa a um nome, como crenças descritivas explícitas do falante. Mas o quadro intencional defendido por Chalmers não está comprometido com a idéia de que descrições devem sempre corresponder a expressões linguísticas, ou nem mesmo comprometido com a idéia de que as intensões associadas com um nome devem sempre corresponder a crenças explícitas para o falante. Assim, nos exemplos de Kripke não haveria um argumento claro contra suas intensões primárias.

E Chalmers vai além. Para ele, o método central dos argumentos de Kripke parece ser obviamente compatível com tal quadro intencional. Segundo essa interpretação, quando pensamos sobre o caso Gödel/Schmidt estamos avaliando a intensão epistêmica de "Gödel"

[90] apud (Byrne, A. e Pryor, J. *Bad Intensions*, p.45)

em um mundo epistêmico como especificado no exemplo. Quando consideramos que o mundo é epistemicamente possível, ele se revela como uma instância da possibilidade epistêmica de que Gödel nã tenha descoberto a incompletude. Ou seja, a intensão epistêmica de Gödel não selecionaria o homem que descobriu a prova neste mundo, mas sim seu publicador. Assim, a intensão epistêmica de Gödel e a de "o homem que descobriu a incompletude da aritmética" são distintas.

Há, então, três pontos centrais no argumento de Chalmers. Primeiro, segundo ele, os argumentos de Kripke sugerem que a intensão epistêmica de um nome não pode ser precisamente capturada em uma descrição linguística. Mas eles não mostram que uma intensão epistêmica, por sua vez, não possa existir. Segundo, mesmo que a descrição seja linguisticamente expressa, o falante pode associá-la com o nome apenas implicitamente. Assim, se questionado por uma sentença explícita sobre quais propriedades ele está usando para identificar o referente de "Gödel" em várias possibilidades epistêmicas, o falante poderá se mostrar perdido e não conseguir dar uma resposta. Terceiro, a metodologia de Kripke pode então ser mais bem compreendida como uma que revela ou articula a intensão epistêmica de um nome do que uma que demonstra que nomes não tem tal intensão.

No entanto, o primeiro ponto não se aplica aos exemplos de Kripke. O que tais exemplos mostram não é que apenas as descrições linguísticas não são capazes de individuar a referência de um nome, mas sim que qualquer propriedade (sendo o sujeito consciente dela ou não) não poderá ser uma condição mínima e suficiente para fixar a referência de um objeto individual. Ou o conjunto de propriedades será contingente, ou tal conjunto não identificará um único objeto. Por exemplo, provavelmente muitos falantes ordinários têm uma idéia complexa sobre Roma antiga baseada em filmes como *Gladiador*. Podemos então supor que as propriedades que eles associam ao nome Cicero podem ser apontadas com frases como "um famoso orador daquele lugar", enquanto apontam para várias cenas e imagens com "homens de espadas e sandálias trançadas". Mas obviamente tais propriedades ainda não selecionam a referência de Cicero unicamente. E como não há razão para supor que um falante ordinário associe outras propriedades inexpressivas linguisticamente com Cicero que selecionem a referência unicamente, então o argumento para ignorância permanece. Já o segundo ponto é um pouco mais plausível. De fato, não devemos concluir que um falante ordinário não tem nenhum conhecimento identificatório substancial sobre a referência de um nome apenas porque ele não é capaz de declarar explicitamente tal conhecimento. Conhecimento identificatório substancial pode ter a sua presença conhecida através de

disposições do falante para aplicar o nome mais do que através dos seus relatos verbais. Mas parece claro que mesmo quando aceitamos isso, falantes ordinários ainda permanecem bastante ignorantes sobre as referências dos nomes como Cicero.

Por fim, consideremos o terceiro ponto. Segundo Chalmers, a intensão epistêmica de "Gödel" representa a habilidade do falante de identificar a referência do nome em várias possibilidades epistêmicas redutivamente especificadas, ou seja, a intensão primária é o seu conhecimento identificatório substancial. Assim, avaliar os exemplos de Kripke envolve identificar a referência de "Gödel" em uma possibilidade epistêmica redutivamente especificada. Kripke nos dá uma possibilidade epistêmica no qual certas pessoas (tendo os nomes "Schmidt" e "Gödel") fazem certas coisas e, ao considerar esta possibilidade epistêmica como atual, a intensão epistêmica de "Gödel" não seleciona o provador da incompletude, mas sim o seu publicador. Se isto está correto, então o exemplo não mostra que "Gödel" carece de uma intensão epistêmica, mas sim mostra qual é esta intensão.

No entanto, esta é uma compreensão errada do exemplo de Kripke. Ele não nos oferece nenhuma especificação redutiva da possibilidade sobre Gödel/Schmidt. Kripke nos pede, com efeito, para imaginarmos uma situação no qual um falante que, mesmo que falsamente acredite que Gödel refere-se ao homem que apresentou a prova da incompletude, usa "Gödel" referindo-se a Gödel. A situação é especificada em termos de propriedades que Gödel tem e que não tem. O ponto de Kripke é que tal situação é perfeitamente coerente, sendo então plausível que a referência do nome não seja fixada pelas propriedades que o falante associa. Não há nada na descrição do exemplo de Kripke para sustentar a visão de que um usuário competente do nome "Gödel" possa identificar sua referência em alguma possibilidade epistêmica especificada. Assim, não há base nenhuma aqui para pensar que qualquer um que compreenda o nome "Gödel" tenha conhecimento identificatório substancial sobre a sua referência. Nossa habilidade para identificar as referências em tais exemplos deve-se ao fato de que eles são especificados em termos *não*-substanciais, ou são especificados usando descrições sobre propriedades que os referentes são conhecidos *a posteriori* como satisfazendo, ou ambos. Assim, tais exemplos não nos fornecem razões para atribuir conhecimento identificatório substancial ao falante. Ao invés disso, como afirma Kripke, eles mostram que falantes competentes normalmente não precisam ter tais conhecimentos.

Vejamos agora a resposta metalinguística. Quando falantes usam um nome como "Gödel" ou "Feynman" em casos como os descritos acima, como eles determinam a referência do nome? Por exemplo, se alguém sabe apenas que Feynman foi um famoso físico

e que Gell-Mann também é um famoso físico, o que o permitirá identificar que tais nomes não referenciam a mesma pessoa? A resposta, segundo Chalmers[91], é a de que o indivíduo deve olhar para o uso que as outras pessoas dão para os dois nomes. Esta informação adicional permitirá o indivíduo determinar que os membros da sua comunidade usam "Feynman" para referir-se a um certo indivíduo enquanto usam "Gell-Mannn" para referir-se a um outro indivíduo distinto. Uma vez que ele tem esta informação, não terá problema ao determinar que seu uso de "Feynman" refere-se ao primeiro enquanto que seu uso de "Gell-Mann" refere-se ao segundo. Assim, a descrição associada ao nome "Feynman" dada pela sua intensão epistêmica seria algo mais ou menos como "a pessoa chamada Feynman por aqueles de quem eu adquiri o nome". O mesmo valeria então para a possibilidade epistêmica de "Gödel". Em todos esses casos, parece que um nome é usado deferencialmente: ao usar um nome, o falante defere a outros que usam o nome.

A moral dos argumentos sobre ignorância e erro apresentados por Kripke, de acordo com este ponto de vista, é que a intensão epistêmica de um nome como "Gödel" não pode ser dada por nenhum tipo de descrição sobre os "atos famosos" do indivíduo, como "o homem que descobriu a incompletude da aritmética". Ao invés disso, a intensão epistêmica deve ser dada por algo como a descrição "a pessoa chamada 'Gödel' por aqueles de quem adquiri esse nome".

A primeira objeção para este tipo de resposta é que a proposta metalinguística impõe demandas que nem sempre parecem razoáveis para a compreensão de uma palavra. Tal proposta requer que falantes competentes tenham uma habilidade para avaliar condicionais em um vocabulário semântico sofisticado, como "a referência de um termo como usado pelo falante *S*". Segundo alguns[92], a habilidade para falar e compreender uma linguagem vem antes: compreender palavras é uma pré-condição para tais habilidades conceitualmente sofisticadas, não o inverso. Crianças muito novas, por exemplo, não parecem demonstrar ter esta habilidade metalinguística quando questionadas sobre as referências dos nomes que utilizam. deRosset, por exemplo, apresenta o caso de Ethan para explicitar este ponto[93]. Ethan é uma criança normal de 3 anos que aprende na sua escola, como parte da sua educação religiosa, sobre quem foi Pedro e como ele transmitiu para as pessoas sobre Jesus e seus ensinamentos. O que Ethan apenas aprende é que Pedro foi um homem muito importante que

[91] apud (Byrne, A. e Pryor, J. *Bad Intensions*, p. 51)

[92] Ibidem

[93] deRosset, L. "Reference and Response". *Australasian Journal of Philosophy*. 2010; pp 1-18

falou para muitas pessoas sobre Jesus, mas isto é o suficiente para ele aprender o nome "Pedro", ter crenças verdadeiras sobre Pedro e ainda contar e ensinar para seus amiguinhos quem foi Pedro. Mas a descrição que ele associaria com o nome não é o suficiente para Ethan discriminar Pedro dos demais apóstolos. Assim, segundo a visão de Chalmers, seria acrescentado a descrição metalinguística. No entanto, quando questionado sobre qual a referência do nome "Pedro", Ethan não é capaz de respondê-la, pois ele ainda não tem, assim como as demais crianças, as habilidades metalinguísticas e metacognitivas exigidas.

Além disso, mesmo se aceitarmos tais propriedades metalinguísticas como válidas, elas preencherão apenas o papel da fixação da referência de um nome, mas não seu papel fregeano. Considere um exemplo: imagine que Rosa foi levada ao baile de formatura do colégio por Robert Zimmerman; mesmo tendo sido uma noite divertida eles acabaram perdendo contato após a festa. Muitos anos depois Rosa ouve um proferimento assertivo de que Bob Dylan é Robert Zimmerman. A informação que ela obtém é altamente não-trivial. No entanto, na proposta metalinguística esta proposição contingente é algo do seguinte tipo: a referência de "Bob Dylan" como usado por aqueles de quem Rosa adquiriu este nome é a referência de "Robert Zimmerman" como usado por aqueles de quem Rosa adquiriu este nome. E esta informação obviamente não é a novidade que animou Rosa e possivelmente a moveu para uma ação. O que a animou, podemos supor, é a informação de que o cantor de *Like a Rolling Stone* é a pessoa com quem ela saiu no colégio. As propriedades associadas que têm o papel fregeano são justamente as "famosas ações" como esta, não as propriedades metalinguísticas. E como já foi argumentado, essas propriedades, por sua vez, não preencherão o papel de fixação de referência.

Assim, não parece ser possível uma descrição que possa, ao mesmo tempo, exercer as três funções pretendidas pelo bi-dimensionalismo de Jackson e principalmente pelo de Chalmers. As propriedades associadas que preencherão o papel *a priori* não poderão ser cognitivamente relevantes ou capazes de fixar a referência do termo pois, como mostra os exemplos de Kripke e os exemplos acima, as propriedades fregeanas e as que supostamente fixam a referência são contingentes e requerem um conhecimento empírico.

3.2 **Suposição de um vocabulário semanticamente neutro**

Como vimos, o conteúdo estreito, segundo Chalmers e Jackson, deve capturar a dimensão epistêmica do significado de um termo e, assim, não deve ser usada a noção de

mundos possíveis, mas sim a de mundos centrados possíveis. Chalmers refina a noção de mundos centrados, transformando-os em hipóteses maximamente específicos e chamando-os de *cenários*. A noção de cenário é fundamental na teoria de Chalmers, pois, segundo ele, é ela que possibilita uma reconstrução do "triângulo dourado", conectando o significado com razão (significância cognitiva) e modalidade (aprioricidade). Cenários podem ser caracterizados tanto em termos metafísicos quanto em termos epistêmicos. No entanto, Sawyer[94] afirma e argumenta que nenhuma das duas formas é possível e, assim, o bi-dimensionalismo de Chalmers não consegue fornecer uma base viável para o conteúdo estreito.

Vejamos primeiramente o modo de construção metafísica de cenários. Neste tipo de construção cenários são vistos como mundos possíveis. Quando considero um mundo W como atual estou considerando que meu mundo é qualitativamente como W. Por exemplo, suponha um mundo possível que seja qualitativamente como o nosso, mas com a diferença de que a prata, mesmo sendo superficialmente idêntica à prata ao nosso redor, tem a fórmula química abreviada por Jk. Assim, quando considero a hipótese de que o mundo-Jk é o atual, considero a hipótese de que meu mundo é qualitativamente como o mundo-Jk e que baterias e papel fotográfico contém Jk. Considerando esta hipótese, o pensamento de que prata é Jk é então verificado: se eu aceito que o mundo-Jk é o meu mundo, devo racionalmente aceitar que prata é Jk. Visto deste modo, considerar um mundo como atual é considerar a hipótese de que uma certa descrição é verdadeira. Para não haver problemas de circularidade e incoerência, tal descrição deve ser especificada em termos puramente qualitativos e *semanticamente neutros*. Um termo semanticamente neutro, segundo Chalmers, é aquele que não sofre alteração com casos contrafactuais (não são *twin-earthable*). E é aqui que o problema surge: assumir que há um vocabulário semanticamente neutro que seja rico o suficiente para dividir o espaço epistêmico do modo afirmado por Chalmers é assumir que há uma gama ampla de termos que expressam conceitos que são "individualistas". E isso não parece ser viável.

Chalmers mantém que nomes e termos de tipo natural[95] não são semanticamente neutros e, assim, não podem ocorrer nas descrições canônicas dos cenários. Isso exclui um número considerável de termos que poderiam figurar numa descrição, mas para Chalmers isso não é problema, pois há dois modos em que podemos ter termos semanticamente neutros. Primeiro, termos não-neutros como "prata", por exemplo, podem ser substituídos por descrições

[94] Sawyer, S. "There is No Viable Notion of Narrow Content". in *Contemporary Debates in Philosophy of Mind*, pp. 20-33. Oxford: Blackwell (2007).

[95] Demonstrativos, segundo essa definição, também não seriam considerados termos semanticamente neutros. No entanto, Chalmers afirma que é necessário a inclusão de indexicais na descrição canônica de um cenário a fim de caracterizar a localização de um centro. (ver cap 2, seção 2.4)

qualitativas como "um elemento metálico brilhante.... que é um constituinte de baterias e papel fotográfico". Para que esta descrição seja semanticamente neutra, por sua vez, seus elementos não podem ser *twin-earthable*. Contudo, termos como "metálico" e "elemento" são plausivelmente de tipo natural e, assim, não são neutros. Problemas similares ocorrerão em qualquer descrição alternativa proposta. Como Burge mostra através dos seus experimentos mentais, muitos dos nossos termos (até mesmo os de tipo não-natural) podem sofrer com situações contrafactuais – sempre podemos supor que o sentido de um termo em uma Terra Gêmea é distinto do nosso. Assim, a cada substituição seria colocado um novo termo que poderia ser pensado distinto em situações contrafactuais e que necessitaria de uma outra substituição, caindo assim num regresso ao infinito.

Já a segundo alternativa para a neutralização seria uma substituição dos termos não-neutros por suas "contrapartes adjetivas". Assim, o termo *twin-earthable* "prata" seria substituída pela forma adjetiva "coisa prateada". Chalmers, por exemplo, utiliza frequentemente a forma "coisa aquosa" na descrição dos cenários em seus exemplos. Mas esta também não é uma boa solução, pois a contraparte adjetiva de um termo depende do significado do seu termo original, e este não é semanticamente neutro. Podemos dizer que o termo "prateado" significa (grosseiramente): "uma coisa que tem aparência similar a prata" e, nesse caso, "prateado" seria apenas uma descrição abreviada de um termo não-neutro. Assim, não é possível a construção metafísica de cenários através de descrições semanticamente neutras.

O segundo modo de se construir cenários é a mais indicada por Chalmers pois, segundo ele, a construção já parte de termos puramente epistêmicos, fazendo com que sua teoria não precise recorrer a nada metafísico para a determinação de intensões primárias. Nessa construção um cenário é visto como um conjunto de hipóteses epistemicamente completas em uma *linguagem idealizada*, juntamente com um operador básico de possibilidade epistêmica. Assim, considerar um cenário W como atual é considerar qualquer uma das suas descrições D epistemicamente completas. Nessa construção precisamos pressupor então uma linguagem idealizada que possa expressar essas hipóteses[96]. Tal linguagem L deve permitir sentenças infinitas (ou, ao menos, conjunções infinitas) e as expressões em L devem ser *epistemicamente invariantes*, pois assim não haverá dois *tokens* S_1 e S_2 da mesma sentença *type* tal que S_1 é epistemicamente necessário e S_2 não. No entanto, ser epistemicamente invariante é equivalente a semanticamente neutro e, como vimos acima, não é plausível

[96] Segundo Chalmers, a linguagem natural não tem recursos suficientes para expressar uma hipótese epistemicamente completa, pois são restritas à sentenças finitas e têm um léxico limitado

supormos uma descrição canônica de um cenário que não contenha nenhum termo *twin-earthable*. Assim, esta segunda construção falha ao sustentar uma noção epistêmica de conteúdo estreito. Como a noção de conteúdo estreito de Chalmers depende de uma linguagem semanticamente neutra ou epistemicamente invariante, não há um modo viável de sustentá-la.

3.3 **O "problema de articulação"**

Tal problema foi primeiramente apontado por Fodor[97]. Podemos colocar o problema do seguinte modo. Valores semânticos devem ser atribuídos de tal modo que nenhuma expressão tenha mais de um valor ao mesmo tempo, a menos que a expressão seja considerada como ambígua; do mesmo modo, valores devem ser atribuídos para que cada teoria possa apresentar um poder explicatório completo, ou seja, cada expressão deve ser avaliada em conformidade com ambas as teorias, pois é através da atribuição de valor semântico que uma teoria tem eficácia explicativa. Chamemos isto de o "Problema da Articulação". O que ocorre no bi-dimensionalismo é que o papel funcional de um pensamento determina um conteúdo proposicional que tem uma determinada condição de valor de verdade, e ao mesmo tempo, outra condição de valor de verdade é determinada pelas conexões causais que o mesmo pensamento tem com o mundo, e tal teoria não tem nenhum mecanismo para manter estas duas afirmações consistentemente.

Em princípio, há três modos de responder tal problema. Podemos dizer, primeiro, que as duas teorias não são de fato uma afirmação para o mesmo fenômeno: ao invés disso, são respostas para dois conjuntos separados de fenômenos. Em cada conjunto uma (e apenas uma) propriedade semântica está envolvida, assim cada teoria ("fregeana" e externalista) é uma teoria aplicada a uma das duas propriedades. Assim, a cada expressão são atribuídos dois valores semânticos, mas em nenhuma expressão é atribuído diferente valor semântico *no mesmo contexto*. Já no segundo modo dizemos que estamos lidando com apenas um conjunto de fenômenos e uma única propriedade, mas sendo esta uma propriedade complexa: ela tem dois componentes (ou aspectos). A propriedade em questão é realmente um par de propriedades (P={ P1, P2}), sendo que cada P1, P2 mapeia entidades em um único domínio. Cada expressão linguística em cada contexto tem tanto um papel conceitual (papel inferencial,

[97] Fodor *apud* (Marconi D. "Two dimensional semantics and the articulation problem", Synthese, n. 143, 2005, p. 321-349)

significado estrito, etc) quanto um papel referencial (condições de valor de verdade, significado amplo, etc). Nesta solução é crucial que P1 e P2 sejam propriedades independentes (e não apenas diferentes): ou seja, P1 e P2 nunca devem atribuir entidades do mesmo tipo à uma expressão, e nem deve P1 atribuir uma entidade que determine uma outra que pertença à mesma classe de P2. Por exemplo, papeis conceituais não são condições de valor de verdade, nem determinam condições de valor de verdade. É necessário que tais propriedades sejam independentes pois, se ambas forem apenas diferentes, poderia haver então uma redução de uma teoria (um Px) à outra, ou seja, não haveria a necessidade de se postular P1 e P2. A idéia é a de que a primeira teoria não é suficiente, pois ela não pode lidar com algum fenômeno que, por sua vez, é explicado pela segunda teoria. Já a terceira solução consiste em simplesmente tratar o fenômeno como ambíguo. No entanto, podemos eliminar logo tal resposta, visto que não parece nada intuitiva a idéia de um *pensamento* como sendo ambíguo.

Consideremos a primeira solução: há dois tipos de propriedades semânticas (primeira intensão e segunda intensão) mapeando em diferentes domínios (conjuntos de contextos) diferentes entidades. A propriedade 1 atribui intensões epistêmicas à (expressões em) contextos epistêmicos e a propriedade 2 atribui intensões subjuntivas à contextos subjuntivos (mundos contrafactuais). O problema com essa solução é que não parece haver uma correspondência exata entre as intensões e os contextos a serem lidos. Ou seja, o problema é que não parece óbvio que todo e apenas os contextos subjuntivos devem ser lidos subjetivamente e apenas subjetivamente (isto é, não epistemicamente). Por exemplo, considere: "água é XYZ". Qual é a intensão relevante aqui? Se queremos mesmo uma teoria que contemple tanto as intuições fregeanas quanto as externalistas não devemos escolher apenas uma intensão como relevante neste caso, mas ambas: a intensão ampla de que esta sentença é necessariamente falsa sendo avaliada com base na sua intensão subjuntiva, enquanto que a intensão estreita afirma que ela é contingente.

Assim, essa primeira resposta não é viável, pois a afirmação de que as duas intensões são aplicadas a expressões em diferentes contextos sistematicamente não se sustenta: para que as intuições sobre as quais a teoria bi-dimensionalista é baseada possam ser satisfeitas deve haver contextos nos quais uma expressão possa ser lida tanto epistemicamente quanto subjuntivamente.

Passemos, então, para a segunda solução. Em alguns momentos Chalmers parece afirmar que independentemente do contexto, um valor semântico *complexo* é atribuído a cada

expressão linguística. Assim, o valor semântico de uma expressão é uma entidade complexa consistindo tanto da intensão epistêmica quanto da subjuntiva – uma sentença S expressa, então, uma proposição complexa com uma estrutura bi-dimensional. Mas aqui o que importa para a resposta ser satisfatória é o papel que cada propriedade tem na avaliação semântica: se uma expressão é para ser avaliada em base tanto de P1 quanto de P2, e se ambas as propriedades tiverem o mesmo alcance, então a expressão continuaria sendo considerada como semanticamente ambígua mesmo se P1 e P2 forem concebidos como "partes" ou "aspectos" de uma única semântica. Além disso, como vimos, elas precisam ser independentes, pois de outro modo uma das propriedades não será relevante e poderá simplesmente ser substituída pela outra.

A resposta, então, depende do modo como tais intensões epistêmicas são definidas. Podemos dizer que intensões subjuntivas são funções que partem de mundos possíveis a extensões apropriadas, enquanto que intensões epistêmicas são funções que partem de cenários a extensões; sendo que cenários podem ou não serem definidos em termos de mundo possíveis centrados. Se forem definidos assim, então chegaremos a conclusão de que ambas as intensões são entidades do mesmo tipo. Mas se cenários forem construídos em termos de possibilidades puramente epistêmicas parece haver ainda uma saída para o problema.

Vejamos então como isso se dá com a sentença: "água é necessariamente H_2O". Considerando sua intensão subjuntiva, a sentença é verdadeira em qualquer mundo possível. E quando consideramos sua intensão epistêmica vemos que há pelo menos um cenário em que água não é H_2O e, assim, a sentença é falsa. E devido ao "necessariamente", em cada cenário possível a sentença acima será falsa (mesmo que num cenário W água seja H_2O). Chalmers afirma que questões modais dizem respeito apenas à intensões secundárias, ou seja, só afirmamos que uma proposição é necessária ou contingente em relação a mundos possíveis contrafactuais. Mas podemos interpretar o "necessariamente" em termos de aprioricidade. Como nesse tipo de resposta é afirmado que uma sentença tem ambas as intensões, há claramente aqui um conflito: enquanto que a intensão secundária é necessariamente verdadeira, a intensão primária será falsa em todos cenários possíveis, sejam estes cenários construídos metafisica ou epistemicamente. Assim, a sentença recebe valores de verdade conflitantes.

Ou seja, se a cada conteúdo são atribuídos ambas intensões em todos os contextos, então alguns conteúdos receberão valores de verdade incompatíveis. As duas intensões, mesmo não sendo do mesmo tipo (ao menos na interpretação epistêmica de cenários),

determinam valores de verdade incompatíveis para várias sentenças. E não parece nada intuitivo ou mesmo plausível afirmar que um estado mental é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso. Assim, a proposta bi-dimensionalista não é capaz de resolver o problema de articulação.

3.4 **Intensões primárias como não sendo um "conteúdo real"**

Tal crítica já aparece no trabalho de Putnam[98]. Segundo ele, nenhuma forma de conteúdo que é dito como sendo plenamente determinado pelas propriedades internas/intrínsecas ao sujeito (ou seja, um conteúdo estreito) é possível, pois apenas o conteúdo amplo de um pensamento é capaz de fornecer o seu *conteúdo real*. Um "conteúdo real" de um estado mental é aquele que nos coloca em um "contato cognitivo" com uma parte relevante do mundo. Segundo Putnam, como o conteúdo estreito não é capaz de nos colocar em contato cognitivo com a parte relevante do mundo, não podemos considerar que tal conteúdo seja então um conteúdo real.

O ponto central desta definição de conteúdo real está na noção de "contato cognitivo com o mundo". Esta noção pode ser elucidada, segundo Kriegel[99], em termos semânticos que envolvem o mundo, como "referências", "denotações" e "condições de valor de verdade". Considere uma simples sentença sujeito-predicado na forma "a é F", e seu análogo mental <a é F>. Há três principais itens representacionais no análogo mental. O primeiro é <a>, o análogo do termo sobre um objeto (um nome próprio, por exemplo); podemos dizer que <a> nos coloca em contato cognitivo com o mundo nos casos em que ele tem referência, ou seja, apenas nos casos em que ele é direcionado a uma *res* em um determinado mundo. O segundo é <F>, o análogo do termo predicado; podemos dizer que <F> nos coloca em contato cognitivo com o mundo nos casos em que <F> tem denotação, ou seja, apenas nos casos em que ele é direcionado à uma propriedade em um mundo. E o terceiro é o análogo da sentença completa, <a é F>; podemos dizer que tal sentença nos coloca em contato cognitivo com o mundo apenas nos casos em que ela tem uma condição de verdade, consistindo na instanciação da propriedade denotada por <F> no particular referido por <a>.

Para Putnam, então, um conteúdo real deve colocar o sujeito em contato cognitivo com o mundo *externo*. Um pensamento sobre "água", por exemplo, deve envolver uma relação

[98] Putnam, H., "The Meaning of Meaning", in: *Mind, Language and Reality. Philosophical Papers*, vol. 2, Cambridge University Press, Cambridge, 1995, 215-271.

[99] Kriegel, U. "Real Narrow Content". *Mind and Language*, Vol. 23, N.3, 2008, p. 304-328.

entre tal pensamento onde o conceito é aplicado e alguma propriedade ou espécie mundana. O problema com o conteúdo estreito, construído nos moldes bi-dimensionalista, é que não é de nenhum modo claro como ele pode envolver alguma relação desse tipo. Pois, quando temos um pensamento sobre água, aquilo sobre o que nós pensamos não é um papel ou uma função dos termos envolvidos, mas sim algo que tem a ver com a coisa *água* mesma. Assim, conteúdo real genuíno envolve uma relação com entidades no mundo externo, e não apenas com os seus *veículos de representação*. E como tais entidades estão "fora da mente", apenas conteúdos amplos têm conteúdo real.

Portanto, se forem vistas como uma função de mundos centrados em extensões e valores de verdade, as intensões epistêmicas não poderão, então, ser consideradas como *conteúdos reais*. Isso porque elas fornecem conteúdos em mundos centrados do mesmo modo que intensões subjuntivas fornecem conteúdos em contextos contrafactuais, e obviamente isso não pode ser o conteúdo real de uma crença. Quando um indivíduo tem a crença de que "água mata a sede", ele não está pensando na própria intensão epistêmica do seu conceito de água quando esse seleciona H_2O ou XYZ. Contudo, Chalmers afirma que intensões primárias têm sim um conteúdo real. A estratégia dele é negar que haja a necessidade de uma relação entre o pensamento e o mundo como afirmado acima e que, para um conteúdo ser dito como real o mínimo exigido é que ele refira-se a alguma coisa (ou seja, que seus termos tenham referências) e que, com isso, tenham também um valor de verdade. Assim, para Chalmers, as intensões epistêmicas seriam conteúdos de primeira ordem, semanticamente avaliáveis como verdadeiras ou falsas e que têm relações inferenciais assim como qualquer outra proposição.

Tal resposta depende, então, de como tais intensões primárias são definidas. Como vimos, as descrições poderiam captar grosseiramente as intensões epistêmicas de conceitos e pensamentos completos. Contudo, se a definirmos desse modo, a intensão epistêmica não fornecerá um conteúdo real, pois, como foi dito, ela será apenas uma função que parte de mundos centrados à condições de valor de verdade, e esse não é o conteúdo real de um pensamento. Tal função apresenta apenas uma certa condição de fixação de referência e de avaliação em vários mundos possíveis, sem fixar de fato uma referência no mundo. Mas, segundo Chalmers, esse não é o único modo de se definir uma intensão primária, nem a mais eficaz. Segundo ele, a intensão será mais bem avaliada se considerarmos os cenários específicos numa construção epistêmica, e não em uma construção metafísica (mundos centrados).

Mas não é de nenhum modo claro como seriam tais intensões primárias numa construção completamente epistêmica de cenários. Vejamos um exemplo para termos uma idéia: considere Oscar na Terra e $Oscar_{TG}$ na Terra Gêmea, ambos tendo uma certa crença que expressam dizendo 'água sacia a sede'. Considere a intensão epistêmica da crença B1 de Oscar e a intensão epistêmica da crença B2 de $Oscar_{TG}$. Seja W1 o atual cenário de Oscar, centrado em Oscar com H_2O ao seu redor, preenchendo oceanos, lagos e rios. Seja W2 o atual cenário de $Oscar_{TG}$, centrado em $Oscar_{TG}$ com XYZ ao seu redor em oceanos, lagos e rios. Claramente, B1 e B2 são verdadeiras: a intensão de B1 é verdadeira em W1 e a intensão de B2 é verdadeira em W2. Além disso, a intensão epistêmica de B1 é verdadeira em W2: se Oscar aceitar que W2 é atual, então ele deverá racionalmente aceitar B1. Simetricamente, a intensão epistêmica de B2 é verdadeira em W1. Assim, a intensão epistêmica de B1 é verdadeira tanto em W1 quanto em W2, e assim é a intensão epistêmica de B2. Segundo Roberto Horácio Pereira[100], não é difícil imaginarmos o que seria tal intensão primária se levarmos em consideração no exemplo em questão que a intensão epistêmica dos pensamentos sobre água dos gêmeos é verdadeira em W1 e W2. O que temos que fazer, segundo ele, é deixar em aberto qual dos dois cenários centrados possíveis o agente estaria adotando, ou seja, *quem é o agente, o tempo e, por conseguinte, a substância ao seu entorno*. A seguinte descrição deveria então exprimir grosseiramente o que os gêmeos têm em mente ao proferir ou pensar suas crenças de que "água sacia a sede":

(1) O líquido claro, dominante, com uma certa estrutura molecular, em torno do centro do cenário, marcado pelo *Eu* e pelo *Agora*, sacia a sede.

Contudo, vistas desse modo, as intensões primárias de Chalmers não são o conteúdo temático [*subject-matter*] dos enunciados e pensamentos de um agente, mas sim proposições reflexivas disfarçadas no sentido em que representam as *condições de verdade* das sentenças fazendo referência a ocorrências [*tokens*] desses mesmos proferimentos. Isso se torna evidente ao substituirmos os indexicais *eu* e *agora* em (1) por ocorrências da crença original dos sujeitos:

(1') O líquido claro, dominante, com uma certa estrutura molecular, em torno do centro do cenário, marcado pelo indivíduo que pensa "água sacia a sede" e pelo seu tempo, sacia a sede.

Assim, mesmo que a intensão epistêmica de Chalmers assuma a forma de uma proposição da forma (1') acima, passível de avaliação, em razão justamente do seu caráter

[100] Pereira, R. H., "O conteúdo exíguo segundo uma ótica anti-individualista". in *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 13 n 1, 2009, p. 237 .

indexical-reflexiva nada parece indicar que tal proposição seja capaz de exprimir o conteúdo mental real no qual o sujeito se encontra ao pensar e proferir a crença de água sacia a sede.

A crítica que Stalnaker constantemente faz ao bi-dimensionalismo de Jackson e Chalmers vai nessa mesma direção. Ele pontua em seus trabalhos três críticas principais ao conteúdo estreito definido dessa forma. A primeira é que tal forma de conteúdo estreito pressupõe que podemos identificar um pensamento independente de seu conteúdo. Uma pressuposição desse tipo sobre o ato da fala, por exemplo, não é problemática. Se eu digo que água é a melhor bebida para matar a sede, faço isso proferindo certos sons, e podemos descrever o evento de proferimento de modo que não tenha nenhum comprometimento com seu conteúdo. Não há nenhum problema em perguntar qual o conteúdo que aquele proferimento deveria ter se fosse dito na Terra Gêmea. No entanto, não é de nenhum modo claro no caso das crenças e outros estados e atitudes que alguém possa identificar algo como sendo uma crença ou intenção em abstração de seu conteúdo, como sendo algo que podemos perguntar sobre qual seria o conteúdo daquela minha crença se ela fosse uma crença que eu tive na Terra Gêmea. Isso porque não há nenhum modo para individuar a propriedade de acreditar que P exceto usando o seu próprio conteúdo.

Já o segundo problema é o fato de que, ao analisarmos o que seria uma intensão epistêmica, podemos perceber que o conteúdo estreito é diretamente derivado do conteúdo amplo (atual ou possível) do estado mental em questão. A partir do conteúdo amplo atual de um estado mental, junto com os fatos sobre qual seria o conteúdo a partir de várias condições possíveis, extraímos o seu conteúdo estreito. Podemos ver isso claramente na crítica que Sawyer faz à pressuposição de um vocabulário neutro exigido no bi-dimensionalismo de Chalmers. Segundo Stalnaker, seria mesmo muito bom se nós tivéssemos uma linguagem neutra com uma semântica fundamentada internamente, uma linguagem que não requeira nenhuma suposição factual para sua interpretação e que pode prover uma descrição completa do mundo, e de todos os mundos possíveis, ou um espaço puramente epistêmico o qual temos acesso *a priori*. Mas não parece que estas coisas sejam possíveis, pois o único modo que podemos descrever o mundo é usando os materiais que o mundo atual nos oferece – as coisas, as propriedades e as relações que encontramos nele. Portanto, conteúdo estreito pressupõe, ao invés de explicar, o conteúdo amplo.

E, por fim, o terceiro problema é que a intensão primária de ambos possui, no final das contas, um caráter indireto [*indirectness problem*]. Ou seja, o tipo de conteúdo que temos acesso, de acordo com esse bi-dimensionalismo, é extremamente abstrato. Não é apenas que

nós não nos referimos *diretamente* a indivíduos particulares e entretemos proposições singulares. Nós também não descrevemos as coisas em termos de propriedades empíricas ordinárias e relações, mas apenas em termos de "quaisquer que sejam as propriedades e relações" que melhor se ajustam à estrutura abstrata dada pela intensão primária de nossos estados mentais. Nossos proferimentos, e talvez até mesmo nossos pensamentos, tem proposições singulares e proposições envolvendo propriedades empíricas e relações, que são as suas intensões secundárias. Mas nesta interpretação, é apenas à intensões epistêmicas que temos acesso cognitivo, ou seja, não temos acesso privilegiado a nenhuma proposição exceto aquelas bem abstratas que existencialmente generalizam as propriedades empíricas e as relações. Mesmo que saibamos que água é H_2O não capturaríamos tal intensão secundária, pois nosso acesso a hidrogênio e oxigênio é igualmente indireto. Saber que água é H_2O é ter essa informação já contida na intensão primária.

4 CONCLUSÃO

Como pudemos ver ao longo do trabalho, o conteúdo estreito construído nos moldes bi-dimensionalistas parece trazer uma resposta plausível para o problema do acesso privilegiado por parte do indivíduo e, desse modo, parece restaurar também o poder explicatório dos conteúdos dos estados mentais em relação ao comportamento humano. Segundo a tese bi-dimensionalista, tanto a de Jackson quanto a de Chalmers, o conteúdo estreito de um estado mental é uma descrição associada em que o indivíduo relaciona certas propriedades à referência do termo de acordo com aquilo que ele acredita que a referência tenha e de acordo com aquilo que ele sabe sobre a *res* relevante, seja tal conhecimento obtido por processo racional ou por percepções [*acquaintance*] do ambiente ao seu redor. Por exemplo, o conteúdo estreito da crença de um sujeito de que "água é molhada" é, geralmente, dada por uma descrição sobre as propriedades de aparência e função de água: "água" é a coisa aquosa líquida, transparente, que mata a sede e que está presente nos rios e mares ao nosso redor. No entanto, se o indivíduo em questão for uma criança, por exemplo, que não tenha o conhecimento de que o líquido presente nos rios e mares é o mesmo líquido transparente que ela bebe quando está com sede, então o conteúdo estreito da sua crença poderá ser apenas o de que "água" é a coisa aquosa líquida, transparente e que mata a sede. Desse modo, o conteúdo estreito de um estado mental pode ser visto como um conteúdo *representacional*, determinado apenas por aquilo que um sujeito sabe e acredita sobre as coisas ao seu redor. Por ser determinado puramente de modo individual, tal conteúdo estreito permite, então, um acesso *a priori* por parte do sujeito aos conteúdos dos seus próprios pensamentos. E, tendo o indivíduo tal conhecimento sobre os conteúdos dos seus pensamentos, o conteúdo estreito será, então, causalmente relevante para os seus comportamentos.

Contudo, tal resposta só é favorável se deixarmos de lado os comprometimentos externalistas, ou seja, se tomarmos um posicionamento individualista. Tal forma de bi-dimensionalismo não é, no final das contas, compatível com o conteúdo amplo afirmado pelo externalismo, mas, pelo contrário, tal conteúdo estreito como o afirmado por Jackson e Chalmers é justamente o tipo de visão que tanto Kripke quanto Putnam e Burge criticam em seus exemplos e experimentos mentais.

Além disso, se considerarmos o bi-dimensionalismo por ele mesmo, deixando de lado as críticas externalistas, ainda assim tal teoria não parece ser defensável. Mesmo que o conteúdo estreito fosse um conteúdo real, como o querem Jackson e Chalmers, tal conteúdo

não é compatível com a forma de conteúdo amplo que ambos defendem. Como vimos, tal bi-dimensionalismo não escapa da crítica de um "problema de articulação". Um conteúdo estreito nesses moldes conjuntamente com um conteúdo amplo gera uma diferença nos valores de verdade entre eles, gerando um absurdo. Não haveria problema se a afirmação fosse que simplesmente cada um trata uma dimensão isoladamente, que um estado mental tem apenas um conteúdo amplo e que outro tem apenas um conteúdo estreito (haveria apenas um problema de indefinição de critérios para determinar que em uma situação um estado mental tem um conteúdo amplo e em outra um estado mental tem um conteúdo estreito). Mas, como vimos, não é isso que tanto Jackson quanto Chalmers afirmam.

Assim, se aceitamos que os experimentos mentais apresentados por Kripke, Putnam ou Burge estão corretos, devemos então negar a possibilidade de um conteúdo estreito nesses moldes. Contudo, poder-se-ia objetar que algumas intuições apresentadas pelo bi-dimensionalismo epistêmico parecem corretas. O modo como o indivíduo percebe e representa o mundo ao seu redor parece ser de fundamental importância para os conteúdos dos seus estados mentais, principalmente estados como os de crenças. Além disso, tal representação sobre o mundo também é fundamental, parece, pro modo como o indivíduo percebe suas crenças. Quando um sujeito pensa que "água mata a sede", o conteúdo do seu pensamento é o mesmo de que "H_2O mata a sede". Mas o modo como o sujeito percebe sua crença ou, se a autoridade da primeira pessoa for mesmo possível (e eu acho que é), o que ele sabe sobre sua crença não é a de que "H_2O mata a sede" é mas a de que aquela coisa que ele e as pessoas ao seu redor chamam de "água" mata a sede, considerando nesse caso que o indivíduo não sabe que água é H_2O.

No entanto, parece haver uma saída para responder sobre essas situações sem abandonar os pressupostos externalistas, que é considerar tais descrições como "princípios explicativos" proposto por Burge. Segundo ele, podemos explicar para alguém o que queremos dizer com uma certa palavra dando certas descrições que acreditamos que aquilo a que a palavra se refere têm. Mas essas descrições podem não ser corretas, ou podem (e na maioria das vezes são) serem incompletas. Desse modo, essas descrições não determinam o conteúdo do meu estado mental, mas apenas explica (ou elucida) o que quero dizer com meu proferimento. Portanto, não parece haver motivos convincentes para se aceitar a proposta bi-dimensionalista epistêmica em detrimento da tese externalista.

REFERÊNCIAS

BROWN, J. The Incompatibility of Anti-Individualism and Priviledged Access. In: LUDLOW, P; MARTIN, N (Ed.). *Externalism and Self-Knowledge*, Stanford, 1998, 185-194.

BRUECKNER, A. What an Anti-Individualist knows a priori. In: LUDLOW, P; MARTIN, N. (Ed.) *Externalism and Self-Knowledge*, Stanford, 1998, 197-206.

BURGE, T. Belief d*e re* (1977). In: BURGE, T. *Foundations of mind*, Oxford: Clarendon Press, 2007. p. 44-64.

_____., Postscript to belief *de Re* (2006). In: BURGE, T. *Foundations of mind*, Oxford: Clarendon Press, 2007. p. 65-81.

_____., Other Bodies (1982), In: BURGE, T. *Foundations of Mind*, Oxford: Clarendon Press, 2007. p. 82-99.

_____. Individualism and the Mental (1979). In: BURGE, T. *Foundations of mind.* Oxford: Clarendon Press, 2007. p. 100-150.

_____. Postscript to 'Individualism and the Mental (2006). In: BURGE, T. *Foundations of Mind.* Oxford: Clarendon Press, 2007. p. 151-181.

_____. Two thought experiments reviewed (1982). In: BURGE, T. *Foundations of mind*, Oxford: Clarendon Press, 2007. p. 182-191.

_____., *Foundations of Mind*, Oxford: Clarendon Press, 2007.

BYRNE, A; Pryor, J. Bad intensions. In: CARPINTEIRO, M. Garcia; MACIA, J. (Ed.). *Two-dimensional semantics:* foundations and applications, Oxford: 2006.

CHALMERS, D. Epistemic two-dimensional semantics. *Philosophical studies*, n. 118, 2004.

_____. The foundations of two-dimensional semantics (2004). In: CARPINTEIRO, M. Garcia M; MACIA, J. (Ed). *Two-dimensional semantics:* foundations and applications, Oxford: 2006.

_____. The nature of narrow content. *Philosophical Issues*, n.13, 2003.

FREGE, G. On sense and reference (1892). In: GEACH, P. ; BLACK, M (ed). *Translations from the philosophical writings of gottlob frege*, Oxford: Blackwell, 1960.

GARCIA CARPINTEIRO, M; MACIA, J (Ed). *Two-dimensional semantics:* foundations and Applications. Oxford: Oxford University Press, 2006.

JACKSON, F. *From metaphysics to ethics:* a defense of conceptual analysis. Oxford University Press, 2000.

JACKSON, F. Narrow content and representation or twin earth revisited. *Proceedings and addresses of the american philosophical association*, n. 77, 2003. Acesso em: <http://phil.arts.cuhk.edu.hk/~phidept/jackson/FJ%20Narrow%20-content.pdf)>

_____. Representation and narrow belief. *Philosophical issues*, n.13, 2003.

_____. Why we need A-Intensions. *Philosophical studies*, v. 118, n. 1/2, p. 257-277, 2004.

KRIEGEL, U. Real narrow content. *Mind and language*, v.23, n.3, p. 304-328, 2008.

KRIPKE, S. *Naming and necessity*, (1972). In: A. P. Martinich (Ed). *The philosophy of Language.* 3. Ed. Oxford: University Press, 1996.

LUDDLOW, P; MARTIN, N. (eds.), *Externalism and Self-Knowledge*, Stanford, 1998.

MARCONI, D. Two dimensional semantics and the articulation problem. *Synthese*, n. 143, p. 321-349, 2005.

MARQUES, E. Putnam e a possibilidade de determinação de essências a partir de critérios semânticos. *Síntese nova fase*, Belo Horizonte, v. 26, n. 84, 1999, p. 107-118.

_____. Conteúdo e autoridade da primeira pessoa. In: SILVA FILHO, W (Org.). *Mente, linguagem e mundo:* anti-individualismo e auto-conhecimento. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.

MCKINSEY, M. Anti-individualism and privileged access. In: LUDLOW, P; MARTIN, N. (Ed). *Externalism and Self-Knowledge*, Center for the Study of Language and Information, Stanford, 1998, p. 175-184.

MORROIS, M. Kripke on proper names. *An introduction to the philosophy of language*, Cambridge: Cambridge University Press: 2006.

NIMMTZ, C. Two-dimensional Semantics and Natural Kind Terms. *Synthese* 138, 2007, p. 125-48.

PEREIRA, R. H., O conteúdo exíguo segundo uma ótica anti-individualista. In: SILVA FILHO, W (org.), *Mente, linguagem e mundo:* anti-individualismo e auto-conhecimento. São Paulo: Alameda Editorial, 2009

_____. O conteúdo exíguo segundo uma ótica anti-individualista. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 13, n 1, p. 213-256, 2009.

PUTNAM, H. The Meaning of Meaning. In: PUTMAN, H. Mind, language and reality – *Philosophical papers*, v. *2*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 215-271.

ROSSET, L. Reference and response. *Australasian journal of philosophy*, p 1-18, 2010.

SAWYER, S. There is no viable notion of narrow content: In: McLAUGHLIN, B; COHEN, J. (Org). *Contemporary debates in philosophy of mind.* Oxford: Blackwell, 2007, pp. 20-33.

SILVA FILHO, W. J. Mente, Mundo e Autoconhecimento. *Trans/Form/Ação*, v. 30, 2007, p. 78-93.

SILVA FILHO, W. J. (Org.). *Mente, linguagem e mundo:* o significado do Anti-individualismo e o Autoconhecimento. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.

STALNAKER, R. Assertion. In: STALNAKER, R. *Content and context*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 78-95.

_____. Assertion revisited. In: GARCIA –CARPIENTEIRO; J. Macia (ed.). *Two-dimensional semantics:* foundations and applications, Oxford: 2006.

_____. Narrow Content. In: STALNAKER, R., *Content and context*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 194-209.

_____. On What's in the Head. In: STALNAKER, R. *Content and context*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p 169-193.

_____. Twin Earth Revisited. In: STALNAKER, R. *Content and Context*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 210-222.

_____.. *Content and Context*. Oxford: Oxford University Press, 1999.